

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**MARINA AMOURY TESCH**

**SÃO LUÍS EM QUADRINHOS:**  
o cotidiano e as práticas espaciais

São Luís  
2014

**MARINA AMOURY TESCH**

**SÃO LUÍS EM QUADRINHOS:**

o cotidiano e as práticas espaciais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluce Wall Venancio

São Luís  
2014

MARINA AMOURY TESCH

SÃO LUÍS EM QUADRINHOS:  
o cotidiano e as práticas espaciais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Universidade Estadual do Maranhão como  
requisito para obtenção de título de bacharel  
em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:     /     /

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluce Wall Venancio (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Jussara Martins Nogueira  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Prof. Paulo Eduardo Silva de Vasconcelos  
Instituto Federal do Maranhão

São Luís  
2014

À minha mãe.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e à Santa Terezinha, onde habita minha Fé.

Ao corpo docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, pelo aprendizado durante os cinco anos de convivência e dedicação.

À Profa. Dra. Marluce Wall por acreditar que este trabalho poderia dar certo, pelo apoio constante e a indicação do caminho a ser seguido. Obrigada pela orientação, paciência e carinho durante este percurso.

À Profa. Jussara Nogueira e Profa. Marcia Marques pelo acompanhamento, incentivo e credibilidade.

A todos os amigos que incentivaram e acreditaram no diferencial deste projeto e em especial aos que direta ou indiretamente ajudaram na sua execução: Alicia Nunes, Claudia Rocha, Felipe Brito, Luísa Ghignatti, Marília Amorim e Pedro dos Anjos.

A todos os que dedicaram seu tempo para contar histórias de suas vidas, muitas das quais compõem esta leitura da cidade.

Aos meus irmãos Guilherme e Paulo José.

À minha mãe, companheira incondicional, a quem devo a minha formação humana e acadêmica. Obrigada pelo amor, paciência e até pelos cafés da madrugada.

“Quem não se movimenta não  
sente as correntes que o prendem”

Rosa Luxemburgo

## RESUMO

Este trabalho analisa o cotidiano e as práticas espaciais estabelecidas na cidade de São Luís, Maranhão, que envolvem os novos modos de morar, recrear-se e deslocar-se. Caracteriza o processo de produção do espaço, como consequência das propostas de urbanização trazidas pelo Plano Diretor de 1974, que gerou a nova condição urbana de uma cidade dispersa. A partir dessa compreensão, identificam-se os diferentes modos de morar e analisa-se a interação dos indivíduos com este novo espaço concebido. Aliado à pesquisa teórica, realiza-se uma abordagem crítica, através de narrativas em quadrinhos, que retratam trechos da rotina cotidiana.

Palavras-chave: Cotidiano. Práticas espaciais. Produção do espaço.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the daily routine and spatial practices established at the city of São Luís, state of Maranhão, which involve new ways of living, of amusement and translation. It characterizes the process of spatial production as consequence of the urban proposals brought by the Master Plan of 1974, which has generated the dispersed city as a new urban condition. From this comprehension the most recent ways of living are identifiable and the interactions between individuals and the new space as it was conceived can be analyzed. In connection to the theoretical research, a critical approach has been developed through narratives in the form of comic sketches that portray passages of the day to day routine.

Keywords: Daily routine. Spatial practices. Spatial production.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Construção da Urbanização Dispersa	31
Figura 2: Proposta da malha viária da Ilha de São Luís	32
Figura 3: Mapa da segregação espacial	34
Figura 4 a 9: Mapas esquemáticos de Conjuntos Habitacionais	35
Figura 10: Modos de morar na Cidade Dispersa	36
Figura 11: Localização da ampliação de gabaritos	37
Figura 12: Operações urbanas do PD/92	37
Figura 13: Mapa de novos modos de morar depois de 1992	38
Figura 14: Folder de divulgação de condomínio multifamiliar	41
Figura 15 e 16: Implantação de áreas de lazer em novo empreendimento	42

## LISTA DE SIGLAS

PD/74	Plano Diretor de São Luís de 1974
PD/92	Plano Diretor de São Luís de 1992
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1.1	CONSTRUÇÃO DO TRABALHO	14
1.2	ESTRUTURA DO TRABALHO	15
<b>2</b>	<b>A CONDIÇÃO URBANA</b>	17
2.1	REALIDADE COTIDIANA	17
2.2	EXPERIÊNCIA URBANA	19
<b>2.2.1</b>	<b>A experiência urbana entre “dois mundos”</b>	19
<b>2.2.2</b>	<b>Inversão de relações: uma cidade contraditória</b>	22
2.3	AS PRÁTICAS ESPACIAIS	25
<b>3</b>	<b>O ESPAÇO CONCEBIDO E AS PRÁTICAS ESPACIAIS EM SÃO LUÍS</b>	30
3.1	ESPAÇO CONCEBIDO	30
<b>3.1.1</b>	<b>Uma Cidade Dispersa</b>	31
<b>3.1.2</b>	<b>A Expansão e os Modos de Morar</b>	32
<b>3.1.3</b>	<b>Novos modos de morar</b>	36
3.2	PRÁTICAS ESPACIAIS	40
<b>3.2.1</b>	<b>Morar</b>	40
<b>3.2.2</b>	<b>Recrear-se</b>	44
<b>3.2.3</b>	<b>Deslocar-se</b>	46
<b>4</b>	<b>A CIDADE: UM TECIDO NARRATIVO</b>	49
4.1	OS MUROS	49
4.2	O RITMO URBANO	54
4.3	PESSOAS INVISÍVEIS	55
<b>5</b>	<b>SÃO LUÍS EM QUADRINHOS</b>	57
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	105
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	107

## 1 INTRODUÇÃO

A modernização das cidades trouxe grandes mudanças na sua dinâmica e na vida urbana. O espaço se modificou, bem como a relação dos indivíduos com a cidade, e a própria rotina diária aponta essas transformações. Mas, afinal, quais são as novas relações estabelecidas? Qual é o espaço resultante e quais as atividades cotidianas vivenciadas?

O processo de produção do espaço urbano de São Luís reflete em muito as decisões urbanísticas adotadas ao longo dos últimos anos, que acarretaram conseqüentemente mudanças tanto no espaço físico territorial, como no modo de se viver nele. A cidade expandiu-se ocupando novas terras e deixando grandes vazios urbanos em contraponto a núcleos de ocupações homogêneas. Assim, perdeu a sua característica de uma cidade antes compacta, que permitia e favorecia as interações de diversos indivíduos, para dar lugar à nova condição urbana de cidade dispersa, que caminhou em contramão à realidade anterior.

O processo da dispersão não surgiu por acaso, mas ao contrário, traduziu a nítida intenção da construção de uma nova cidade e foi, portanto, produto direto das propostas trazidas pelo Plano Diretor de 1974 e conduzidas também pelo próprio interesse econômico das atividades fundiárias e imobiliárias, que orientaram a urbanização com prioridade para a ocupação das áreas praianas do setor norte da Ilha.

Com a expansão, surgiram diferentes modos de morar na cidade, que como explica Marluce Wall (2011), foram derivados em sua maioria dos modos de urbanizar adotados: a praia como atração para a elite, os conjuntos residenciais para segmentos médios, os conjuntos habitacionais para os segmentos populares, além do surgimento de ocupações informais. Nota-se assim, que a produção do espaço seguiu também mediante uma disputa de classes sociais, que se refletiu no território através da disputa de lugares.

A cidade novamente modificou-se conduzida pelas definições do Plano Diretor de 1992, que ao trazer a intenção de promover o “preenchimento” dos vazios urbanos originados, trouxe também a concretização de novos modos de morar. A mudança da legislação, que alterou o gabarito de edificações em determinadas áreas, favoreceu a afirmação do novo modo de morar em condomínios fechados multifamiliares, tornando-se o padrão habitacional difundido e desejado pela

sociedade. Em locais onde a legislação não “permitia” a verticalização, as casas e sítios que ocupavam lotes maiores foram sendo substituídos por outro modo de morar que também se afirmou na cidade: os condomínios fechados unifamiliares.

Assim construiu-se a cidade dispersa, com núcleos de ocupações descontínuas e desconexas à beira de avenidas, e que ao preencher os seus vazios urbanos, seguindo a lógica da individualização e da privatização territorial, gerou novas práticas espaciais cotidianas.

Este trabalho objetiva, portanto, analisar o cotidiano e as novas práticas espaciais estabelecidas na cidade de São Luís, que envolvem os novos modos de morar, recrear-se e deslocar-se, três das funções-chaves do urbanismo definidas pela Carta de Atenas (1933). Para isto, torna-se importante entender a construção do espaço urbano e as mudanças que decorreram deste processo, o que nos leva a compreender o novo modo de vida dos indivíduos e como isso se reflete nas suas relações com o espaço.

Para esta análise a pesquisa monográfica busca um embasamento teórico em torno dos conceitos da realidade cotidiana, de Michel de Certeau (1998), da experiência urbana, de Olivier Mogin (2009) e das práticas espaciais, de Henri Lefebvre (2000).

Estudar a cidade através da análise das práticas espaciais (o lugar físico e a vida que nele se desenvolve) e das atividades do cotidiano (os deslocamentos, o encontro com os outros e a vivência de estar consigo) se torna uma maneira diferente de entender as tensões atuantes no urbanismo e na experiência urbana resultante. O espaço construído se reflete diretamente no modo de vida das pessoas e é nesse sentido que torna-se importante refletir a respeito do cotidiano dos indivíduos, para se planejar a cidade.

Aliado à pesquisa teórica, busca-se trazer uma abordagem crítica, através de narrativas em quadrinhos, que retratam as discussões propostas e o modo como vivem as pessoas na cidade, mostrando trechos de histórias do dia-a-dia, onde cada leitor possa se identificar em algum momento com uma delas e refletir criticamente sobre a vida que se leva.

Como vivemos? Essa é a pergunta que norteia o trabalho e que, portanto, tem como ponto inicial esta inquietação.

## 1.1 CONSTRUÇÃO DO TRABALHO

Esse estudo inspirou-se no Trabalho de Conclusão de Curso, da Universidade de São Paulo, de Bruno Kim, cujo título é “Como vivemos? Projeto de tipologias de habitações típicas paulistanas, contadas em quadrinhos”. A proposta atrativa do uso de histórias em quadrinhos como um instrumento de comunicação foi o fator que influenciou na decisão de utilizar tal metodologia, no presente trabalho monográfico.

A partir daí a leitura do livro “Nova York: A Vida na Grande Cidade” direcionou a escolha do tema e a inserção de discussões urbanas através de quadrinhos. O livro, obra do famoso quadrinista americano Will Eisner, retrata a vida nas grandes cidades, onde trechos de histórias se utilizam da ironia, drama ou comédia para induzir a uma interpretação profundamente humana da vida dos habitantes.

Dessa forma, o trabalho se valeu deste método como importante instrumento de comunicação de ideias e incentivador de uma leitura diferenciada. Assim, “as histórias em quadrinhos podem ser chamadas de ‘leitura’ num sentido muito mais amplo do que comumente aplicado ao termo.” (EISNER, 1999, p.7). As narrativas, que deram origem aos quadrinhos, inspiraram-se em fatos corriqueiros do dia-a-dia que permitem uma verdadeira leitura da cidade.

A função fundamental da arte dos quadrinhos (tira ou revista), que é comunicar ideias e ou histórias por meio de palavras e figuras, envolve o movimento de certas imagens (tais como pessoas e coisas) no espaço. Para lidar com a captura ou encapsulamento desses eventos no fluxo da narrativa, eles devem ser decompostos em segmentos sequenciados. Esses segmentos são chamados Quadrinhos (EISNER, 1999, p.38).

A ideia dos quadrinhos parte também do desejo de tornar as discussões urbanas mais acessíveis, não só a estudantes e profissionais da área, mas a qualquer indivíduo que possa se interessar por essa abordagem. Buscando uma visão mais humana, que aproxime o leitor das discussões propostas, utiliza-se essa arte de comunicação com a função de provocar reflexões, pois o cotidiano geralmente nos faz agir mecanicamente.

Direcionar a visão “acomodada” da população a uma análise mais crítica da situação a qual se vive nas cidades é também tentar despertar um maior interesse em assuntos urbanos que possam fomentar a participação popular na ruptura de paradigmas ditados pelo atual padrão social. A intenção é mostrar que por trás da rotina diária, existe um processo de produção do espaço e até mesmo de um padrão de vida, que é propagado como a maneira correta de se viver na atualidade. Assim,

a finalidade dos quadrinhos é despertar, também, questionamentos e inquietações no leitor, que ao se deparar com diferentes realidades, possa se enxergar dentro de alguma delas.

## 1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

No capítulo *A Condição Urbana* construiu-se o embasamento teórico que orientou a análise deste trabalho, procurando abordar conceitos que trouxessem o entendimento a respeito das interações dos indivíduos uns com os outros e com o meio onde vivem. Buscou-se mostrar também as mudanças ocorridas nas cidades, retratando a atual condição urbana e a lógica da produção do espaço.

Certeau (1998), através das discussões a respeito do cotidiano, insere a compreensão sobre a vida de cada indivíduo como os praticantes comuns da cidade, que passam a se integrar em um texto urbano, onde cada ser é um elemento assinado por tantos outros. É assim, que o diálogo da realidade cotidiana se mistura ao conceito da experiência urbana, trazido por Mogin (2009), onde os indivíduos estabelecem uma teia de relações com outros e em seguida com o mundo que os cerca.

Mogin (2009) foi suporte teórico fundamental para entender as transformações ocorridas que modificaram a condição urbana das cidades. Assim, o espaço urbano que outrora permitia interações entre os indivíduos, no contexto do século XX passou a se expandir e caminhou para a atual condição de uma cidade de três velocidades (exclusão, periurbanização e gentrificação), modificando as práticas espaciais e a vida cotidiana.

Lefebvre (2000) foi também um importante embasamento teórico para a compreensão da produção do espaço e de conceitos como o da prática espacial. Para o autor, o espaço produzido é carregado de ideologias e criado para cumprir algum propósito, sendo fruto de uma lógica de dominação. A esse pensamento acrescenta-se a tese de Villaça (1998) que defende a produção como consequência de uma disputa de classes sociais pelo controle de lugares.

O capítulo *O Espaço Concebido e as Práticas Espaciais* divide-se em dois momentos, onde primeiramente buscou-se abordar a produção do espaço que originou a Cidade Dispersa de São Luís, como denomina Wall (2011), e os modos

de morar que foram criados nesse processo. Mostrou-se como os Planos Diretores de 1974 e 1992 orientaram a ocupação das novas áreas e assim geraram mudanças na vivência e nas práticas espaciais cotidianas. Em um segundo momento, tratou-se de identificar essas transformações e analisar as práticas espaciais produzidas no novo modo de morar, recrear-se e deslocar-se, frutos de um espaço concebido que se modificou priorizando a individualização e privatização territorial. A análise, como uma própria leitura da cidade, fez-se através da observação direta destas práticas e de conversas informais com diferentes moradores da cidade. Através de entrevistas “não estruturadas”, conhecer diferentes cotidianos foi um importante suporte à síntese produzida da relação das pessoas com o meio urbano em que vivem.

Da mesma maneira, a conversa com os moradores e a observação direta, possibilitaram a criação das histórias narrativas, que encontram-se no capítulo *A Cidade: Um Tecido Narrativo*. Os pequenos trechos de fatos corriqueiros do cotidiano foram retratados em quadrinhos, no capítulo *São Luís em Quadrinhos*, divididos em três temas: *Os Muros*, *Ritmo Urbano* e *Pessoas Invisíveis*.

Por fim apresentam-se as *Considerações Finais* que trazem uma reflexão do que o trabalho pretendeu mostrar.

## 2 A CONDIÇÃO URBANA

### 2.1 REALIDADE COTIDIANA

A cidade, como Olivier Mogin (2009) a chama, é um tecido narrativo vivido no presente, entre o seu espaço e os corpos que a percorrem. É uma folha, jamais totalmente em branca, sobre a qual corpos contam histórias. Se se pode especificá-la, se apresenta tanto como um corpo, quanto como um tecido de trajetórias infinitas entremeadas.

Como explica a filósofa Agnes Heller (1990), a vida cotidiana é a vida de todo homem, a vida na qual o ser humano participa com todos os aspectos de sua individualidade. E constrói-se a realidade cotidiana a partir da interação do homem com o espaço, quando o próprio indivíduo se reconhece nele, estabelece uma teia de relações com outros e em seguida com o mundo que o cerca.

A forma da cidade, sua imagem mental, não corresponde em nada ao conjunto que o urbanista e o engenheiro projetam, não se decidem numa prancha de desenho os ritmos que tornam a cidade mais ou menos suportável e solidária. A cidade existe quando indivíduos conseguem criar vínculos provisórios em um espaço singular e se consideram como cidadãos (MOGIN, 2009, p.56).

Também não é a cidade um quadro de mediação entre trajetórias corporais e o saber de projetistas urbanos, e sim um cenário singular “que provoca ‘curtos-circuitos’ em todos os níveis: o curto-circuito do corpo que inventa seu percurso, o do homem do interior que se expõe ao exterior dentro de um espaço público” (MOGIN, 2009, p.38).

“Lugar praticado”: é assim que Mogin (2009) se refere ao espaço urbano. Teatro da vida ativa, devido à condição de ação, de praticar um lugar qualificado como urbano. A apropriação do espaço que se realiza através do corpo e todos os seus sentidos, bem como as relações com os demais, se refletem tanto na experiência urbana, como nas práticas espaciais e tem como produto uma realidade cotidiana. Nesse sentido a vida cotidiana remete a um complexo de atividades realizadas no dia-a-dia e o ser humano, ator deste “teatro”, se mostra ao mesmo tempo como agente controlador e controlado.

Para Michel de Certeau (1998), os indivíduos são os praticantes comuns da cidade – caminhantes e pedestres – que agem com o corpo, obedecendo aos cheios

e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo e vê-lo, formando poesias onde cada ser é um elemento assinado por muitos outros.

Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra (CERTEAU, 1998, p.171).

A primeira acepção do cotidiano começa com as histórias compostas pelos passos, a história dos caminhantes da cidade. É através deles que todas as ações se proferem e sua agitação é um produto inumerável de singularidades. “Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses ‘sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade’” (CERTEAU, 1998, p.176).

Certeau (1998) estabelece também o comparativo entre o ato de caminhar e o ato de falar, de modo que o caminhar está para o sistema urbano assim como a enunciação está para as frases proferidas. Dessa comparação pode-se entender que o caminhar organiza um conjunto de possibilidades, da mesma maneira que a combinação infinita de palavras gera possibilidades diversas de enunciados. Mas cabe aqui destacar que “se existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas” (CERTEAU, 1998, p.177).

Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem como efeito uma tríplice função “enunciativa”: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, “contratos” pragmáticos sob a forma de movimento (assim como a enunciação verbal é “alocução”, “coloca o outro em face” do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores) (CERTEAU, 1998, p.177).

A experiência da caminhada na cidade traduz uma exteriorização e libertação, na medida em que o transeunte se expõe ao “fora”. Daí é que essa experiência simboliza uma “passagem”, que não se reduz a um deslocamento entre privado e público, entre residência e rua, comércio e multidão, pois é, além disso, intercambiadora de funções e ritmos. O passante se apropria de uma liberdade e “inventa ritmos singulares entre um privado sufocante, porque solitário ou aburguesado demais, e uma multidão perigosa, porque rapidamente opressora e labiríntica” (MOGIN, 2009, p.74 e p.75).

A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensada pelas relações e os cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade (CERTEAU, 1998, p.183).

A vida cotidiana é hierárquica, no sentido de seguir a ordem de acordo com as necessidades prioritárias de cada indivíduo, é plural, por sofrer influência da relação social com o todo e é singular, por ser uma realidade única e individual na vida de cada um. Mas, à medida que as relações sociais se transformam, com o decorrer da história, o cotidiano dos indivíduos muda seu “padrão”. Padrão entendido aqui como um modo de vida que normalmente se afirma e passa a ser repetido de maneira previsível, caracterizando e até mesmo homogeneizando as ações e atividades cotidianas. Muitas vezes o cotidiano torna-se a realização de atividades mais automatizadas do que conscientes, acomodando as pessoas em uma rotina diária que coíbe enfrentar novas situações e refletir novas possibilidades.

Em meio a essa discussão, o indivíduo visto como praticante de sua rotina tem também sua realidade cotidiana influenciada e sendo fruto de uma produção social, histórica e espacial. Entende-se assim, que o meio urbano, como importante componente que influi no modo de vida, ao se modificar, provoca modificações também nas relações sociais dos indivíduos uns com os outros e com o espaço concebido.

Na atual condição urbana das cidades, destaca-se uma grande participação do estado e do próprio modelo de produção capitalista como influenciadores da vida cotidiana. Um modo de viver que mudou seus padrões, sendo reflexo de uma produção social hegemônica, de um controle estatal e de um modelo de produção vigente.

## 2.2 EXPERIÊNCIA URBANA

### 2.2.1 A experiência urbana entre “dois mundos”

“Entre dois mundos”: essa é a expressão usada por Mogin (2009) para abordar as duas condições urbanas, entre o mundo da cidade e o mundo do urbano generalizado. A condição em seu sentido primário, entendida como uma experiência

específica e multidimensional, de uma cidade compacta que permite interações e trocas; e a condição em seu sentido secundário, referenciando o estado atual do urbano, que se estende como um fator de dispersão e fragmentação, um território que extravasa limites.

No primeiro sentido, a condição urbana é entendida tanto como um território quanto uma experiência urbana que a cidade possibilita, com mais ou menos intensidade. A cidade é, portanto, “multiplicadora de relações, aceleradora de trocas” (MOGIN, 2009, p.29). Nesse sentido, é primeiramente a relação do corpo individualmente com o espaço, a experiência básica do indivíduo, que depois, em uma segunda dimensão, interage com outros corpos.

A cidade entendida como experiência urbana é polifônica. Ela é primeiramente uma experiência física, a marcha do corpo dentro de um espaço onde prevalece a relação circular entre um centro e uma periferia. A experiência urbana é, depois, um espaço público onde corpos se expõem e onde se pode inventar uma vida política pelo viés da deliberação, das liberdades e da reivindicação igualitária. Mas a cidade é também um objeto que se observa, a maquete que o arquiteto, o engenheiro e o urbanista tem diante dos olhos, uma construção, até mesmo um maquinário, submetida de imediato aos fluxos da técnica e ao desejo de controle do Estado (MOGIN, p. 29 e 30).

Mogin (2009) destaca que a experiência urbana tem uma dimensão pública, não porque lugares são definidos como públicos, mas pelo fato de criar condições de uma experiência de fricções e trocas entre os indivíduos. “O espaço público não é apenas um cenário, mas um teatro, um palco, onde sujeitos podem se tornar personagens, podem se emancipar de seus privados por demais privados, personagens que se dirigem uns aos outros” (MOGIN, 2009, p.61).

A cidade não cede lugar a uma oposição entre o sujeito individual e a ação pública, mas ela, ao contrário, provoca *curtos-circuitos* em vários níveis. Essas relações, os *curtos-circuitos* entre os indivíduos num mesmo espaço, possibilitando a vivência entre diversos perfis sociais, associam-se diretamente às noções de urbanidade. É neste sentido que trata-se aqui a urbanidade, uma experiência urbana que urde os vínculos com a democracia ao fazer permanecer juntos elementos heterogêneos, indivíduos diferentes e vindos de lugares diversos. “Uma urbanidade que é construída pelo uso dos espaços da cidade de forma democrática, pela convivência dos contrastes, que embora não elimine os conflitos, é absolutamente necessária para o exercício da cidadania plena de todos os seus habitantes.” (WALL, 2011, p. 34). Os espaços públicos, como interseções e cruzamentos de

lugares privados da vida individual, propiciam os encontros, a vivência de diversas pessoas e, portanto, a experiência urbana da urbanidade.

Urbanidade esta, que vem desaparecendo com o que a Carta de Atenas (1933), chamou de “crise de humanidade”, onde as cidades deixaram de corresponder a sua destinação, a de satisfazer as necessidades primordiais, biológicas e psicológicas, de uma população. É nesse contexto, que para Mogin, as cidades no século XX passaram da cidade ao urbano, de entidades circunscritas a metrópoles, e perdem cada vez mais sua característica de um espaço que reúne e integra, para dar lugar a um urbano que multipolariza, fragmenta e dispersa.

No mundo da “pós-cidade”, o mundo da globalização e de uma dinâmica metropolitana, a urbanidade se dissolve. A nova realidade é a de cidades ilimitadas, que se por um lado fragmenta e separa, por outro organiza logicamente tipos de agrupamentos homogêneos. Uma condição urbana que distingue lugares, hierarquiza-os e fragmenta-os.

À cidade promissora de integração e de solidariedade, tanto quanto de segurança, substituiu-se uma cidade “de muitas velocidades”, para retomar a expressão de Jacques Donzelot, que separa os grupos e comunidades, mantendo-os à distância uns dos outros (MOGIN, 2009, p.23).

Mogin (2009), referenciando Jacques Donzelot, aborda esse fenômeno pós-urbano como gerador da ascensão de desigualdades, de uma cidade de *três velocidades*: exclusão, periurbanização, gentrificação. Além disso, é nessa nova condição que o sentimento de “fazer sociedade” em um mesmo espaço urbano se desfaz. É nessa condição também que se inverte a lógica das relações sócio-espaciais e ocorre a valorização da circulação, a privatização em detrimento da vida pública e desmembramentos espaciais. E em um contexto de urbano globalizado, “certamente, ainda é permitido desfrutar da cidade, mas o prazer urbano é doravante o feito de uma cultura patrimonial de caráter enganoso” (MOGIN, 2009, p.140).

Esta é também a nova condição urbana de São Luís, como explica Marluce Wall (2011). Uma cidade que até a década de 1970 era concentrada, expandiu-se ocupando terras distantes do núcleo já consolidado, resultando em uma cidade dispersa.

Deste modo, a dispersão da cidade vai repercutir sobre a experiência urbana na sua dimensão pública e vai também ter um impacto sobre a experiência mais básica do indivíduo na cidade, a experiência urbana individual, a experiência do corpo na cidade que tem como primeiro movimento a apreensão da cidade pelo caminhar. É esta possibilidade que a condição da cidade dispersa dificulta ao se caracterizar pela

descontinuidade, pela interrupção dos espaços construídos (WALL, 2011, p.34).

## 2.2.2 Inversão de relações: uma cidade contraditória

A Carta de Atenas apresenta o morar, recrear-se e deslocar-se como três das funções-chaves do urbanismo. A partir dessas funções e através da análise da experiência urbana, explana-se a “crise do urbanismo”, onde a prevalência dos fluxos sobre os lugares e do privado sobre o público, refletem as novas condições das cidades de um urbanismo “doente”, que caminha para o que alguns autores chamam de “morte” das cidades.

Talvez elas possam morrer assim: quando todo mundo sofre, quando os transportes são tão penosos que os trabalhadores preferem desistir dos empregos de que têm necessidade; quando ninguém consegue água ou ar puro, quando ninguém pode ir passear. Talvez as cidades morram quando terminam de ser despojadas dos atrativos que de ordinário as cidades oferecem, do espetáculo das ruas, do sentimento exacerbado das possibilidades humanas, para se tornar simplesmente lugares superpovoados onde todo mundo sofre<sup>1</sup> (MOGIN, 2009, p.177 e 178).

É na cidade industrial, do final do século XIX, que ocorre a inversão de relações, onde os fluxos ganham prevalência sobre os lugares de permanência, e a circulação se torna o fator decisivo nas atividades da rotina diária. A “ascendência da circulação é também um fator monetário, pois consagra o dinheiro como permutador e mediador, ela prefigura a circulação contemporânea com a abertura dos mercados financeiros que distingue a terceira globalização” (MOGIN, 2009, p.83). Dessa forma, a circulação associa-se ao fator monetário em diversas escalas e de diversas formas, tanto como reafirmação histórica de modelos de produção que direcionaram as cidades a esta configuração, como por estar diretamente ligada a questão de controle do tempo e, conseqüentemente, do dinheiro.

Mogin (2009), explica que a circulação liga-se a questão do tempo, pelo próprio padrão ditado pelo atual estado de civilização, onde as grandes cidades são aglomerações de homens apressados, pressionados pelo tempo. “Uma rua reta, larga e bem pavimentada aproxima e, por assim dizer, coloca em contato dois

---

<sup>1</sup> V.S. Naipaul, *L'Inde: Um million de révoltes* (1981), Paris: Plon, 1992, p.387-388. [ed. Bras. *Índia: Um milhão de motins agora*. São Paulo: Cia das letras, 1997].

pontos que nos pareciam distantes uma légua”<sup>2</sup> (MOGIN, 2009, p.82) E é aí que a circulação se destaca como fator decisivo.

Como a potência da circulação traduz um recuo frente à experiência urbana, que exige tempo, ela favorece simultaneamente uma inversão das relações entre o privado e o público. Mesmo se ele “circula”, se ele sai de casa, o burguês balzaquiano deve ganhar dinheiro e tempo, consumir e voltar para casa, para um interior protegido do exterior (MOGIN, 2009, p.83).

Ocorre, conseqüentemente, uma inversão do público para o privado, uma vez que essa relação se desequilibra em benefício da primeira, assim os contatos tornam-se mais raros e é dessa forma que esse fenômeno perturba as atribuições da experiência urbana.

Caminha-se, então, para uma transformação, onde os locais de convívio social da cidade perdem terreno para novos modos de morar e novos modos de lazer, que fecham-se em si e restringem-se a determinados espaços e a determinadas classes sociais. Esse fato inaugura o que Mogin (2009) chama de uma privatização da própria experiência urbana.

Os espaços de vivência – as ruas, praças e espaços de lazer – são substituídos por um novo padrão: o lazer privativo dos shoppings centers. Um espaço “enclausurado” que reproduz ruas comerciais da própria cidade e praças de interação: “um espaço público onde a civilidade é arrefecida e a cidadania cercada”<sup>3</sup> (MOGIN, 2009, p.167).

O fenômeno dos condomínios fechados destaca-se aqui como uma forma da privatização do modo de morar. Criam-se núcleos fechados, “cidades” dentro da própria cidade, que retratam uma maneira de ser de indivíduos que “negam à cidade, assimilada a uma máquina congelando as relações entre burgueses que perderam toda vontade de se relacionar com os outros” (MOGIN, 2009, p.57). A esses núcleos, pode-se usar a referência de um urbanismo da anticidade.

O urbanismo da anticidade procura conter a cidade dentro de um lugar, dentro de uma “máquina celibatária”, um objeto de arte que se basta a si mesmo no sentido de que ele não tem necessidade de estar ligado a outra coisa, um objeto de arte que não é mais o imóvel criado pelo arquiteto, mas a cidade-imóvel, a cidade imobilizada em um lugar (MOGIN, 2009, p.119).

As cidades criam fronteiras internas e muram-se as casas, os lazeres e os trabalhos. As ruas transformam-se em um hall central que se encontra no interior de

---

<sup>2</sup> Guy Burgel, in Georges Duby (Org.), Histoire de la France urbaine, t. 4: La Ville de l'âge industriel, Paris: Seuil, 1983, p. 103.

<sup>3</sup> “Civilité tiède” e “citoyenneté privée” são expressões emprestadas de Lúcio Kowarick, que as aplica à cidade global no Brasil.

um “imóvel-cidade”. Hall este que é local apenas de passagem e repele permanências e interações. “Logo as ruas das cidades resplenderão como grandes muros brancos. A cidade do século XX será deslumbrante e nua”<sup>4</sup> (MOGIN, 2009, p.119).

Por outro viés interpretativo, analisa-se que esses modos de morar remetem a uma espécie de “refúgio” dos males da cidade. São núcleos fechados, “cidades-refúgio”, assim justificadas por uma intenção de proteção e segurança. Paradoxalmente, Mogin (2009) usa o termo “cidade-refúgio”, de forte tradição antiga e bíblica, para referenciar um local que acolhe aquele que cometeu um erro e precisava refugiar-se para não ser vítima de uma vingança injusta. A um indivíduo “novo” diante dessa situação, desconhecendo, portanto, quaisquer das intenções, justificativas e processo histórico por trás dessa condição urbana, possivelmente indagar-se-ia algumas questões contraditórias: Quem mora por trás dos muros? Estão presos ali por serem perigosos demais? Ou o que há ali de tão bom que os restrinja de viver o todo? Ou o que há de tão ruim “fora” que os restrinja a uma “cápsula de cidade”?

Ao tratar de núcleos de urbanização homogêneos, distintos e separados uns dos outros, Mogin, referenciado por Jacques Donzelot, aborda três formas de um “entre-si” residencial: *entre-si obrigação*, *entre-si protetor*, *entre-si seletivo*. Esses modos de morar estão diretamente associados às tendências de fragmentação – exclusão, periurbanização, gentrificação – da cidade de *três velocidades*.

O *entre-si obrigação* remete aos grandes conjuntos de zonas de relegação/exclusão da cidade, como o exemplo dos subúrbios e guetos, e “assume uma forma restritiva: ‘os habitantes estão ali porque não podem estar em outro lugar e não escolhem em nada a sociedade de seus vizinhos’” (MOGIN, 2009, p.211). Não se escolhe morar nessas áreas e muitas vezes são as áreas que “restam” a serem ocupadas, aquelas que a especulação imobiliária ainda não almejou em seu domínio e que, por enquanto, ainda podem ser ocupadas pelos demais. Áreas distantes em relação ao emprego, onde reina a insegurança e desvalorização dos espaços públicos.

O *entre-si periurbano* se refere a um modo de viver em uma área escolhida voluntariamente a uma distância tanto das zonas de relegação, como dos centros da

---

<sup>4</sup> Adolf Loos, 1908.

cidade. Sendo distante, instalando-se nas periferias do urbano e extravasando os limites, exige fluidez e uma grande mobilidade, novos fluxos distintos dos intraurbanos, e uma segurança contrastante a insegurança instaurada nas cidades. São também “cidades dormitórios”, pois seus moradores trabalham, a maior parte do tempo, muito distante de onde habitam. A busca por proteção faz com que os habitantes se isolem a fim de se instalar em uma vizinhança reconfortante e assim “poder levar uma vida feita de deslocamentos importantes tanto para seus empregos quanto para suas compras e lazer, e até mesmo para a educação de seus filhos”<sup>5</sup> (MOGIN, 2009, p.212 e 213).

O *entre-si seletivo*, por sua vez, pertence aos habitantes dos centros gentrificados, o que permite a eles usufruir das vantagens da cidade sem temer seus inconvenientes. Não se submetem mais a intensa mobilidade exigida pela periurbanização, pois estão mais próximos das áreas de trabalhos e lazer.

É diante de uma cidade que comporta essas “velocidades” de fragmentação, que sua condição como possibilitadora de relações diversas, interações entre os indivíduos de uma sociedade, enfraquecesse e gera um ritmo cotidiano questionável e contraditório. A experiência urbana, outrora, uma experiência de libertação, é rompida e os moradores da cidade não conseguem mais estabelecer vínculos com seus espaços, perdendo um sentimento de pertencimento urbano, deixando de se considerar, portanto, como cidadãos.

### 2.3 AS PRÁTICAS ESPACIAIS

Ao tratar de práticas espaciais, torna-se necessário primeiramente o estudo do espaço produzido e do espaço social. A cidade enquanto prática social, não pode ser limitada somente a experiência urbana, pois é também resultado de uma apropriação e manipulação da ação humana. O espaço, que foi por muito tempo analisado somente como palco onde se desenvolve a vida, é visto agora como produzido e produtor.

Henri Lefebvre (2000) entende o espaço como um produto social. No entanto, considerá-lo como um produto não equivale a vê-lo como mero objeto resultante, um produto qualquer entre os produtos, ou coisa qualquer entre as coisas. A concepção

---

<sup>5</sup> Jacques Donzelot, “La Ville à trois vitesses”.

do espaço como um produto social, resulta de uma sequência e de um conjunto de operações e relações sociais e espaciais.

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. [...] Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas (LEFEBVRE, 2000, p.05).

Entende-se o espaço social e o urbano em sua multiplicidade, onde se compenetraram e/ou se superpõem, a partir de diversas variáveis. Lefebvre (2000) o compara a um “folheado” (doce denominado “mil-folhas”), onde o espaço aparece como a sobreposição de diversas condicionantes em que múltiplos fluxos o atravessam, se compenetrando ou se afrontando.

Esse espaço seria abstrato? Sim, mas ele também é “real”, como a mercadoria e o dinheiro, essas abstrações concretas. Ele seria concreto? Sim, mas não da mesma maneira que um objeto, um produto qualquer. Ele é instrumental? Decerto, mas, como o conhecimento, ele transcende a instrumentalidade (LEFEBVRE, 2000, p.31).

Um espaço social é então entendido como a ligação entre o urbano e o cotidiano, como produto e produção, simultaneamente. E segundo Wall (2011), estando ligados, a produção do espaço implica na participação das pessoas através do cotidiano.

O espaço social compreende, portanto, a incorporação dos atos sociais, tanto no campo da coletividade como da individualidade, onde as pessoas se situam, usufruindo-o e transformando-o. “Como espaço social, ele é obra e produto: realização do ‘ser social’” (LEFEBVRE, 2000, p.87). Nesse sentido, pode ser analisado pelas relações sociais, onde a prática social produz e cria obras.

A forma do espaço social é o encontro, a reunião, a simultaneidade. O que se reúne? O que é reunido? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade, - seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos. O espaço-natureza justapõe, dispersa; ele coloca uns ao lado dos outros, os lugares e o que os ocupa. Ele particulariza. O espaço social implica a reunião atual ou possível em um ponto, em torno deste ponto. Logo, a acumulação possível (virtualidade que se realiza em certas condições) (LEFEBVRE, 2000, p.87).

Diante da análise de produção espacial, Lefebvre (2000) a aborda em uma triplicidade conceitual, dividida em três momentos distintos: *percebido* (prática espacial), *concebido* (representação do espaço), *vivido* (espaços de representação).

A prática espacial, o momento *percebido*, diz respeito ao lugar físico e a vida que nele se desenvolve. “É a relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance” (LEFEBVRE, 2000, p.36). Como fala o autor, a prática é uma associação do espaço percebido, da realidade cotidiana (o emprego do tempo) e da realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). Portanto, as performances espaciais dos indivíduos de uma sociedade estão diretamente relacionadas com sua experiência urbana e cotidiana.

A representação do espaço, o espaço *concebido*, é o momento da sua concepção. É o espaço dominante de uma sociedade e, portanto, seu modo de produção. Já o espaço de representação, “é o espaço *vivido* através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos habitantes, dos usuários, mas também de certos artistas. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2000, p.40).

É importante destacar que esses três momentos estão intimamente ligados e não podem ser entendidos como fases desconexas de uma produção do espaço. É necessário, portanto, que estejam relacionados de forma que um indivíduo possa passar de um ao outro sem se perder.

Na verdade, estas relações não são nem simples nem estáveis. Não são também simples relação de causa e efeito. A prática espacial, por exemplo, que Lefebvre claramente assume como o momento do percebido é, não pode deixar de ser, o momento dos usuários, da vivência, da experiência, a partir mesmo da própria definição. Por outro lado, o momento do vivido, da representação, pelo mesmo motivo não pode deixar de ser o momento do percebido, que elaborado de forma sensível se relaciona com interpretações, representações acerca do espaço, momentos carregados de simbolismo. Finalmente a prática espacial se dá em um espaço tornado material e físico segundo uma determinada concepção do espaço, estando, portanto inteiramente imbricados os três momentos (WALL, 2011, p. 53).

Partindo dessa base conceitual, inicia-se aqui a análise do espaço produzido, submetido à técnica e ao contexto político, segundo uma intenção, criado por um motivo e para cumprir algum propósito, como fala Wall (2011). É nesse sentido, que a teoria Lefebvrina mostra que a produção do espaço sofre influência da hegemonia de uma classe, sendo, portanto, fruto de uma lógica de dominação. “Um conceito que diz respeito ao poder de uma classe dominante exercido sobre as outras, o mais frequentemente por pessoas intermediárias: o poder instituído do Estado, os políticos, as personalidades e os partidos, mas também pelos intelectuais e sábios” (WALL, 2011, p.39).

Para explicar a questão do ambiente construído, Flávio Villaça (1998) também mostra que ela ocorre sob uma disputa das classes sociais pelo controle do tempo: disputa do perto e longe. Segundo o autor, o perto e longe são produção social porque há uma tendência das classes médias e altas, dominantes nesse contexto, em direcionar a ocupação a seu favor. Uma luta de classes que se reflete na luta por lugares, no controle espacial.

Essa luta é capaz de gerar diferenças que transcendem o campo econômico. Dessa forma, limita, conduz e molda as formas de domínio do espaço e gera uma segregação socioespacial, que se esconde por trás de um processo natural de modernização das cidades.

A luta de classes? Ela intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. [...] Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias (LEFEBVRE, 2000, p.52).

No fim das contas, faz-se parecer que o “resultado” produzido, bem como suas problemáticas e segregações, são fruto de uma evolução natural das cidades, isolando a ação social deste processo. A atuação hegemônica camufla-se, bem como seu papel no domínio do pensamento e ação para esta produção, e faz-se parecer assim que o espaço é neutro, “concebido segundo critérios absolutamente científicos do que é uma boa cidade” (WALL, 2011, p.40). Daí a conclusão, mais uma vez, que a produção cumpre certa “finalidade” e o espaço resultante não é neutro.

Terminada a construção, retiram-se os andaimes; rasgam-se os rascunhos e o pintor sabe quando passa do esboço ao quadro. Eis porque os produtos e mesmo as obras também têm esse traço característico: desprender-se do trabalho produtivo. A tal ponto que o esquecemos, e tal esquecimento – essa ocultação, diria um filósofo – torna possível o fetichismo da mercadoria: o fato de que ele implica relações sociais e o fato de que ela causa seu desconhecimento (LEFEBVRE, 2000, p.96).

Para Lefebvre, o capitalismo e o neo-capitalismo produziram um espaço usado como mercadoria, onde seu valor de troca é mais significativo que seu valor de uso. Esse controle, a tendência dominante, fragmenta e recorta o espaço, intensificando as segregações. Nesse sentido nota-se o poder de influência do capitalismo, pela transferência da lógica da produção industrial para o processo de urbanização.

Privilegiam-se os interesses econômicos dominantes e o espaço como mercadoria, como explica Wall (2011), e dessa forma caminha a urbanização de São

Luís, pautada nos moldes do capitalismo, que valoriza a privatização em prol da sua articulação com o público, com o todo. A discussão hegemônica atrelada a um modelo de produção que se refletiu na urbanização de cidades permite entender, portanto, “como certos modos de morar que são convenientes para o mercado imobiliário, muitas vezes se afirmam como o único modo desejável” (WALL, 2011, p.40). Como explica a autora, a vida comunitária e a própria qualidade de vida são “vendidas” pelo novo padrão habitacional que domina a Ilha.

### **3 O ESPAÇO CONCEBIDO E AS PRÁTICAS ESPACIAIS EM SÃO LUÍS**

#### **3.1 ESPAÇO CONCEBIDO**

Para analisar as práticas espaciais, termo utilizado por Lefebvre (2000) que designa o lugar físico e a vida que nele se desenvolve, parte-se inicialmente do estudo do espaço concebido, espaço resultante de uma ação social. Estudar a produção do espaço físico é o que nos leva também a entender a atual condição urbana de São Luís, tratada aqui como uma cidade dispersa, como a denomina Wall (2011).

A cidade se distingue em dois momentos, em duas condições urbanas, onde em um primeiro momento existia a condição de uma cidade compacta, que depois passa à atual condição de cidade dispersa. Dessa maneira, estudar a passagem de uma condição à outra nos faz compreender não só o processo de urbanização adotado, como também as mudanças geradas nas práticas espaciais e no modo de vida das pessoas.

A cidade de São Luís, entendida primeiramente na sua condição urbana de cidade compacta, se caracterizava pela concentração de pessoas em um espaço circunscrito, o que permitia trocas e interações de convivência entre seus moradores. Favorecia a experiência urbana direta da vivência e das possibilidades de encontros, que até por volta de 1965 se restringia ao núcleo original do Centro e a extensão de bairros Monte Castelo, Alemanha e João Paulo.

A segunda condição urbana, a que se pretende entender aqui, é a de uma cidade marcada por um processo de urbanização que produziu a dispersão territorial. Como explica Wall (2011), essa é a condição de uma cidade que se caracterizou pela descontinuidade e desconcentração do espaço construído, pela expansão que seguiu diferentes direções e originou ocupações de núcleos homogêneos desconexos. Gerou, conseqüentemente, a mudança da relação do indivíduo com a cidade e com os demais, ou seja, interferiu diretamente na experiência urbana e no estilo de vida, caminhando rumo a uma constante individualização e privatização territorial. Da mesma forma, a cidade que outrora compacta permitia rápidos e fáceis deslocamentos, com a dispersão passou a multiplicar distâncias que tornaram o uso do automóvel uma realidade dominante.

### 3.1.1 Uma Cidade Dispersa

O processo de dispersão, segundo Wall (2011), foi primeiramente produto direto das propostas do Plano Diretor de 1974 e das atividades fundiárias e imobiliárias conduzidas pelo poder público, que orientaram a urbanização com prioridade para a ocupação da orla. Logicamente as características físicas territoriais também influenciaram nesse processo, pois a distância das praias em relação ao núcleo original foi também contribuinte para o fator da dispersão.

Habitar novas áreas exigiu novos acessos e assim, o quadro da ocupação passa a se modificar com a construção das pontes sobre o Rio Anil e a abertura de extensas avenidas, que deram partida ao definitivo processo de urbanização das áreas praianas do setor norte da Ilha e também do Itaqui Bacanga.

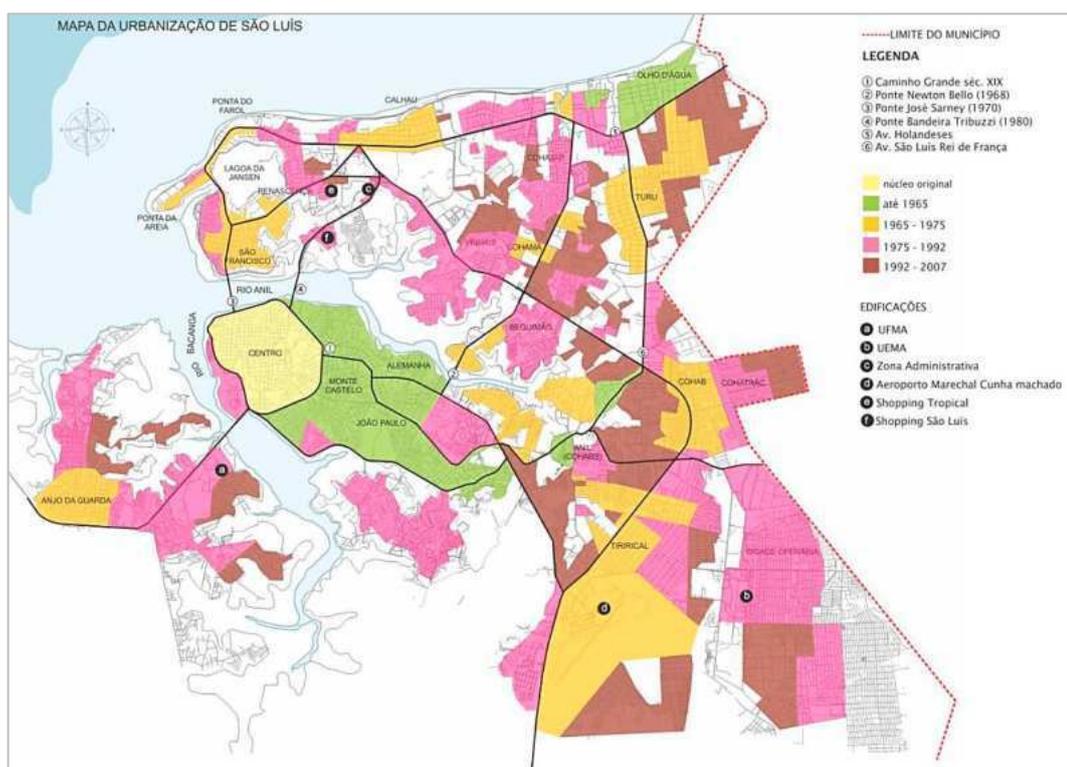


Figura 1: Construção da Urbanização Dispersa.

Fonte: Wall, 2011, p.122.

No mapa é possível evidenciar a urbanização dispersa. Fica clara a estratégia de urbanização de ocupar em primeiro lugar a orla litorânea e a proximidade dos limites do município. Evidencia-se a descontinuidade do ambiente construído.

Assim, como Wall (2011) pontua, com a proposta de ocupação das praias como áreas residenciais, era preciso que se resolvesse a questão da distância que transformava atividades cotidianas em longas e cansativas idas e vindas, percorrendo estradas que as separavam do Centro consolidado. Era necessário

conectar os novos espaços aos antigos, facilitando a ligação da área residencial às áreas de trabalho e comércio, estruturadas no Centro.

As novas avenidas fizeram o truque. Elas avisavam que era possível morar nas praias distantes, ou em outros lugares igualmente distantes, com toda a segurança de que se poderia trabalhar, levar os filhos para a escola e realizar todas as tarefas do cotidiano sem perder tempo. Ou pelo menos sem perder muito tempo. (WALL, 2011, p.125).

A ocupação territorial foi, dessa forma, também induzida pela implantação de infraestrutura urbana e, assim, a construção da malha viária, que favoreceu a descontinuidade do espaço construído, se tornou um importante componente da dispersão territorial, como pode ser observado no mapa a seguir.



Figura 2: Proposta da malha viária da Ilha de São Luís.  
Fonte: Plano Diretor, 1974.

### 3.1.2 A Expansão e os Modos de Morar

A expansão da cidade seguiu rumo às praias e o bairro Olho d'Água foi um dos locais onde iniciou-se esse processo. O bairro que antes se configurava como um lugar de veraneio, com as novas avenidas se tornou atrativo e passou a ser o local de moradia da elite, que deixou de morar nas proximidades dos locais de trabalho e compras para priorizar um modo de vida “valorizado” próximo às praias e regado por uma maior privacidade e individualidade. O modo de morar afastado, retratando o próprio desejo de estar “entre-si”, como diz Mogin (2009).

A busca de prestígio ou da proximidade da praia se encontram no desejo de uma qualidade de vida, uma qualidade de morar que se colocava em oposição ao morar na cidade existente. Que significava em larga medida, a

fuga da cidade, aqui representada como um lugar congestionado, com todos os inconvenientes de um local muito populoso, com os inconvenientes da proximidade com uma vizinhança indesejável, com os inconvenientes de uma menor possibilidade de privacidade (WALL, 2011, p.142).

É nesse sentido que a vida cotidiana de uma cidade dispersa passa a representar a dispersão como uma alternativa à própria concentração de núcleos homogêneos, como explica Wall (2011) referenciando-se por Secchi (2006, 2009). A distância dessas novas áreas residenciais com o Centro se tornou um fator desejado. Assim, o Olho d'Água, o Calhau e as áreas praianas foram sendo ocupados, se afirmando como o modo de morar ideal e permaneceram nesta situação “até a década de 1990 quando mudanças na urbanização constroem outra espacialidade, outra urbanidade” (WALL, 2011, p.145).

O bairro da Ponta d'Areia, que também fazia parte da proposta de ocupação ditada no PD/74, não seguiu o mesmo ritmo do Olho d'Água. O espaço foi loteado, mas os terrenos vendidos não deram lugar a uma ocupação por prédios, como o esperado, e nem corresponderam ao setor de turismo previsto.

Alguns motivos podem ter influenciado a não ocupação imediata, mas talvez o principal deles tenha sido a espera do mercado imobiliário que, garantindo a posse do terreno, passou a esperar a valorização dessas terras, que carregavam tanto o prestígio da proximidade com a praia, como a proximidade com o bairro do Centro. Partiu-se para “comercializar o ‘miolo’, as terras que, enquanto detivessem o poder de avistar a praia ao longe valeriam (porque não havia ocupação entre este miolo e o mar) muito mais do que depois de toda a orla ocupada” (WALL, 2011, p.146). A dispersão aparece aqui, como um fator que se tornou favorável ao início de um processo que caminhou para a alta especulação imobiliária em determinados trechos da cidade.

Ao mesmo tempo em que eram ocupadas as regiões praianas, a produção dos conjuntos habitacionais iniciou outra etapa marcante da urbanização da cidade. Desempenharam a função importante de alojar o contingente populacional que chegava a São Luís, por diferentes motivos, e representaram a possibilidade de aquisição da casa própria.

Os conjuntos ocuparam áreas específicas determinadas pelo Plano Diretor e essa diferenciação espacial se traduziu claramente como a utilização do espaço como um produto a ser vendido. Este fato reafirma o que Villaça (1998) trata como a produção do espaço sob a disputa de classes sociais, a disputa do perto e do longe

e conseqüentemente, dos tempos de deslocamentos na cidade. Assim, os menores valores de terra eram atribuídos às áreas mais distantes das regiões praianas.

O zoneamento determinou que os loteamentos e os conjuntos residenciais fossem distribuídos cuidadosamente agrupados em faixas distintas segundo estes valores. Os “jardins” como eram chamados os loteamentos residenciais mais valiosos, para a elite, ficavam nas áreas próximas à orla marítima, do Olho d’Água à Ponta da Areia, passando pelo Calhau. Ocupando quase toda a extensão da gleba Rio Anil. Para os segmentos de renda média, polos de habitação na faixa de terra interna próxima ao Rio Anil. Para os setores populares, as áreas periféricas, próximas do distrito industrial (WALL, 2011, p.128 e 129).



Figura 3: Mapa da Segregação Espacial.

Fonte: Prefeitura de São Luís, 1975. Modificado por Wall, 2011, p.128.

Surgem nesses novos núcleos de ocupação de áreas residenciais, um modo de morar que de certa forma resgatou o sentido da experiência urbana. Nos conjuntos destinados para a classe popular, o sentido de vizinhança veio à tona também com a construção, não prioritária, de algumas praças, centros comunitários, associações de moradores ou mesmo de campinhos de futebol.

Além disso, com a construção de espaços isolados na cidade, nos núcleos habitacionais foi surgindo a necessidade de interação entre a vizinhança e estabeleceram-se vínculos entre os moradores, de uma convivência semelhante a que se conhecia na “cidade antiga”. “Comportamentos como se arrumar no final da tarde e colocar as cadeiras na porta para uma conversa agradável. Ou as brincadeiras das crianças na rua. Ou no fim de semana, os encontros dos vizinhos, para um jogo de futebol” (WALL, 2011, p.153).

Por outro lado, o isolamento influenciou também o surgimento da oportunidade de negócios, onde os moradores cediam parte de suas casas para

instalar pequenos comércios que suprissem necessidades diárias. Com o crescimento populacional, essa necessidade aumentou e as avenidas dos entornos dos conjuntos habitacionais se tornaram os espaços atrativos para a instalação de comércio e serviço.

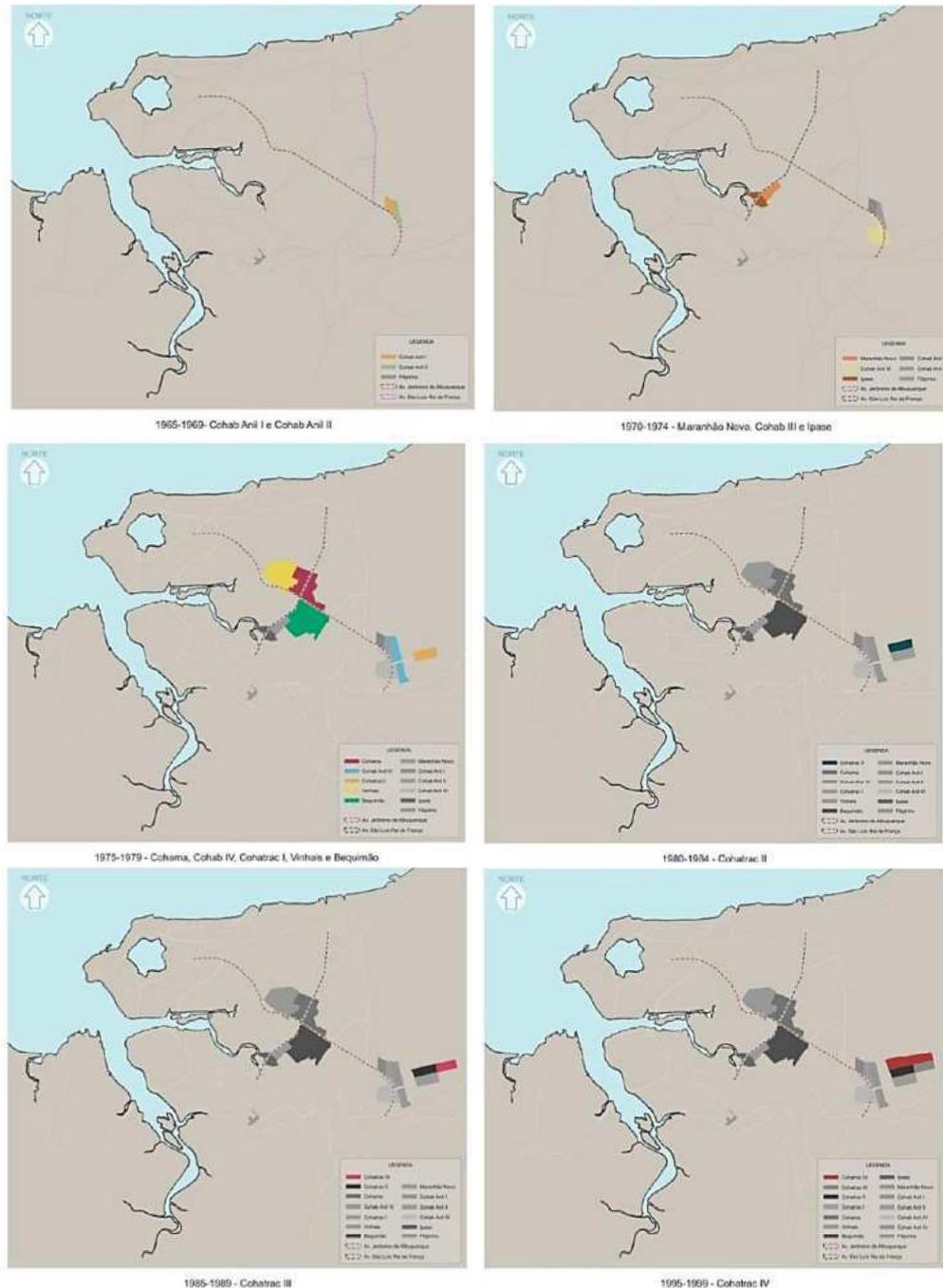


Figura 4 a 5: Mapas esquemáticos de conjuntos habitacionais ao longo de vias estruturantes Avenida Daniel de La Touche e Jerônimo de Albuquerque.  
Fonte: Pessoa, 2010, *apud* Wall, 2011.

Já a ocupação do São Francisco e Renascença, mesmo que seguindo o novo padrão da privacidade de casas individuais, deu lugar a uma maneira de morar

diferente, que permitia uma maior urbanidade, agora sim, mais aproximada a da cidade compacta existente. Como explica Wall (2011), a proximidade com o Centro favoreceu o conforto da ausência de grandes deslocamentos pela cidade, mas também a possibilidade, diferentemente do Centro, de um modo de morar que trouxesse as facilidades do carro na garagem.

Entretanto, carrega para si características da urbanidade da cidade existente. No traçado regular, nas calçadas, nas praças, nas ruas comerciais próximas. [...] Podia-se morar confortavelmente e levar os filhos à escola, fazer compras ou chegar ao trabalho, todos ainda localizados prioritariamente no centro, sem que isso significasse um grande sacrifício (WALL, 2011, p.149).

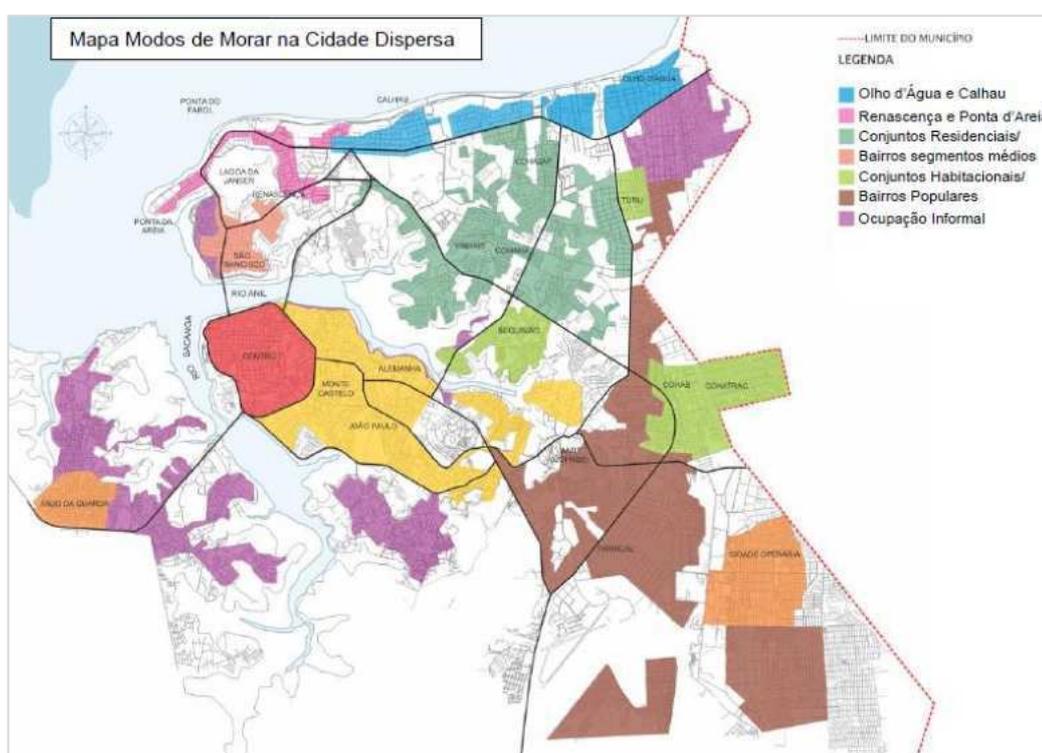


Figura 6: Modos de Morar na Cidade Dispersa.

Fonte: WALL, 2011, p.157.

O mapa apresenta os modos de morar que foram criados a partir do Plano Diretor de 1974, derivados em grande parte dos modos de urbanizar adotados: a praia como atração, os loteamentos para a elite. Os conjuntos residenciais para os segmentos médios e os conjuntos habitacionais para os segmentos populares. Identifica-se nos mapas também as ocupações informais.

### 3.1.3 Novos modos de morar

A construção do Tropical Shopping Center, inaugurado em 1986 no bairro do Renascença, desencadeou mudanças significativas na ocupação da área e foi uma intervenção diretamente ligada a dispersão territorial. Esse grande empreendimento comercial, trazendo o anúncio da modernidade, possibilitou a formação de uma nova centralidade na cidade, mais próxima das novas áreas ocupadas. Como aborda

Frederico Burnett (2006), o shopping influenciou a consolidação da ocupação da área litorânea e, além disso, acarretou também mudanças na própria legislação urbanística da cidade.

A combinação 'residência & shopping center', em um ambiente urbano caracterizado pela precariedade de equipamentos de usos coletivos, foi fundamental para consolidar o padrão dos condomínios verticais que sinalizaram para um segmento da construção civil, então órfã dos incentivos estatais desde a crise e posterior dismantelamento do SFH, com um mercado de retorno seguro e lucrativo. Este é o fato que promove a mudança da ocupação da região e, por extensão, da estrutura da indústria da construção civil local que, agora sim, se volta decisivamente para a nova tipologia arquitetônica (BURNETT, 2006, p.189).

Surgiu a proposta de mudança na legislação urbanística, que trazia a intenção de promover o adensamento de determinadas áreas da cidade, a fim de “preencher” os grandes espaços não ocupados, resultantes da urbanização dispersa. Assim, a Lei de Zoneamento de 1992, a fim de incentivar a ocupação dos vazios urbanos, promoveu a ampliação de gabarito, de forma significativa, em determinadas áreas.

No entanto, Wall (2011) referenciando Espírito Santo (2006), explica que essa intenção se transformou, intencionalmente ou não, num grande incentivo ao mercado imobiliário e não aconteceu de maneira uniforme em todo território. Resultado: houve uma concentração construtiva em setores específicos da cidade, como principalmente o Renascença, a Ponta d'Areia e alguns trechos das avenidas.



Figura 7: Localização da ampliação de gabaritos. Figura 8: Operações Urbanas do PD/92  
Fonte: Prefeitura de São Luís, 2006 em Espírito Santo, 2006 apud Wall, 2011.

Dessa forma, a mudança da legislação que acompanhou a instalação do Shopping, fez com que o bairro Renascença II se tornasse então a nova área de prestígio social e onde a classe dominante passou a se instalar. A verticalização não era uma novidade em São Luís, mas o modo de morar em condomínios fechados multifamiliares se reinventou com o aumento dos gabaritos (de seis para a

possibilidade de atingir até quinze) e se tornou o novo padrão habitacional desejado e difundido.

A ocupação dessa área pelas classes dominantes passou a atrair também empreendimentos comerciais e surgiram os edifícios dedicados a alojar serviços, escritórios e consultórios de profissionais liberais, como explica Wall (2011). A disputa do espaço por classes sociais, como Villaça (1998) defende, aparece quando esse local, ao ser ocupado pelos segmentos mais abastados, arrasta para sua proximidade a instalação de equipamentos desejados: a criação do perto para si e o longe para os demais.

Em locais da cidade onde o Plano Diretor não “permitia” a verticalização, eram determinados lotes maiores, que deixaram de abrigar casas ou sítios, para dar lugar a conjuntos de casas enfileiradas, caracterizando também outro modo de morar que vingou na cidade: os condomínios fechados unifamiliares. Esse padrão se alojou mais ao leste da cidade.

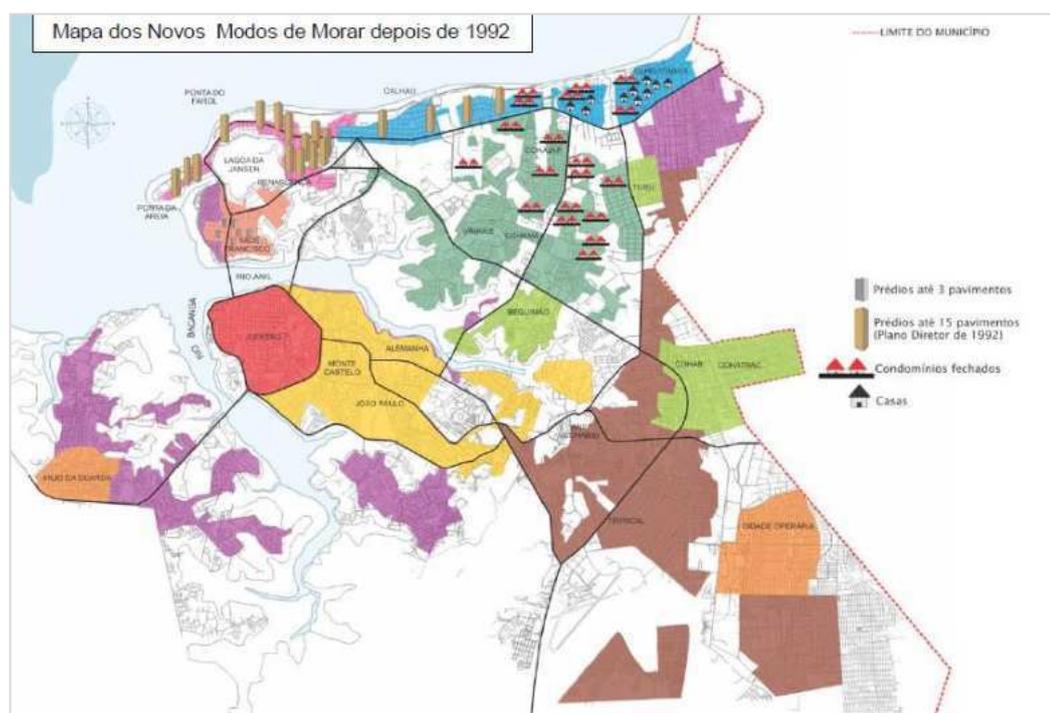


Figura 9: Mapa de Novos Modos de Morar depois de 1992.

Fonte: Wall, 2011, p. 202.

Neste mapa, sobrepõem-se ao primeiro mapa, as modificações ocorridas a partir do Plano Diretor de 1992 e identificam-se a produção da verticalização e dos condomínios fechados.

Outra intervenção que favoreceu também a dispersão, como diz Wall (2011), foi o próprio processo de duplicação das vias estruturantes do PD/74, como a Avenida dos Holandeses, em 1980, e finalização da Avenida Litorânea, em 1990,

que abriu caminho para a ocupação à beira-mar. Importante destacar aqui que seguindo a mesma lógica que a própria Ponta d'Areia (da não ocupação imediata dos terrenos por prédios) curiosamente não foram construídas muitas edificações na Avenida Litorânea e, grande parte das casas que ali haviam, foram cedendo lugar a restaurantes, pousadas e hotéis. Como o PD/92 limitou o gabarito da área em até três pavimentos, o setor imobiliário desinteressou-se e parece ter aguardado uma futura mudança de gabarito, para então investir e lucrar na área da orla, potencialmente atrativa e “lucrativa”.

Assim, todo esse processo de urbanização, como diz Burnett (2012), permitiu que grandes áreas permanecessem sem utilização, esperando por tempos mais propícios à sua comercialização, e dessa forma a cidade se apresentou ao mercado imobiliário, com um invejável “cardápio” de terras urbanizadas e bem localizadas, que logo deram lugar a empreendimentos de condomínios fechados para a alta e média renda.

Em bairros como Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Angelim, Turu e Maranhão Novo, entre outros, as parcerias com construtoras locais permitiu a realização de grandes negócios. Em alguns casos, reservas ambientais com matas ciliares e babaquais, tiveram que ser extirpados para assegurar a viabilidade do empreendimento, em uma demonstração tanto do poder econômico das empresas, insensível a tais condicionantes, quanto da fragilidade da poder municipal em se opor ao comprometimento da qualidade de vida na cidade (BURNETT, 2012, p.44).

Diante de toda essa problemática, foi construída a cidade dispersa, na qual, ao se deixar brechas territoriais, deixava-se também a possibilidade de uma ocupação futura, que colhesse melhores e mais valiosos “frutos” de um processo de “amadurecimento” da valorização territorial.

A urbanização dispersa gerou não só o espalhamento territorial, mas uma segregação, que se refletiu tanto no campo espacial como no campo social. Importante destacar também que a dispersão foi fruto de um novo modo de produção do espaço urbano, orientado por um poder hegemônico Estatal ou movido por interesses do mercado imobiliário e econômico, o que só enfatiza a questão do espaço como resultado de uma produção intencional, como aborda Lefebvre (2000).

Assim, surgiram diferentes modos de morar, onde prevaleceu a busca pela individualidade e privacidade. E a cidade que se fragmentou, tornou-se dependente do uso do automóvel para suas locomoções pela extensa malha viária da cidade.

“São Luís, cidade dispersa, é formada de pedaços de cidade na beira da estrada” (WALL, 2011, p.126).

## 3.2 PRÁTICAS ESPACIAIS

A cidade que seguiu seu processo de urbanização e resultou em um espaço concebido descontínuo na beira de avenidas, passou a preencher os vazios urbanos com espaços fechados e cercados por muros. Os “pedaços” de cidade que agora surgem, funcionam como enxertos de um tecido que não se integra ao existente e assim retorna-se a construção de uma cidade dispersa marcada pela segregação sócio espacial.

Os novos espaços, atrelados ao estilo de vida que prioriza a individualização e privatização territorial, foram fatores que orientaram a produção de novas práticas espaciais cotidianas. É nesse sentido, que se pretende agora entender o novo modo de morar, de recrear-se e deslocar-se na cidade, frutos de um espaço concebido que se modificou.

### 3.2.1 Morar

O novo modo de morar atrás de muros, seja em condomínios multifamiliares ou unifamiliares, vem se transformando em símbolo de uma modernidade desejada, reunindo em espaços fechados a promessa da qualidade de vida, buscando justificativa através da cultura do medo e da violência, ou a recriando de acordo com interesses privados. Destaca-se como o atual padrão habitacional difundido e almejado pela sociedade, se tornando “sonho de consumo” e propagando-se como a melhor maneira de se viver nas cidades.

Os demais modos de morar não desapareceram, mas, como explica Renata Targino (2009), é a produção dos condomínios fechados que tem atraído à atenção e sua propagação em muito tem a ver com interesses econômicos e de uma produção espacial orientada pelo poder hegemônico.

Ao privilegiar o espaço-mercadoria e os interesses econômicos dominantes, a produção da cidade nestes últimos anos, tem acontecido no rastro de construção de novos espaços, quase sempre condomínios fechados, sempre anunciados e vendidos como melhores dos que os anteriores. Alimentando-se principalmente da realocação das residências, ao sabor dos investimentos imobiliários (WALL, 2011, p.45).

Os apartamentos ou casas de condomínios passam a atrair os moradores de casas térreas dos conjuntos habitacionais de diversas áreas da cidade, que almejam agora usufruir de todas as qualidades vinculadas a esse morar “trancafiado”. A propaganda dos empreendimentos vende a promessa de uma vida repleta de vantagens. Assim, alguns moradores mudam de bairro em busca desse morar adequado, ou em bairros onde este modo de morar se instalou, as antigas casas são vendidas e dão lugar aos condomínios, fato que concretiza ainda mais a substituição do padrão habitacional.

Diversas são as vantagens ofertadas e a busca por proteção é uma das mais significativas. Os moradores desejam refugiar-se por trás de muros, que junto com câmeras de vigilância e cercas elétricas, acabam se materializando como a ideia de proteção na cidade (ou proteção da própria cidade).



Figura 10: Folder de divulgação de Condomínio Multifamiliar.  
Fonte: Endereço eletrônico Sky Scaper City<sup>6</sup>

Deixam para trás os antigos bairros que, como explica Wall (2011), vistos agora como locais inseguros, tanto pela ausência de vizinhos devido à substituição do uso residencial pelo comercial, como pela insegurança das ruas vazias delimitadas pelos muros das casas. Existem também aqueles que buscam fugir dos inconvenientes de morar próximos a ocupações informais, uma vizinhança incômoda e indesejada.

Outro fator atrativo, característico principalmente da vida em apartamentos, é a busca pela praticidade. Em um modo de vida onde o tempo é um constante dominador do dia-a-dia das pessoas, a simplificação de tarefas e responsabilidades

<sup>6</sup> Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1141189>> Acesso Jul 2014

significa, também, qualidade de vida. Substitui-se então o padrão de casas com quintais e jardins por um apartamento que exige menos trabalhos domésticos e preocupações com segurança. Incluso nesse pacote, são oferecidas as áreas de lazer comunitárias, de responsabilidade do condomínio, e vigias em guaritas, que protegem (ou controlam) a entrada e saída de moradores.

Os mais antigos condomínios, compostos por um ou mais blocos de edifícios de até seis pavimentos, possuem uma área de lazer pequena no térreo, que normalmente divide espaço com os estacionamentos de veículos. Com o PD/92, que permitiu o aumento de gabaritos, a tipologia habitacional das edificações se modificou, e além de ganharem altura, se sofisticaram e passaram a oferecer um grande diferencial: enormes espaços destinados ao lazer.

Os apartamentos expandiram também seus espaços internos, com o aumento do número de suítes, salas íntimas, closets, banheiros com banheiras, enormes varandas com espaço *gourmet* e até mesmo alguns apartamentos contendo piscinas particulares para cada andar. Somado a isso, as áreas de lazer comunitárias se tornaram o grande trunfo atrativo divulgado pelas propagandas, contendo espaços diversos que incluem “playgrounds, salões de festa, piscinas, saunas, churrasqueiras, fitness centers, salas de vídeo, pequenos auditórios, espaços *teen*, espaços *baby*, espaços *femme*, *home office*, sala de cinema, de bricolagem, quadras de todos os esportes e tudo mais que a imaginação permitir” (TARGINO, 2008). Nota-se aqui o detalhe da utilização da nomeação das áreas com termos importados, sendo este mais um componente desse quebra-cabeça formado para convencer e vender a modernidade e sofisticação.



Figura 11 e 12: Implantação de áreas de lazer em novo empreendimento.

Fonte: Endereço eletrônico Sky Scrapper City<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em: < <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1141189>> Acesso Jul 2014

E como explica Targino (2009), a sofisticação e a quantidade de equipamentos, de lazer e segurança, vai variar conforme o tamanho e os destinatários, ou a faixa de renda dos destinatários do empreendimento. Da mesma forma, varia também a maneira de propagar as características dos condomínios, adequando-se a cada renda. Como pontua Felipe Brito (2011), à classe de rendas inferiores propaga-se o ideal da casa própria, à classe abastada vende-se a boa localização (proximidade com a praia e áreas comerciais) e o luxo dos bairros projetados.

Vale ressaltar também que o padrão dos condomínios unifamiliares é outra proposta de privatização da cidade e gerador de grandes impactos no tecido urbano ao qual é inserido.

Disponível para aqueles que não se rendem à praticidade dos apartamentos, o agrupamento de unidades unifamiliares que dividem os gastos com segurança, lazer e manutenção, é o mais novo sucesso empresarial e, do ponto de vista urbano, uma ameaça mais letal que as torres: prescindindo de grandes glebas para se realizar, os condomínios horizontais fechados interferem na estrutura viária dos bairros, nos recursos ambientais coletivos e no próprio poder municipal de controle e fiscalização urbana desta nova tipologia, a “cidade amuralhada” do século XXI (BURNETT, 2006, p.15).

Ocorre, então, que com o aumento significativo das áreas muradas acaba-se privatizando grandes espaços públicos da cidade, e concentrando no “intramuros” tudo aquilo que a cidade deveria oferecer, mas que agora quem as pode ter é quem paga por esse padrão de vida. Alojiam-se em terrenos cada vez maiores, criando grandes bairros projetados que são verdadeiros trechos murados da própria cidade. Essa nova tendência carrega o discurso de um local “completo”, que abriga tudo o que qualquer cidadão precisa, mas com o diferencial importante de estar cercado por muros e ser de usufruto de um grupo seletivo de pessoas.

Evidencia- como aponta Bauman (2001): o aprofundamento da segregação espacial e o desprezo ainda maior pelos espaços públicos coletivos uma vez que a atração desses condomínios é exatamente o morar com tudo por perto, os condomínios-com-tudo-dentro, acentuando a substituição dos espaços públicos coletivos por espaços privados de encontro e lazer. Os labirintos adquirem um novo significado ao incluírem em seu desenho as ruas sem saída, de caminhos interrompidos que dificultam as passagens, os acessos (WALL, 2011, p.204).

Essa discussão traz à tona a segregação resultante do padrão habitacional de condomínios, onde criam-se barreiras que bloqueiam interações com aquilo que se deseja excluir. Como consequência do espaço concebido, os muros são geradores

da oposição de um dentro e fora, caracterizando a imagem de uma cidade que se fecha e se fragmenta cada vez mais através do modo de morar “entre-si”.

O “entre-si seletivo”, termo de Mongin (2009), associa-se diretamente ao murar-se em condomínios e a procura por proteção e isolamento. O isolamento, ou seja, a convivência entre iguais – “igualdade presumida mediante a capacidade de compra dos moradores e, ou usuários das residências” (TARGINO, 2009) – se torna, assim, o auge da segregação social.

Opta-se por afastar-se dos “outros”, que não se incluem entre os “iguais”, utilizando-se da estratégia da delimitação de espaços fechados e fortificados, para enfim poder se viver na tranquilidade do ambiente interno aos muros, que se opõe ao cenário conturbado da cidade.

Os espaços cercados são então legitimados por serem espaços de iguais, de indivíduos que partilham a mesma identidade. Manter a comunidade torna-se um fim em si mesmo, mas com isso vem a ideia da expulsão, do expurgo dos diferentes, da fronteira fechada para os estrangeiros. É a negação, a condenação de espaços públicos que se alimentam da convivência com a diferença e com a diversidade (TARGINO, 2009, p.67).

Toda essa tendência vai repercutir diretamente na experiência urbana dos indivíduos, e a urbanidade, no sentido de espaços que permitem contatos e favorecem a diversidade, é colocada em xeque quando cede lugar ao constante medo cotidiano de se expor para além das fronteiras muradas. As ruas que antes eram apropriadas pelos moradores para um caminhar ou mesmo para colocar cadeiras nas portas para o bate-papo do fim de tarde, se transformam agora no espelho negativo, no local que expelle permanências.

A busca pelo isolamento em bairros onde predominam condomínios passa a ser vista como vantagem e ponto positivo aos moradores: “... É um bairro que fica isolado, não tem grande fluxo de carros e pessoas andando nas ruas”<sup>8</sup>. No entanto, a insegurança causada pelas ruas vazias aponta a contradição: “Acho que aqui precisa de um posto da polícia ou viaturas para dar segurança ao bairro”.

### **3.2.2 Recrear-se**

O modo de recrear-se, ou seja, o lazer da cidade, em muito está associado ao modo de morar. A propagação dos condomínios como um local que inclui em si

---

<sup>8</sup> Morador de um condomínio multifamiliar do bairro Ponta d’Areia.

todas as possibilidades de lazer, é um os fatores que contribui para essa associação. O lazer privativo vem substituindo, assim, os espaços da cidade destinados a isso, e os parques, praças e mesmo as ruas sofrem com o processo de esvaziamento, justificado sempre pela insegurança e violência.

No entanto, a proposta desse padrão habitacional associando-se à qualidade de vida de oferecer tudo em um só lugar, paradoxalmente, não vem cumprindo a função ao qual se destinou, pois suas áreas coletivas de lazer, muitas vezes, não são utilizadas pelos moradores e permanecem ociosas na maior parte do tempo. A busca pelo isolamento entre iguais entra em conflito com a busca pela privacidade individual.

Moradores se privam do lazer coletivo quando já veem essas áreas ocupadas, ou mesmo por evitar que quaisquer atividades que se venha realizar sejam sempre alvo dos “olhares pela janela”, onde, portanto, a sonhada privacidade se torna duvidosa.

Esse fato atesta, então, que a vivência entre grupos específicos em um mesmo local, a busca pelo isolamento de morar “entre-si”, nem sempre favorece a formação de vínculos com a vizinhança e até mesmo de uma solidariedade comunitária. Moradores que deixam seus antigos bairros, onde ainda se pode usufruir de certa urbanidade, passam a ter outro modo de vida e apontam as diferenças sentidas: “Lá eu tinha amigos na rua e ia andando para um mercadinho próximo.” Além disso, a perda da privacidade desestimula o uso das áreas coletivas e o convívio se torna ainda mais restrito entre os indivíduos. “Ficamos isolados, como em uma bolha mesmo”.<sup>9</sup>

Outra tendência dominante do modo de recrear-se na cidade são os shopping centers, eleitos pela sociedade como o principal local para realizar suas atividades de consumo e lazer. Sua afirmação na cidade é perceptível pela construção crescente de novos shoppings que se espalham pelo território e pela própria modernização dos mais antigos. Mais uma vez evidencia-se a questão da privatização do próprio lazer urbano, que se associa agora a uma forte intenção de consumo.

Esses empreendimentos procuram reproduzir ou simular espaços públicos, contendo “ruas” comerciais, praças, vegetações, áreas para lazer infantil e tudo o

---

<sup>9</sup> Moradora que mudou-se de uma casa no bairro do Anil para um condomínio no bairro Ponta d’Areia.

que é considerado positivo na cidade. Oferecem amplos locais para estacionar os automóveis, temperatura controlada, segurança paga e tranquilidade para fazer as compras. Da mesma forma que os condomínios, cria-se a ideia de um bem estar, bem distinta do lado negativo que fica para fora das “cercas”.

Importante destacar que a reprodução de espaços públicos presente nesses locais não se justifica apenas pela procura por refugiar-se e proteger-se da violência, mas estão fundamentados em interesses econômicos, onde o espaço e tempo são subordinados às necessidades do setor de mercado. O espaço aparece aqui, novamente, como mercadoria.

Os shoppings são também geradores de grandes impactos nas áreas onde são construídos, sejam ambientais ou de vizinhança, mas carregam sempre o discurso de desenvolvimento para onde vão se instalar. No entanto, acabam por dominar todo o potencial comercial da área, prejudicando os moradores de menores rendas que ali vivem, ou muitas vezes gerando um processo de gentrificação na área.

A combinação condomínio fechado e shopping center é, então, o resultado oferecido e disseminado pelo poder imobiliário para fugir dos “males urbanos”, do medo e da violência. Assim, os indivíduos saem de suas moradas protegidas, entram em seus automóveis que rapidamente lhes levam para o “lazer” dos shoppings, outro espaço igualmente vigiado. Paga-se para recrear-se e entrar em um ambiente que exclui o que quer que seja inconveniente e indesejável.

### **3.2.3 Deslocar-se**

O Plano Diretor de 1974 já trazia a proposta de grandes avenidas como estruturadoras de uma cidade que viria a se expandir por novas terras e para isso precisava de longos eixos de conexão com as áreas já consolidadas. A cidade, que já estabelece aí o ato dos deslocamentos como fator fundamental das atividades cotidianas, se expandiu seguindo essa lógica e produziu sua dispersão territorial.

“Se tornara a cidade dos caminhos, das estradas, dos labirintos e dos pedaços de cidade que não conseguiam nem ao menos se unir, os pedaços deliberadamente espalhados pelo território” (WALL, 2011, p.193). A dispersão se refletiu também na ausência de vias de interligação entre os bairros, que dificultaram

maiores opções de rotas e a própria permeabilidade da malha viária, fato este que contribuiu para os congestionamentos, por favorecer maiores aglomerações de veículos nas principais avenidas. Foi na lógica da urbanização dispersa, que se produziu um, onde a descontinuidade e a interrupção construídas foram geradoras de longas distâncias, que conseqüentemente, definiram a necessidade de maiores deslocamentos.

Os novos espaços que foram (e continuam) sendo construídos seguem o processo da privatização territorial, que se torna outro fator da ruptura do tecido urbano e causador da insegurança dos pedestres. Essa ocupação do solo resulta em núcleos desconexos que fazem com que as ruas se tornem “restos” urbanos, servindo apenas como rotas para automóveis que levam de um lugar a outro. Como conseqüência, sempre delimitadas por muros, as ruas estão quase sempre desertas e, como explica Wall (2011), o uso do carro se tornou um alibi para a insegurança e se justifica agora até mesmo para cumprir pequenas distâncias, como ir à padaria da esquina.

As rupturas espaciais e a insegurança gerada deixam de favorecer os caminhantes e perde-se cada vez mais a experiência urbana da apropriação de percursos e trajetórias. Os poucos cidadãos que caminham pelas ruas são aqueles que têm necessidade, por não ter outra opção: “as únicas pessoas que andam por ali são os trabalhadores das obras e funcionários das residências e condomínios”. “A rua é deserta por que é perigoso ou é perigoso por que é deserto?”.<sup>10</sup>

O espaço concebido tornou favorável e alimentou o uso dos automóveis e, além disso, a cidade parece ter caminhado na contramão da criação de soluções para o conjunto da mobilidade coletiva da população. O sistema de transporte público se tornou uma opção (da mesma maneira que os deslocamentos dos pedestres) utilizada apenas por aqueles que têm necessidade desse meio de locomoção.

A soma desses fatores, como o espaço que privilegia o uso dos automóveis, o aumento da frota de veículos e o deficiente transporte público, interferem diretamente nos fluxos e acessos da cidade, resultando em constantes congestionamentos. Assim, a procura por atalhos e rotas de fuga que consigam driblar o tempo perdido nos engarrafamentos é uma realidade que cada vez mais se

---

<sup>10</sup> Moradora do bairro Ponta d’Areia.

afirma no cotidiano dos indivíduos. Evita-se sempre seguir pelas principais avenidas, que normalmente estão congestionadas.

O deslocamento se torna, portanto uma prática espacial dominante e, muitas vezes, é a atividade protagonista do cotidiano dos moradores. Os indivíduos que utilizam automóveis tem uma maior flexibilidade e optam por realizar mais percursos de idas e vindas. Em outros casos, as longas distâncias entre o local de moradia e de trabalho, geram movimentos pendulares urbanos, que caracterizam alguns setores como cidades “dormitórios”, onde as pessoas saem cedo e só retornam para casa a noite.

O tempo gasto acaba influenciando as interações com os demais e a convivência familiar, o que se evidencia pela rotina de moradores que usam cinco horas diárias nos deslocamentos e às vezes dormem um período inferior a este: “Como eu reclamava muito, minha irmã ‘desenvolveu’ um protótipo de um automóvel que seria bem alto e passaria por cima de carros e ônibus. O objetivo seria que eu deixasse de reclamar do trânsito e chegasse mais rápido nos lugares.”<sup>11</sup>

Essa é a condição urbana de São Luís, marcada por uma urbanização fragmentada que favoreceu a prevalência dos fluxos de ligação entre os núcleos de ocupação e os espaços públicos de convivência deram lugar ao fenômeno de privatização territorial.

---

<sup>11</sup> Moradora do bairro Maiobão.

## 4 A CIDADE: UM TECIDO NARRATIVO

As narrativas são crônicas da vida urbana, onde a história de cada indivíduo, na pluralidade ou singularidade de sua vivência, molda e é moldada pela cidade. As pequenas histórias mostram fatos corriqueiros da rotina diária de diferentes moradores, retratados como personagens fictícios, que refletem a realidade urbana e as práticas espaciais cotidianas, através das quais se explicita o modo de vida na cidade de São Luís.

Como uma leitura da cidade, as histórias são fruto da análise das atuais práticas espaciais e da experiência urbana, adquirida através da observação direta e de conversas informais com moradores. As narrativas oferecem uma leitura crítica da atual condição urbana de São Luís a partir dos temas: *Os Muros*, *O Ritmo Urbano*, e *Pessoas Invisíveis*.

*Os Muros* agrupam histórias a respeito do modo de morar e de recrear-se, apontando a tendência de uma cidade que se constrói baseada na privatização de seus espaços. *O Ritmo Urbano* relaciona-se ao movimento cotidiano, estando diretamente ligado às questões dos deslocamentos exigidos por uma cidade dispersa. Um ritmo delimitado pelas idas e vindas. *Pessoas Invisíveis* busca mostrar os contrastes sociais de um espaço que se produziu segundo uma disputa de classes, traduzindo-se no território como a disputa por lugares. Uma cidade onde parte da população vive em ocupações irregulares, assentamentos precários e palafitas. As pessoas tornam-se visíveis, porém, quando passam a ser um empecilho ao poder público ou privado, quando o estigma de uma cidade produzida pelo poder hegemônico vem à tona.

### 4.1 OS MUROS

#### **Ruas Nuas**

Mais uma manhã que Rosa, funcionária doméstica, desce na parada de ônibus em uma avenida e segue rumo ao condomínio unifamiliar onde trabalha, na casa do senhor Carlos, advogado do setor trabalhista. Com passos firmes, percorre ruas vazias, em uma área onde os muros delimitam ruas nuas.

Os passos se apressam, como se ela fugisse de algo ou quisesse chegar logo em uma área protegida. Ela segue reto pela rua, vira uma esquina, aflita; anda mais rápido, dobra outra esquina e segue. Chega enfim e entra no condomínio, monitorado e controlado pelo porteiro, Sr. Fidelis.

- Bom dia, Fidelis! – disse Rosa, ofegante e cansada – Que coisa... Não tem uma viva alma nessas ruas, mas parece que tem sempre alguém me seguindo.

Então, vem vindo em direção ao portão eletrônico, pela via interna do condomínio, um carro com vidros fumês.

- Olha! Lá vem o seu Carlos. Teu patrão vai sair mais cedo hoje.

- Esse homem está cada dia mais apressado. Não me esperou nem pra passar o café hoje.

Dentro do carro, ao passar pelo portão, o advogado sai sem esboçar nenhum sorriso. Segue até chegar à avenida e lá se mistura a outros tantos carros num emparelhamento caótico, camuflando-se em meio aos demais. Outro dia em que ele sai de seu castelo protegido e segue para seu escritório, no oitavo andar de um edifício empresarial, onde permanece até poder voltar para seu “porto seguro”.

### **Sonho de Consumo**

José, morador de um conjunto habitacional, atende uma ligação e conversa com um corretor de imóveis.

- Sim, sim... Estou disponível! Na quinta podemos ver mais dois empreendimentos. Lembra aqueles que você citou? Mais próximos da praia?

O filho entra na sala e, escutando a conversa, começa a olhar junto com sua mãe os diversos folders de propagandas de apartamentos que estão sobre a mesa.

- Mãe, eu ainda não entendi por que vocês não querem mais morar aqui. – cabisbaixo e triste o menino continua - Moramos aqui há tanto tempo... Tenho meus amigos, conhecemos todo mundo, tem o futebol no campinho da praça e ainda o mercadinho do Seu Alfredo.

- Você vai conhecer conosco os imóveis e logo vai mudar de ideia. Lá tem tudo que você precisa e estaremos mais protegidos. Além disso, seu pai foi promovido e podemos morar em uma área mais valorizada.

- E como vamos fazer com meu cachorro Toby? Ele é parte da nossa família... Vocês não pensaram nisso?!

Então a mãe e o pai se olham, como se criassem coragem para lhe dar a resposta de uma decisão já tomada. Afinal, os sonhos de consumo podem deixar para trás laços e liberdade.

### **Dentro e Fora**

É tarde de sábado e quatro garotos jogam futebol na área de lazer do condomínio onde moram, como de costume. Um deles chuta forte e a bola passa pelo muro, indo parar na rua. Então eles correm para o portão e olham a bola descendo em direção à esquina. Os meninos retrucam.

- De novo não!

Correm em direção à portaria e começam um alvoroço para convencer o porteiro a deixá-los sair em busca da bola.

- Seu Nelson, por favor!

- É rapidinho que buscamos a bola!

Ele abre o portão e olha de um lado e do outro:

- Saiam rápido, que fico de olho! Rápido hein?!

Dois deles saem correndo, chegam à esquina e pegam a bola, mas na rua transversal encontram um grupo de crianças, de uma vila vizinha, também brincando. Olham-se por alguns segundos como se quisessem interagir, até que um deles lembra que precisam ser rápidos e voltar logo para o prédio.

- Vamos Logo! Mamãe disse que se eu saísse de novo, ia me proibir de brincar no condomínio com vocês.

Eles correm de volta e da varanda a funcionária de um dos apartamentos, quando vê o garoto logo grita:

- Vou já ligar para sua mãe e contar que você está na rua de novo!

Seu Nelson, preocupado, pensa:

- Vai sobrar pra mim...

### **Liberdade Ilusória**

Na varanda do edifício, sentada em uma cadeira de balanço, a senhora Nadir olha ao longe, através da tela de proteção. Seu filho, Paulo chega para o almoço e caminha em sua direção.

- Mãe, está pegando um ventinho aqui na varanda?

- Sim. Vendo a vida passar e pensando... Queria mesmo falar com você. Ando preocupada com meus netos! Estão sempre aqui dentro, chegam da escola e vão direto para a televisão ou ficam mexendo no celular. Não brincam ao ar livre, não sabem nem o gosto de correr no campo...

- Mãe, os tempos mudaram! Os meninos gostam mesmo é de ir ao shopping e ao cinema. Lá eles se divertem e nós ficamos tranquilos, pois estão seguros.

- Você chama aquilo de diversão? Nem se olha para o céu... Minutos pagos de um falso lazer! Ora Ora!

Paulo sai, deixa sua mãe retrucando sozinha, e na sala comenta com sua esposa:

- A mamãe anda questionando tudo. Parece que parou no tempo, ou já não fala coisa com coisa.

### **Pela Janela do Quarto: Tudo Enquadrado**

A família Moreira se muda para um novo apartamento. Enquanto arruma seu quarto, a filha admira a vista de sua janela, de onde pode ver a praia.

Um ano depois, no terreno vazio da frente do edifício, surge uma placa anunciando um novo empreendimento a ser a construído. A filha ao ver o movimento, chama sua mãe e diz:

- Você já viu? Vão começar a construir um prédio aqui na frente.

E as duas olham pela janela. Os meses vão passando e a construção avança. Dois anos depois e está finalizada a obra. O edifício construído é mais um elemento da selva de pedras que se forma no bairro e o paredão de concreto é a nova vista da janela.

### **Ruas Afogadas**

Maria e Pedro, que moram há oito anos na mesma casa, resolveram seguir o exemplo de outros vizinhos da rua e substituir o “trabalhoso” jardim do quintal pela praticidade de um pátio cimentado.

Com o passar dos anos, os dois grandes terrenos vazios daquela rua deram lugar a blocos de edifícios residenciais e comerciais. No entanto, a novidade construída trouxe surpresas com a vinda das chuvas. Agora, como um rio

intermitente, que espera pelas chuvas para se formar, todos os anos essa rua alaga e “afoga” os carros ali estacionados.

### **Espectadores**

O Sol amanheceu lindo no domingo e as irmãs, Clara e Luísa, decidem descer para a área de lazer do edifício onde residem. Ao olharem pela janela, mudam de ideia: a piscina já está ocupada por outros moradores.

Em outro final de semana, decidem ir mais cedo. Chegando lá, os olhares pela janela logo lhes convidam a voltar para a privacidade do apartamento.

### **Atrás dos Muros**

Sexta-feira à noite, Joana voltando da sua faculdade, estaciona na porta de casa e liga para sua mãe:

- Alô, mãe?! Já estão em casa?
- Ainda não, estamos no restaurante.
- Então está certo... Vou dar um tempo e ficar circulando para esperar vocês.
- Melhor assim, filha. Quando estivermos chegando, eu te ligo.

A jovem segue então pelas ruas do bairro, já que teme entrar sozinha em casa. Nem sempre se sabe o que está atrás dos muros.

Após algum tempo, seu celular toca:

- Oi, mãe!
- Já chegamos em casa! Você já pode vir.
- Estou indo!

### **Leis para Quem?**

Moradores de uma rua reúnem-se para decidir o seu fechamento.

- Só faltava falar com vocês aqui da casa vinte e sete, porque todos os outros já concordaram.

- Por nós, tudo certo. Onde vai ficar a guarita?
- Vai ficar na calçada da casa do Seu Joaquim, ele já liberou.
- Ótimo! Podemos até mandar fazer uma placa com o nome: Condomínio da

Rua Dez.

Semanas depois, a pequena guarita fica pronta e as grades instaladas: mais uma rua restrita à própria cidade.

## 4.2 O RITMO URBANO

### **Cidade Dormitório**

Na chuvosa segunda-feira, Bernardo acordou atordoado com o barulho do despertador e apressou-se para se arrumar. Logo cedo sua rotina recomeça e antes de sair para o trabalho, toma café com sua mãe.

- O papai já saiu?

- Já. Ontem chegou atrasado no serviço. Nesses tempos de chuva o trânsito parece que piora... E agora corre você, senão os ônibus vão estar lotados.

- Estou indo, mãe. Hoje não volto para almoçar, vou direto do trabalho para a faculdade... Tenho me atrasado muito.

Pensativa, a mãe lamenta ter que almoçar sozinha novamente.

Já tarde da noite, o rapaz retorna cansado para casa.

- Estava te esperando, filho.

- E o papai?

- Foi dormir. Hoje se atrasou de novo, então deve sair mais cedo amanhã.

- Falando nisso, amanhã não vou ter aula. Recomeça a greve de ônibus.

- Pelo menos amanhã tenho companhia no almoço...

### **Tempo Furtado**

Na residência da Dra. Viviane, Diana trabalha, de segunda a sábado, como babá de uma criança de um ano. Esse é mais um dia em que ela cuida da alimentação, prepara o lanche da tarde, brinca e distrai o menino David. Ao final da tarde, sua patroa chega e feliz acolhe seu filho.

Hilda retorna para sua casa, enfrentando a labuta diária até o bairro distante onde mora. Dentro do ônibus lotado, dessa vez já não encontrou assento. Chega em casa já a noite e encontra a filha mais velha que cuida dos irmãos menores. Só lhe resta permanecer ali, parada, cansada, olhando o seu bebê que já dorme...

### **Maratona da Rotina**

O estudante, atrasado para sua faculdade, segue pelas calçadas desviando dos obstáculos que ali existem. Os degraus, as árvores no meio do caminho, os protetores de postes, calçadas muito altas ou estreitas demais. Em um dado momento, desiste e passa a andar por partes da via, desviando-se dos carros.

Ao conseguir atravessar uma movimentada rua, chega na parada de ônibus, tomada pelo Sol. Dirige-se, então, para a fila que se faz na projeção da sombra de um poste. Ali, entre um empurrão e outro, torce para que seu ônibus apareça mais rápido que nos dias anteriores.

### **Rotas de Fuga**

Saindo de seu plantão, o médico Augusto dirige-se a seu carro para voltar para casa. Ao entrar, já planeja quais as vias para o melhor trajeto, buscando fugir dos engarrafamentos. Visualiza uma primeira rota com carros andando lentamente em uma via; uma outra rota, onde carros estão parados em um viaduto. Neste momento começa a chover e sua preocupação aumenta. Ele passa a pensar novas rotas pelas quais não vai poder passar. Imagina uma rua com carros submersos e outro viaduto alagado. Põe a mão na cabeça e vai de encontro ao caos.

### **Logo Ali**

No final da tarde Carla liga para seu marido e pede para que ele, ao retornar do trabalho, passe na padaria e compre algumas coisas para o lanche da noite. Chegando em casa:

- Você comprou o que lhe pedi?
- Esqueci! Não acredito! Vou ter que sair de novo de carro.

A distância entre a residência e a padaria é apenas de uma quadra, mas nesta cidade, andar a pé já não se cogita mais.

## **4.3 PESSOAS INVISÍVEIS**

### **Porta dos Fundos**

Hugo adentra a cozinha para dar uma notícia para sua mãe:

- Ei mãe, está sabendo do shopping daqui?

- Daqui?

- É! O pessoal da rua está dizendo que vão construir um shopping aqui no terreno da frente.

Meses depois a obra é iniciada e os moradores acompanham o movimento intenso de tratores e caminhões. Quando finalmente fica pronto, o contraste do empreendimento com a população que ali habita se torna nítido. A comunidade, como um quintal a ser escondido, sofre agora com os impactos gerados e a primeira chuva após a conclusão da obra já aponta as consequências:

- Mãe, tá alagando a rua!!!

### **Falsa Poesia**

Em um dos cartões postais da cidade, embaixo da ponte surgem palafitas. Dois meses depois, surgem mais algumas; mais alguns meses e já são muitas. Um novo conjunto impactante que se forma, modificando a paisagem preferida dos fotógrafos da Ilha. A imagem então vira arte e os contrastes da cidade ganham olhar poético. Poesia apenas para quem admira. Um cenário notável, onde habitam pessoas invisíveis.

### **Para Debaixo do Tapete**

Uma Vila próxima a um dos bairros nobres da cidade, ganha destaque quando se torna um obstáculo para a passagem de uma nova avenida que promete levar benefícios para todos. O projeto traz uma imediata decisão: remover a “pedra” no meio do caminho. Qualquer enraizamento é deixado de lado e a vila é lançada para a periferia da cidade, onde volta ao anonimato.

### **Gritos Surdos**

Os protestos são a imagem do que parece óbvio: uma cidade que não é para todos. Nesta manhã ganham as ruas, pessoas que ninguém vê, gritos que não se ouve. A noite vem e tudo vira silêncio.

## 5 SÃO LUÍS EM QUADRINHOS

“Vistas de longe, as grandes cidades são um acúmulo de grandes edifícios, grandes populações e grandes áreas. Para mim, isso não é ‘real’. O real é a cidade tal como ela é vista por seus habitantes. O verdadeiro retrato está nas frestas do chão e em torno dos menores pedaços da arquitetura, onde se faz a vida do dia-a-dia” (EISNER, 2009, p.19).

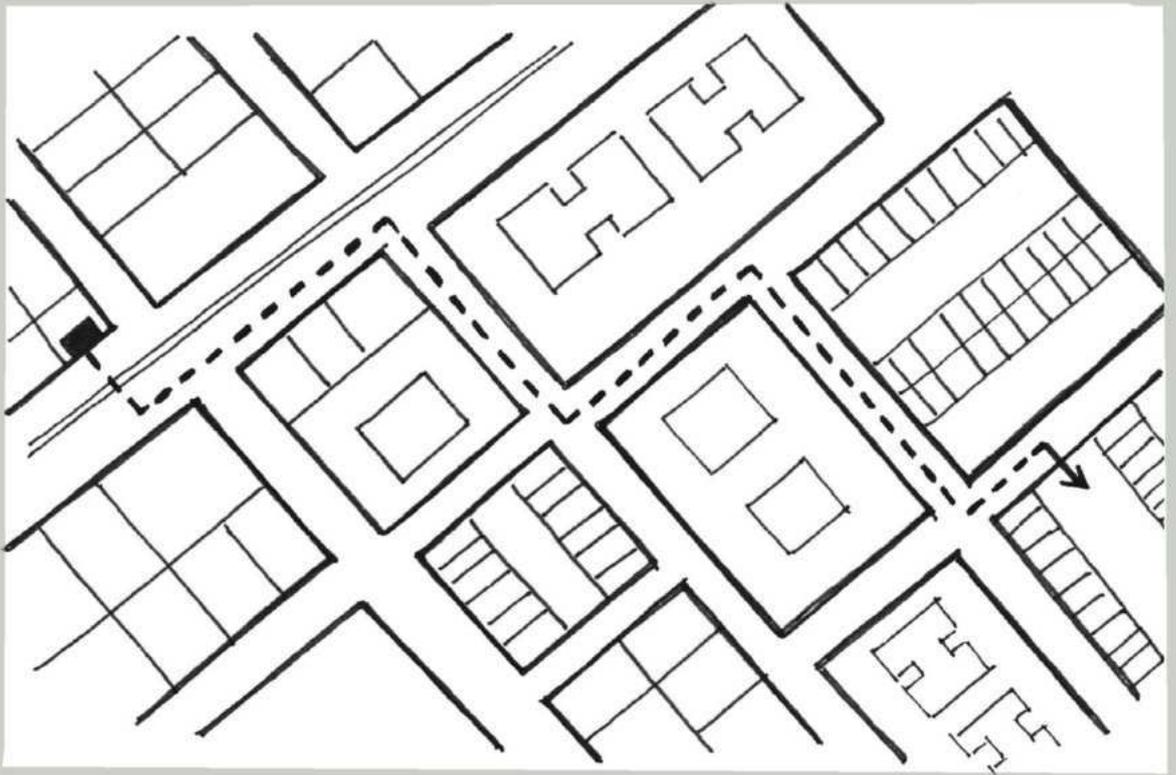
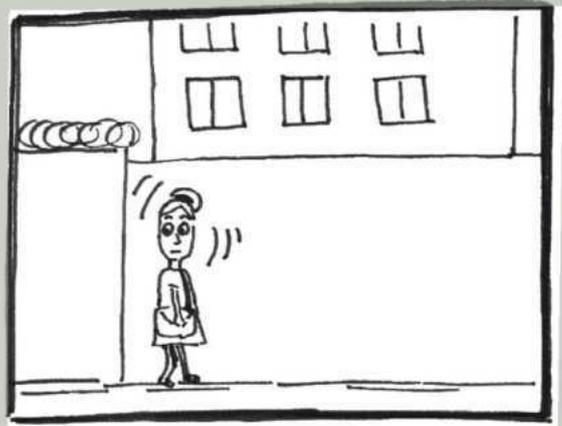
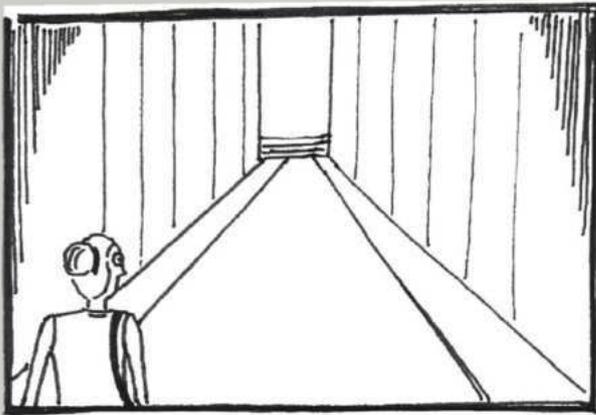
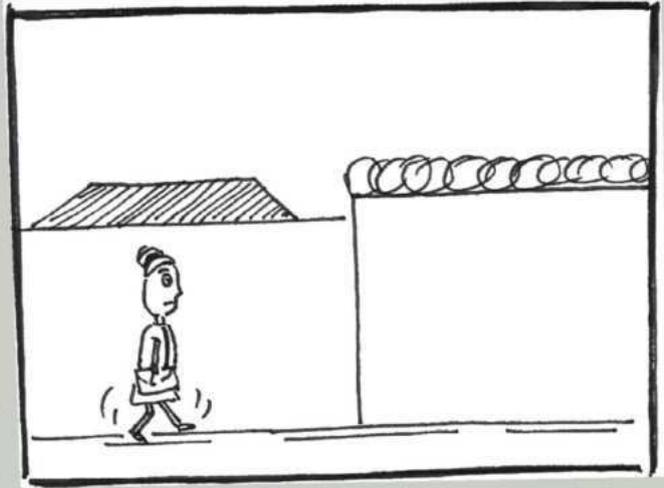


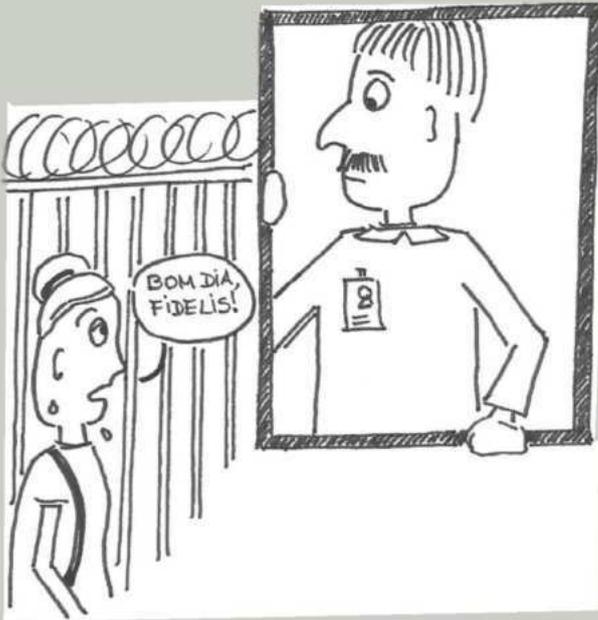
# OS MUROS

"SERÁ QUE EXISTE UMA CIDADE  
SEM PAREDES PARA  
ABRIGAR A SUA ALMA,  
OU ABAFAR OS SEUS GRITOS  
E COREOGRAFAR  
A DANÇA DA SUA VIDA?  
SE AS PAREDES EXISTEM  
PARA PROTEGER E EXCLUIR,  
ELAS TAMBÉM NÃO CONTÊM  
E APRISIONAM?  
SERVIAM ELAS, ENTÃO,  
PARA AMAR OU PARA ODIAR?  
AFINAL,  
AS PAREDES NÃO SÃO  
FEITAS PELA NATUREZA..."

Will Eisner

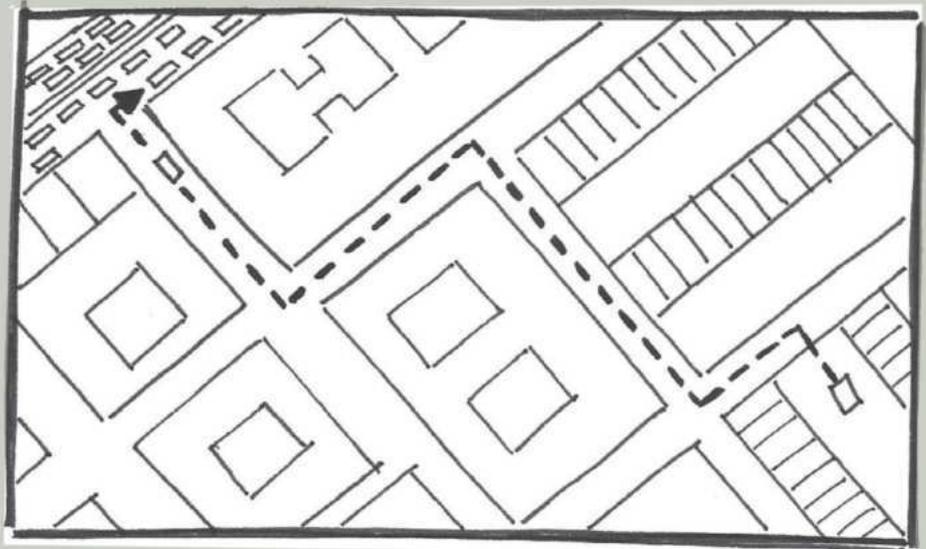
# RUAS NUAS





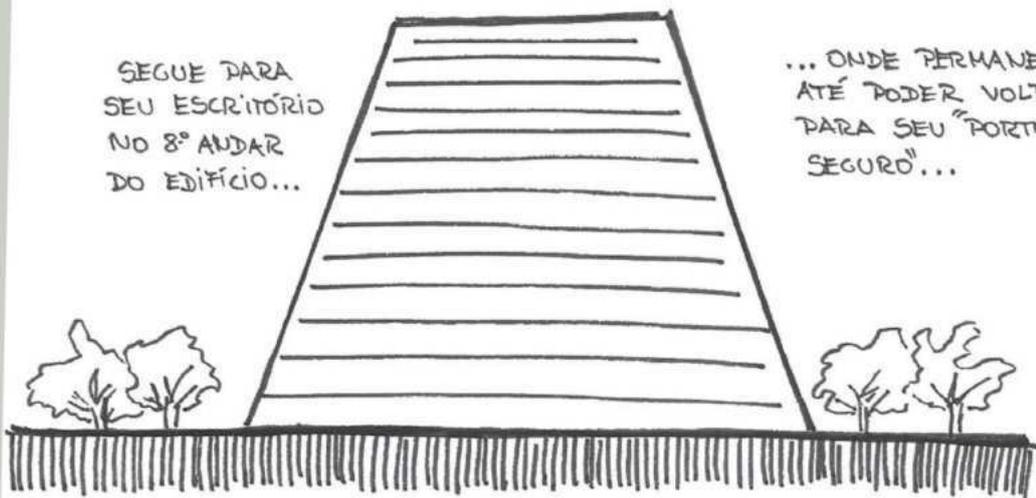


E ASSIM O  
ADVOGADO SAI  
DE SEU  
"CASTELO  
PROTEGIDO",  
DIRIGINDO  
SEU CARRO...



SEGUE PARA  
SEU ESCRITÓRIO  
NO 8º ANDAR  
DO EDIFÍCIO...

... ONDE PERMANECE  
ATÉ PODER VOLTAR  
PARA SEU "PORTO  
SEGURO"...



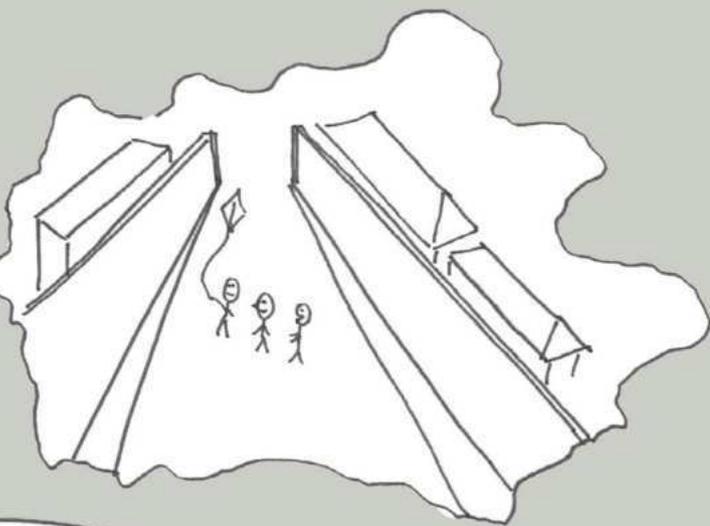
# SONHO DE CONSUMO



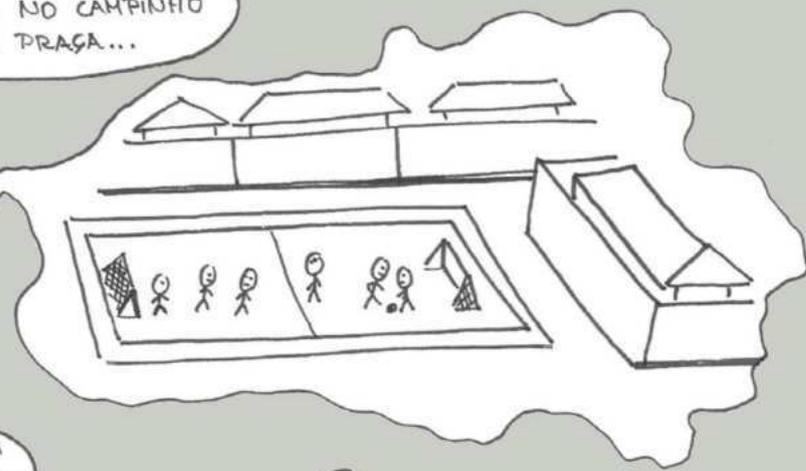


MÃE, AINDA NÃO ENTENDI POR QUE VOCÊS NÃO QUEREM MAIS MORAR AQUI...

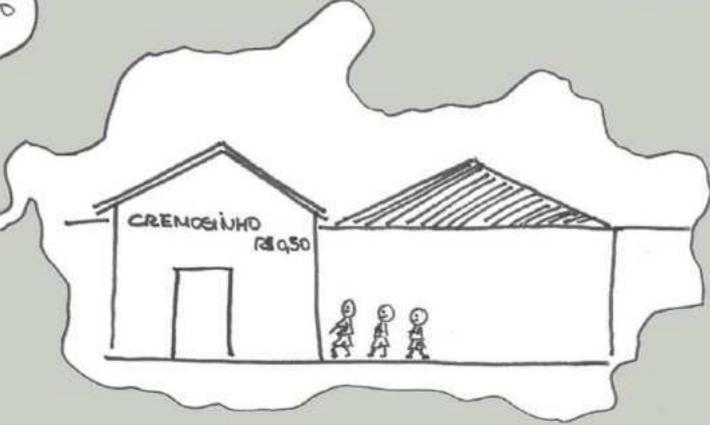
MORAMOS AQUI HÁ TANTO TEMPO...



TENHO MEUS AMIGOS... O FUTEBOL NO CAMPINHO DA PRAÇA...



... E AINDA TEM O MERCADINHO DO SEU ALFREDO...





VOCÊ VAI CONHECER  
CONOSCO... E LOGO  
VAI MUDAR DE  
IDÉIA.

ALÉM DISSO,  
SEU PAI FOI PROMOVIDO,  
PODEMOS MORAR EM  
UMA ÁREA MAIS  
VALORIZADA!

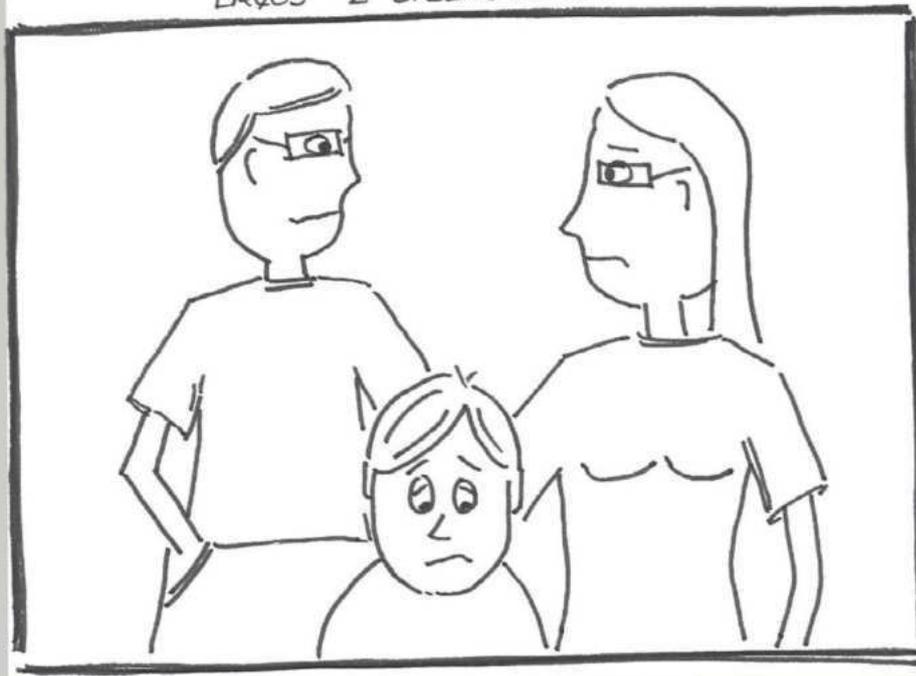
LÁ TEM TUDO  
QUE VOCÊ PRECISA...  
E ESTAREMOS MAIS  
PROTEGIDOS...



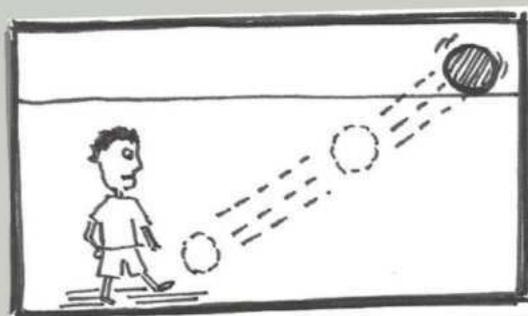
COMO VAMOS  
FAZER COM O  
TOBBY?

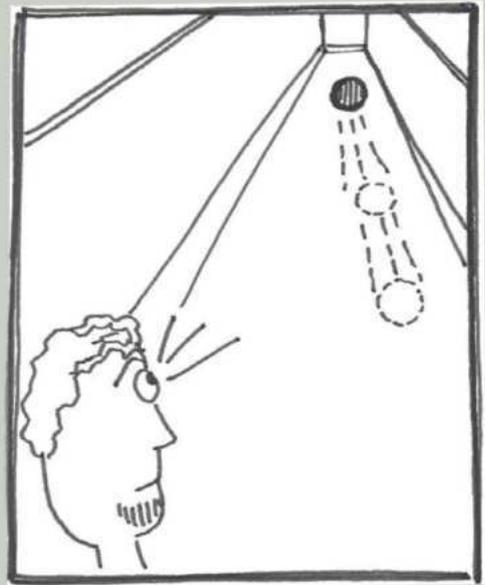
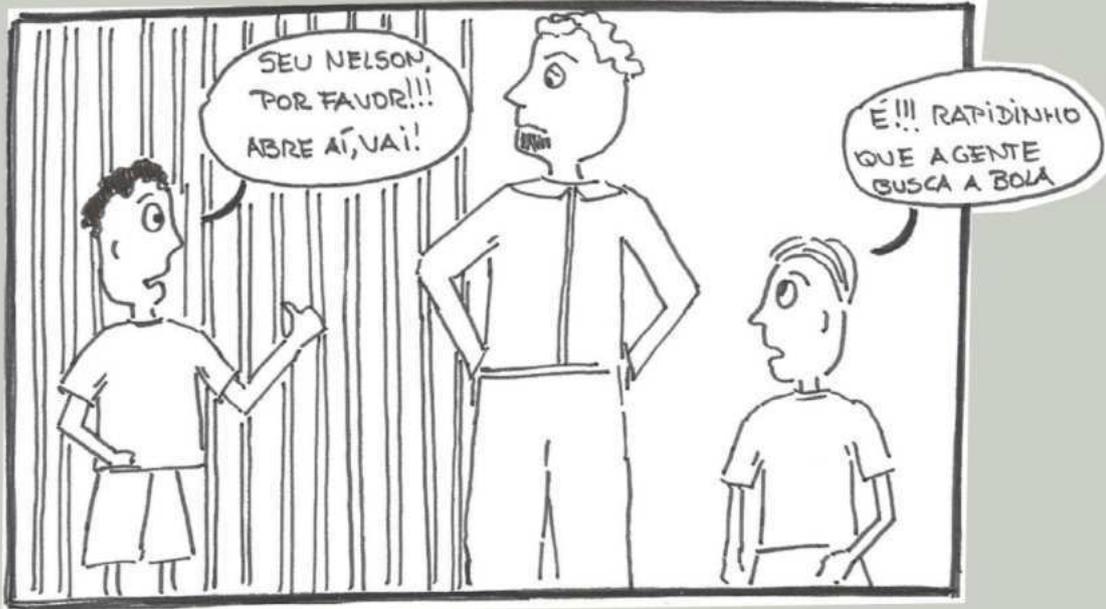


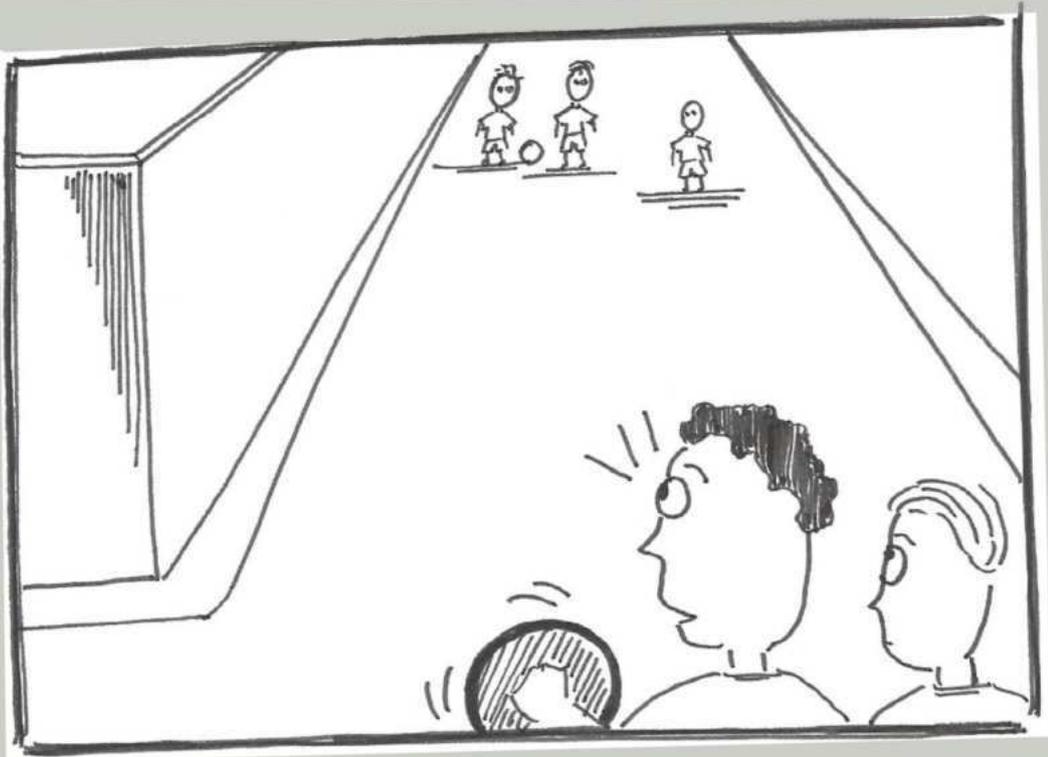
O SONHO DE CONSUMO DEIXA PRA TRÁS  
LAÇOS E LIBERDADE...

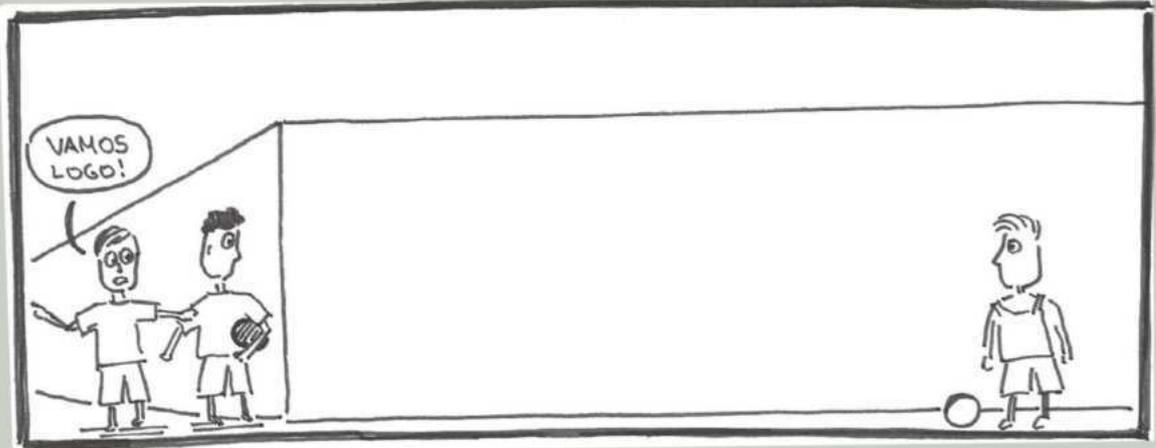


## DENTRO E FORA







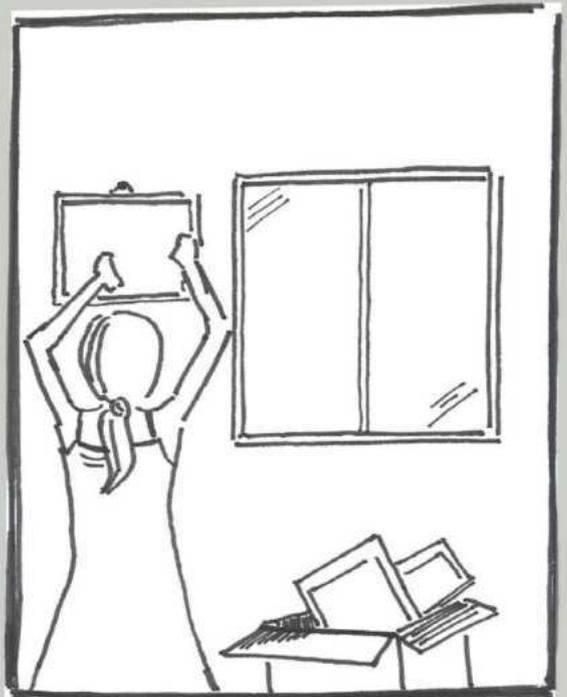


# LIBERDADE ILUSÓRIA



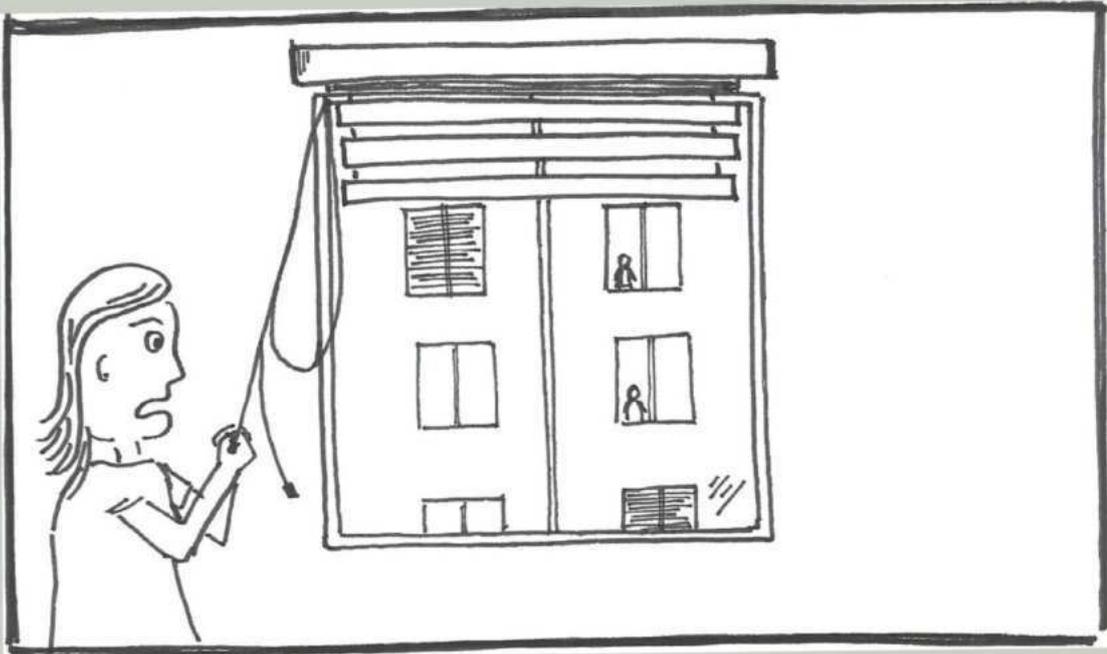
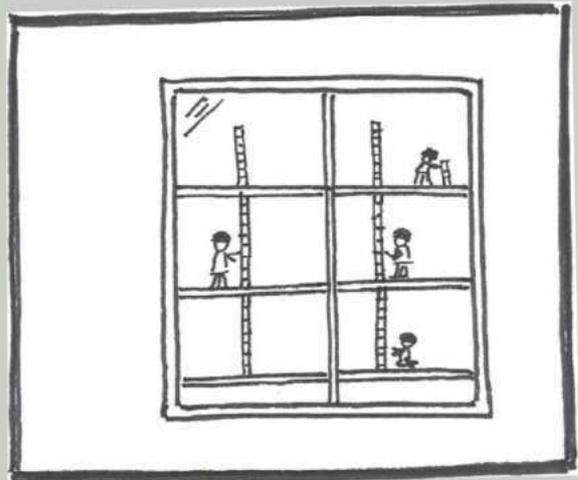
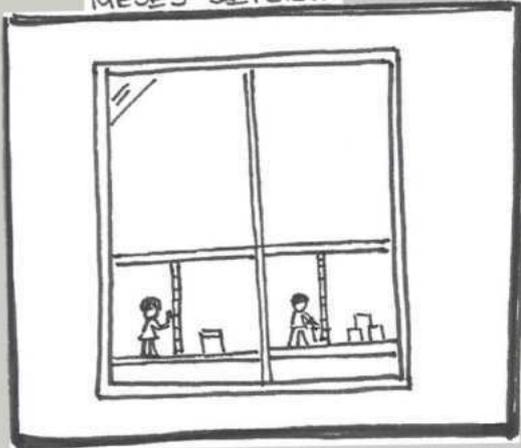


# PELA JANELA DO QUARTO: TUDO ENQUADRADO

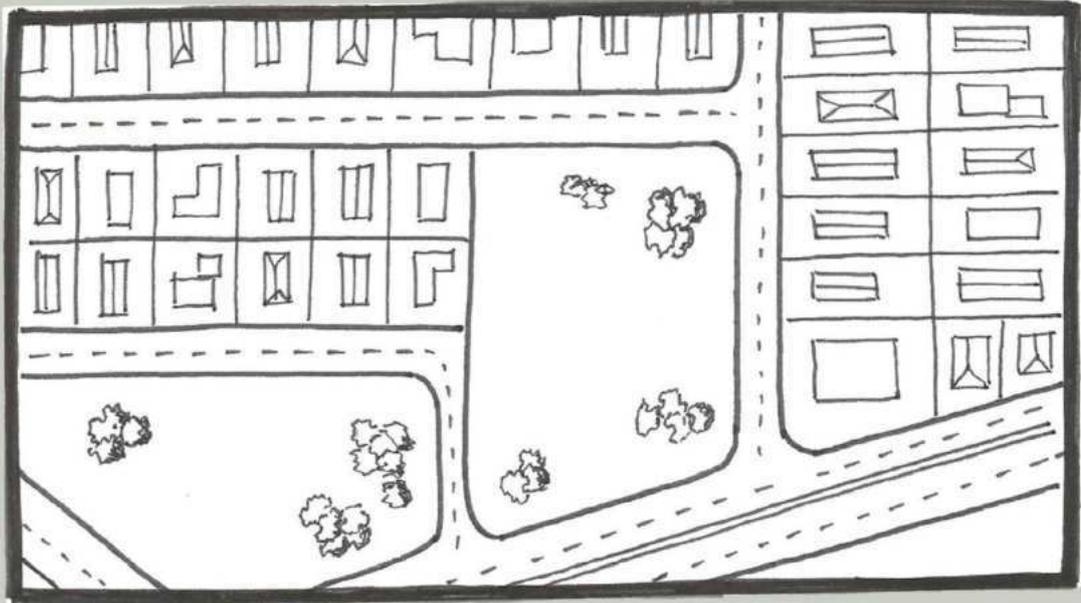




MESES DEPOIS...

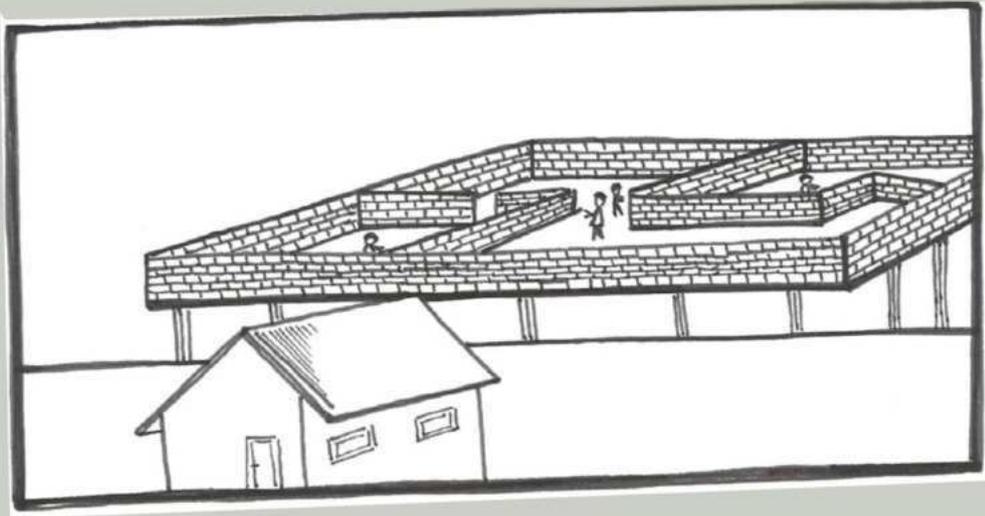


# RUAS AFOGADAS

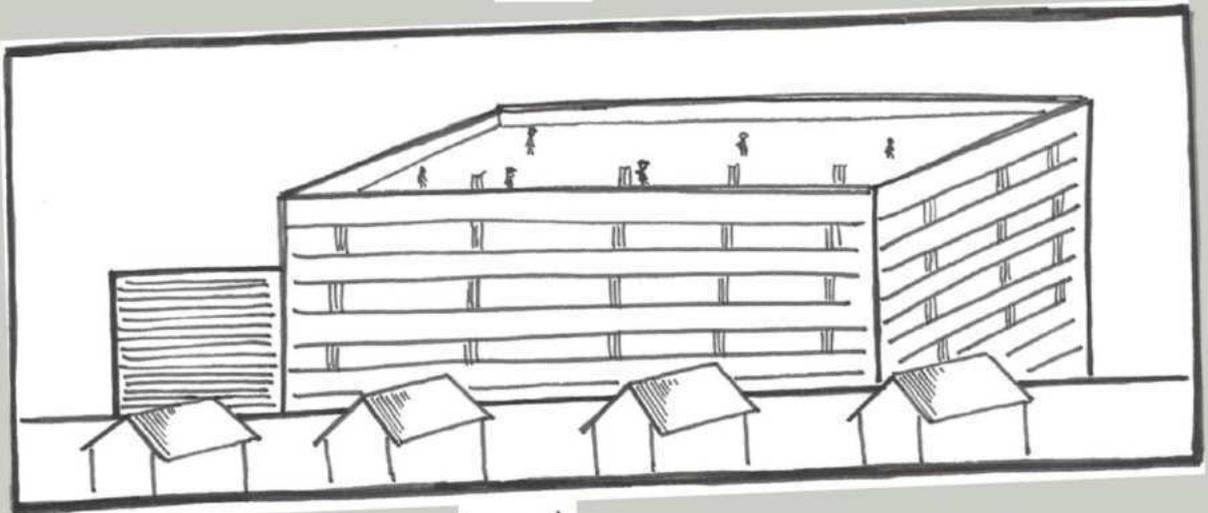


(...)

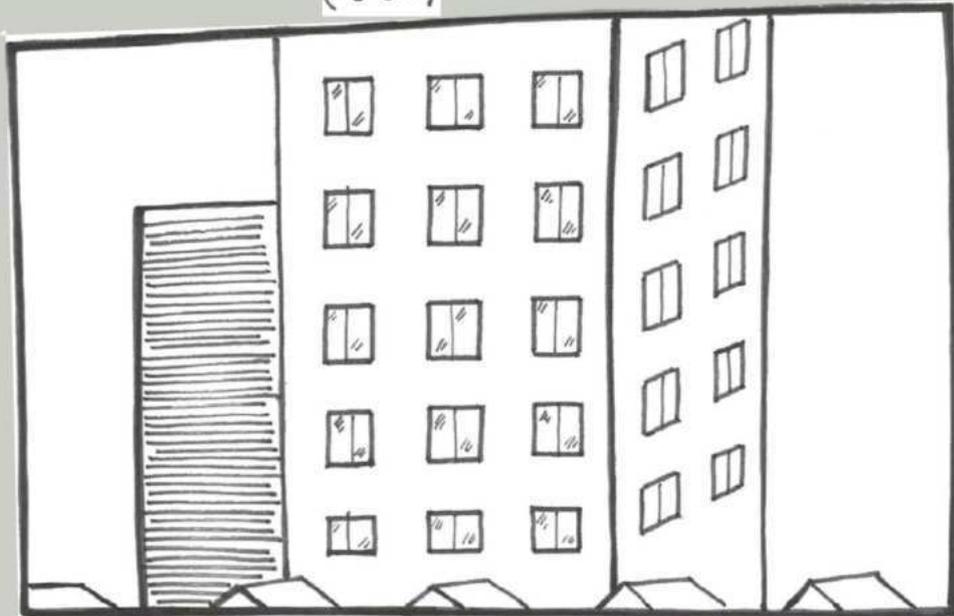


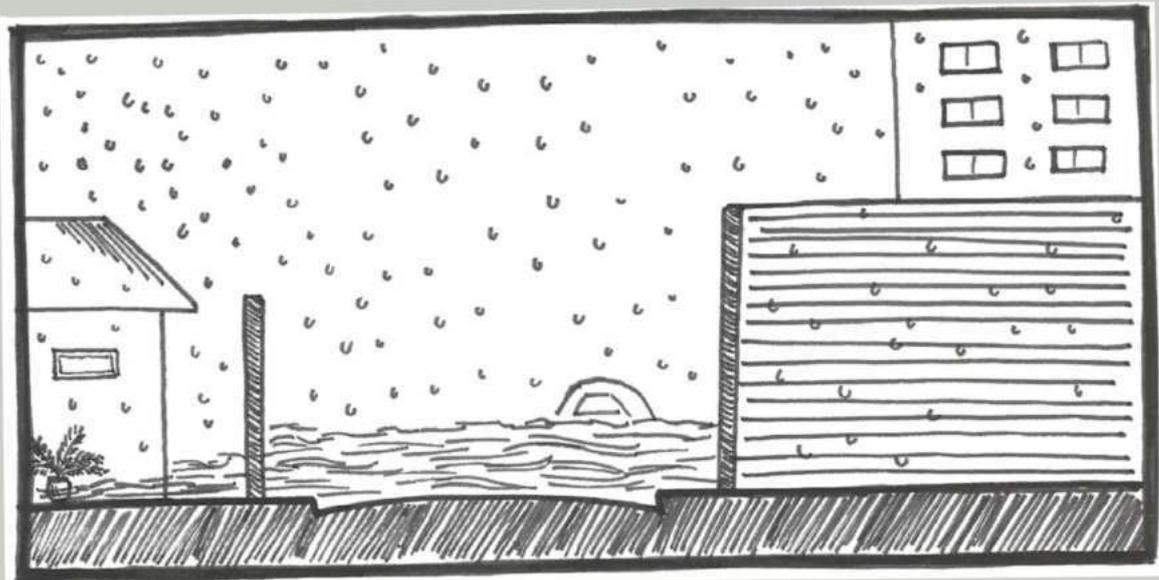
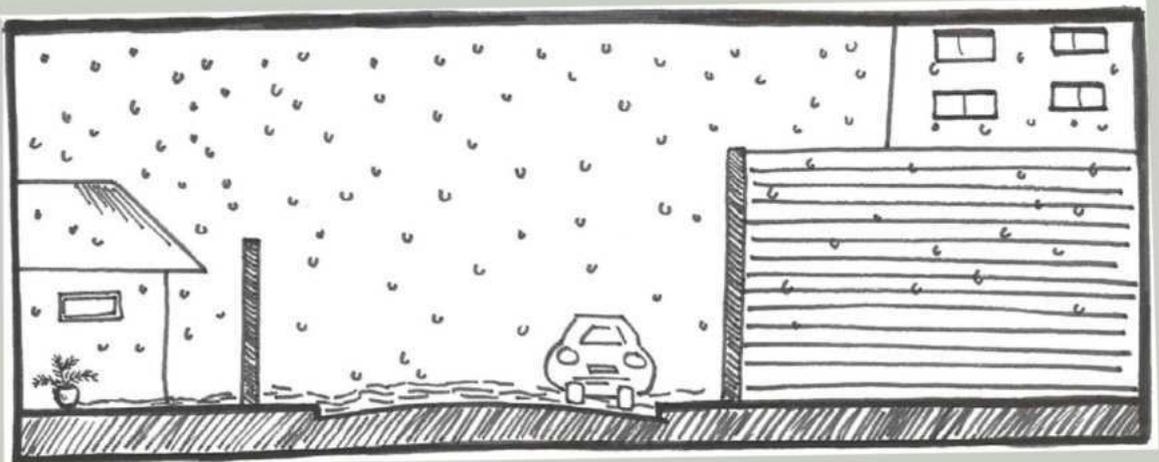
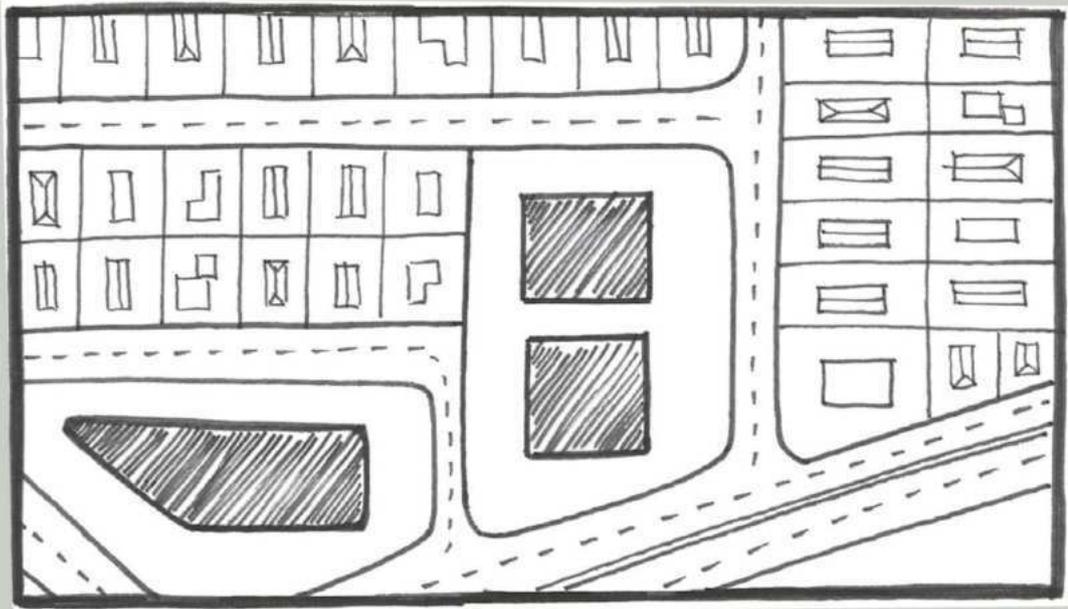


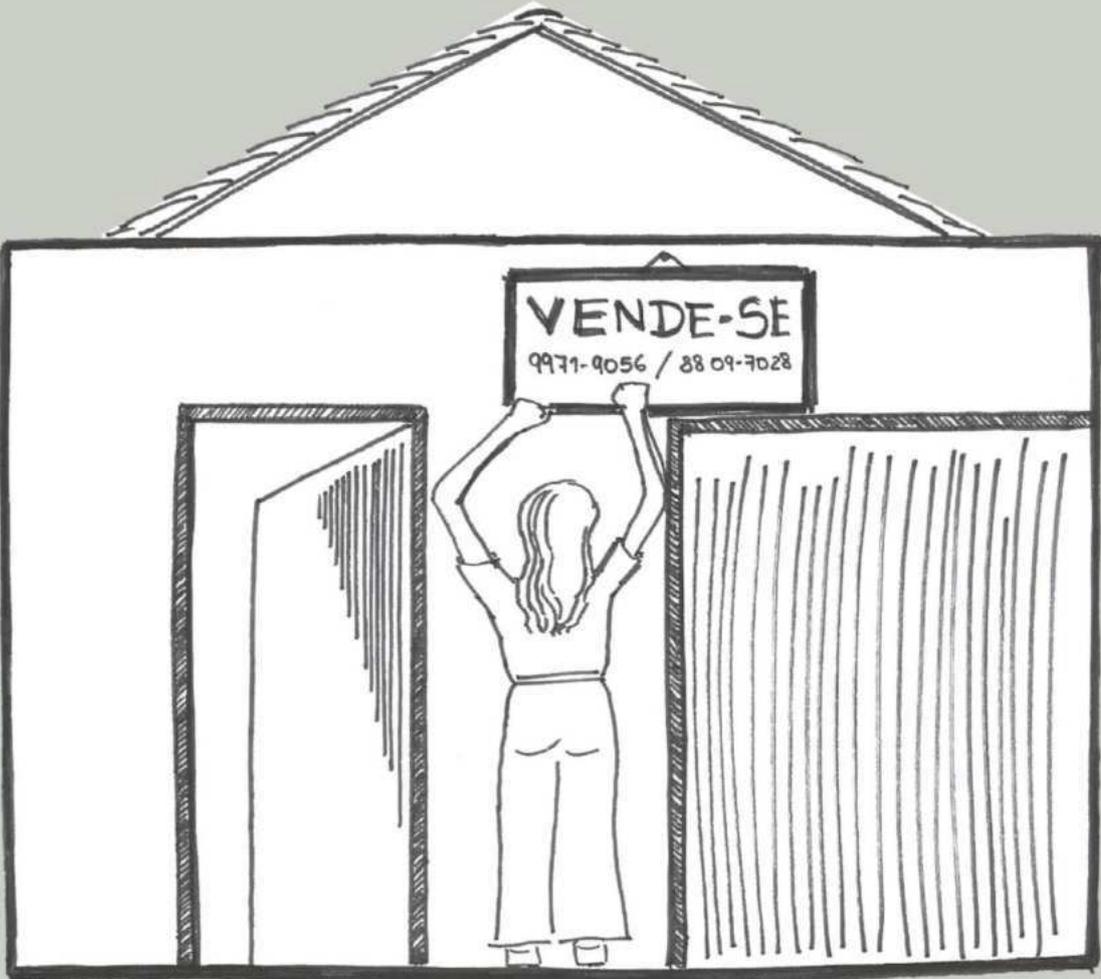
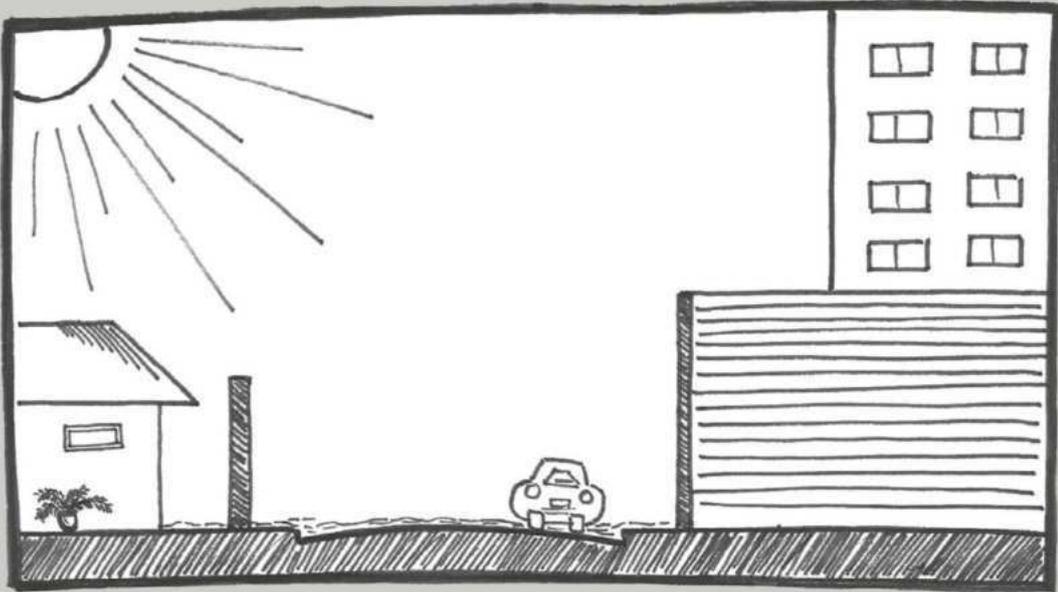
(...)



(...)

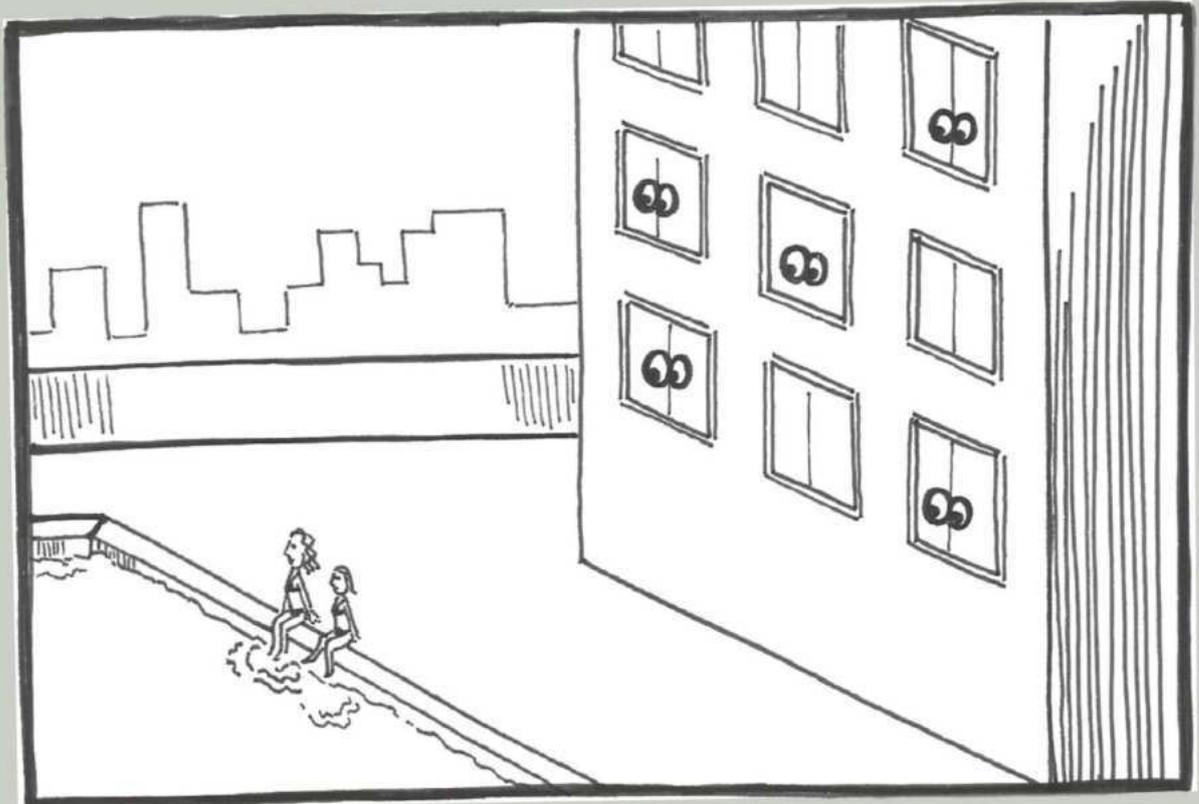




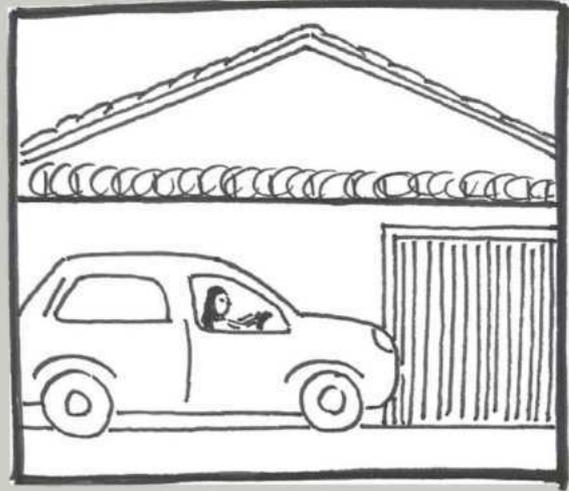
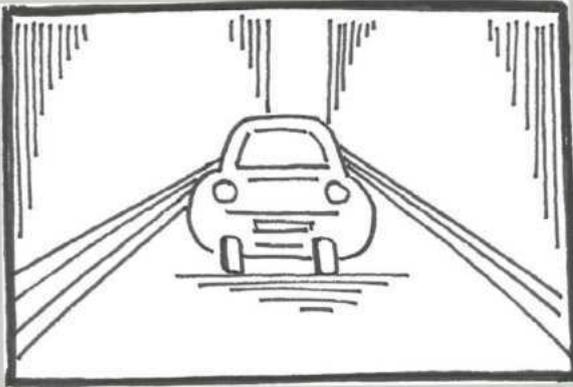


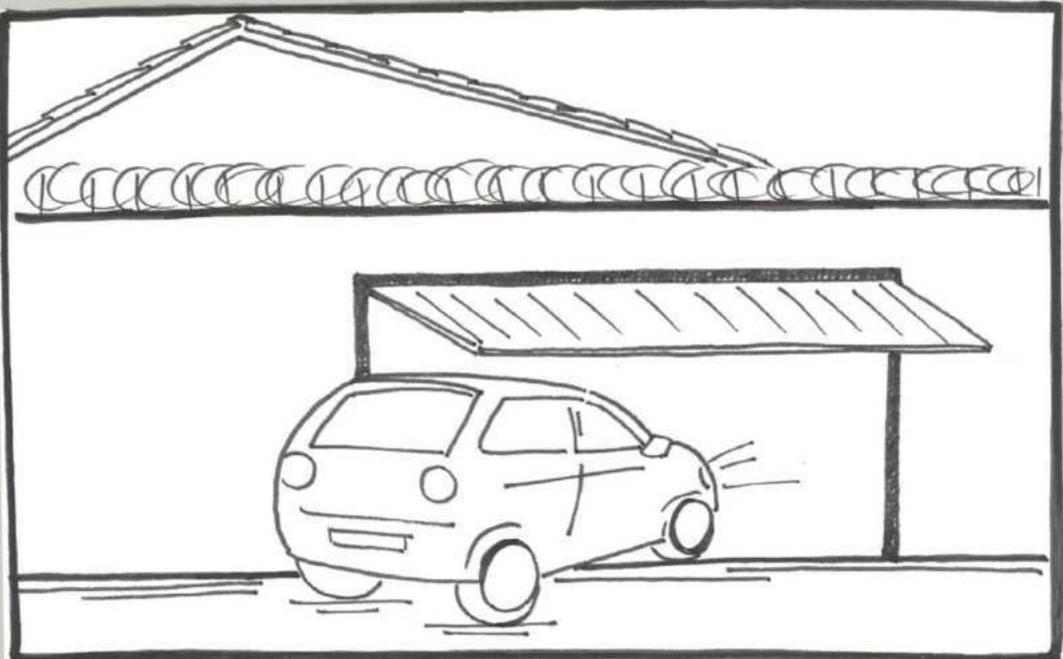
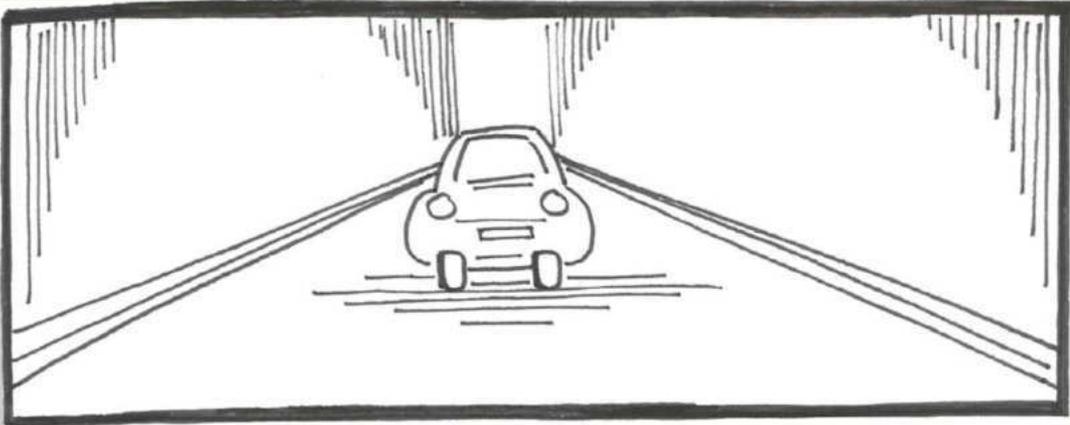
# ESPECTADORES





# ATRÁS DOS MUROS

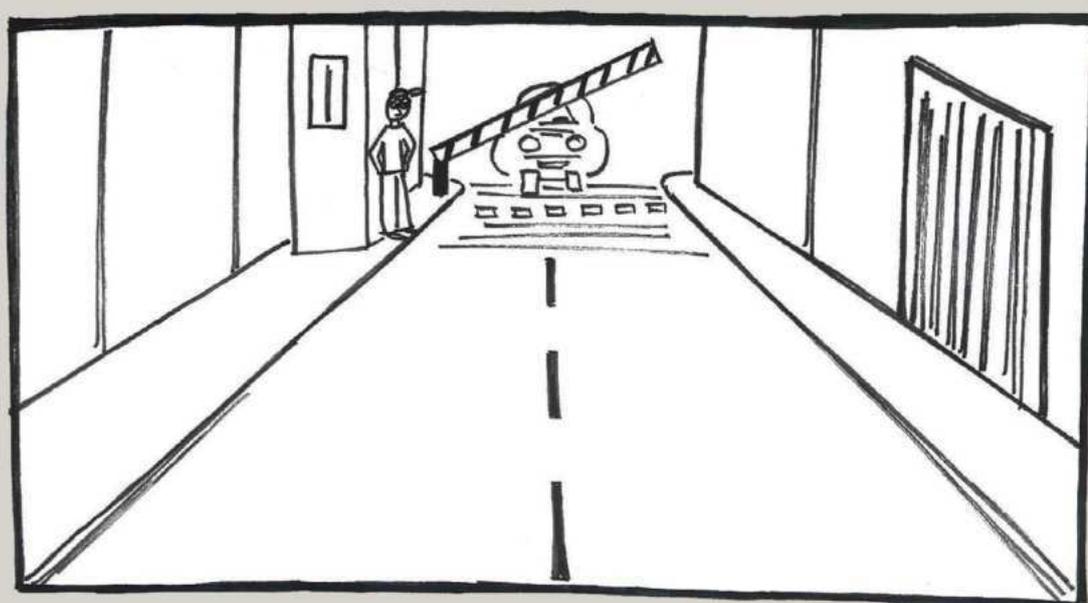
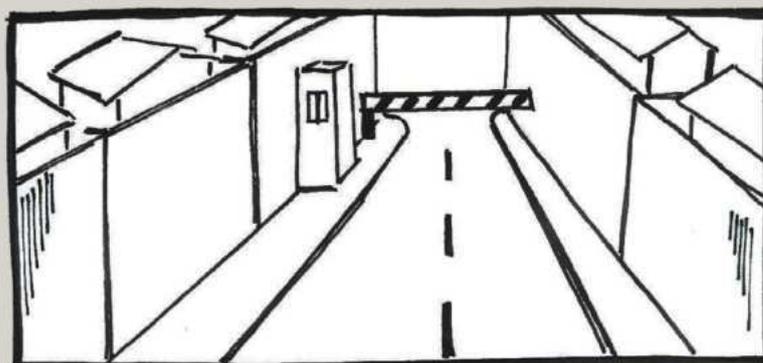


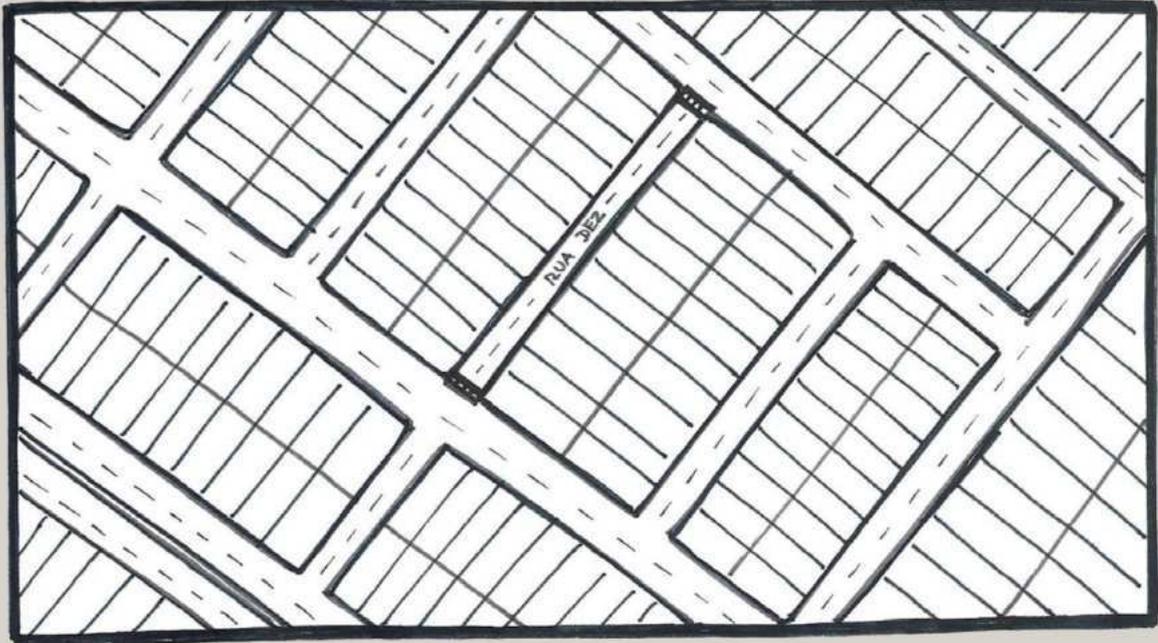


# LEIS PARA QUEM?



SEMANAS DEPOIS...





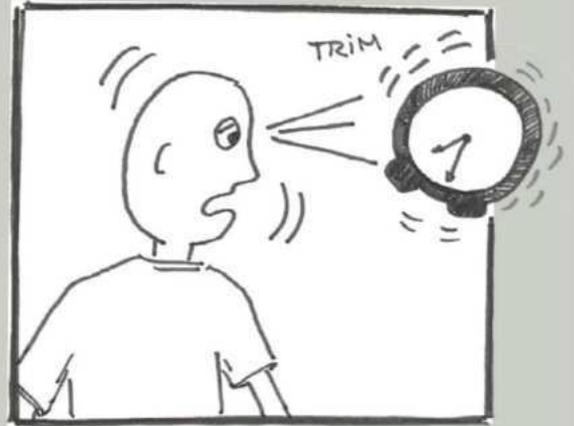
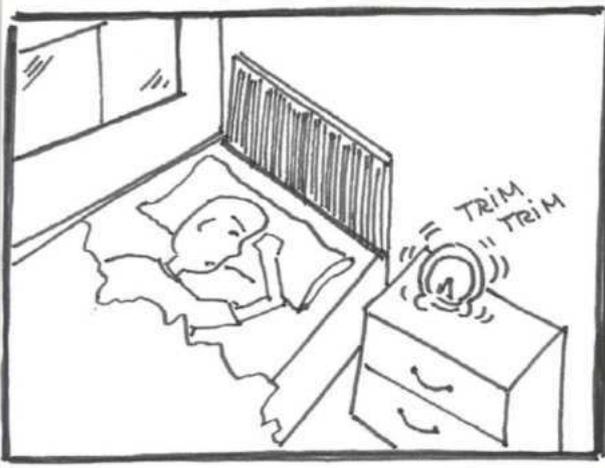
# O RITMO URBANO

O 'TIC-TAC' VAI MARCANDO  
CADA MOMENTO DE UM DIA MORTO  
VOCÊ GASTA À TOA E JOGA NO LIXO HORAS,  
DESCONTROLADAMENTE  
PERAMBULANDO DE UM LUGAR PARA OUTRO"

PINK FLOYD, TIME



# CIDADE DORMITÓRIO





DE NOITE...

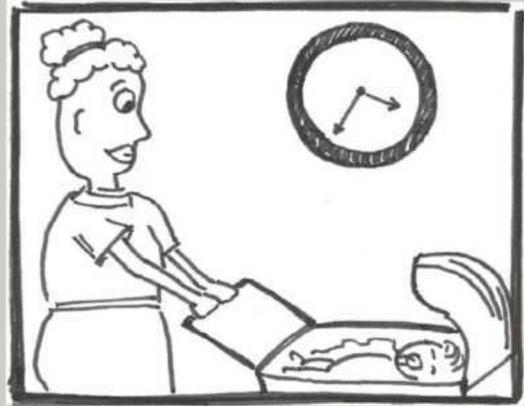
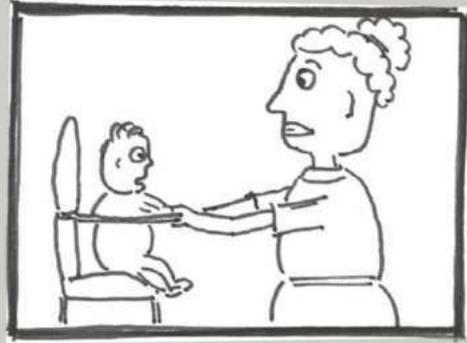


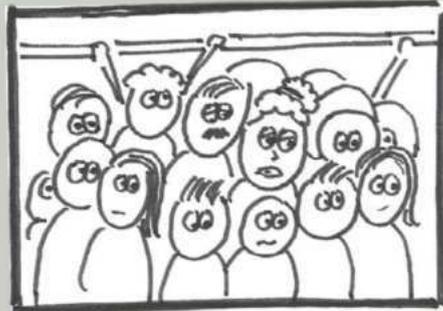
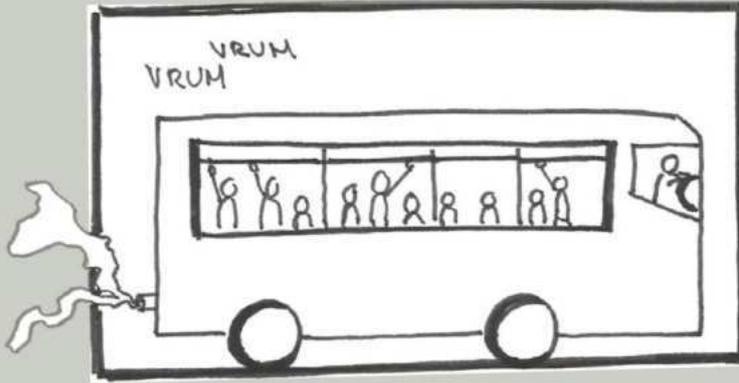
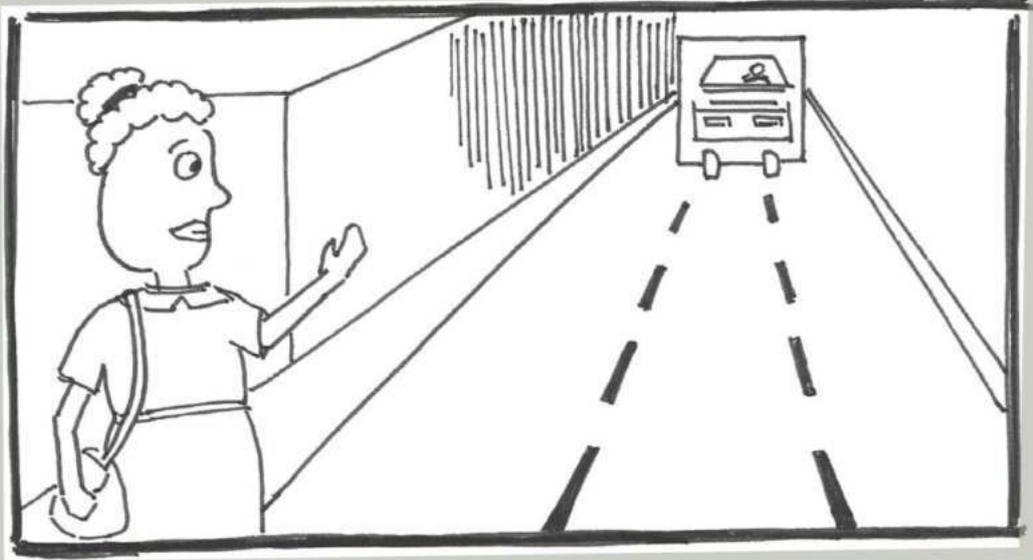
FALANDO NISSO,  
AMANHÃ NÃO DEVO  
TER AULA, MÃE...

RECOMEÇA A  
GREVE DE  
ÔNIBUS

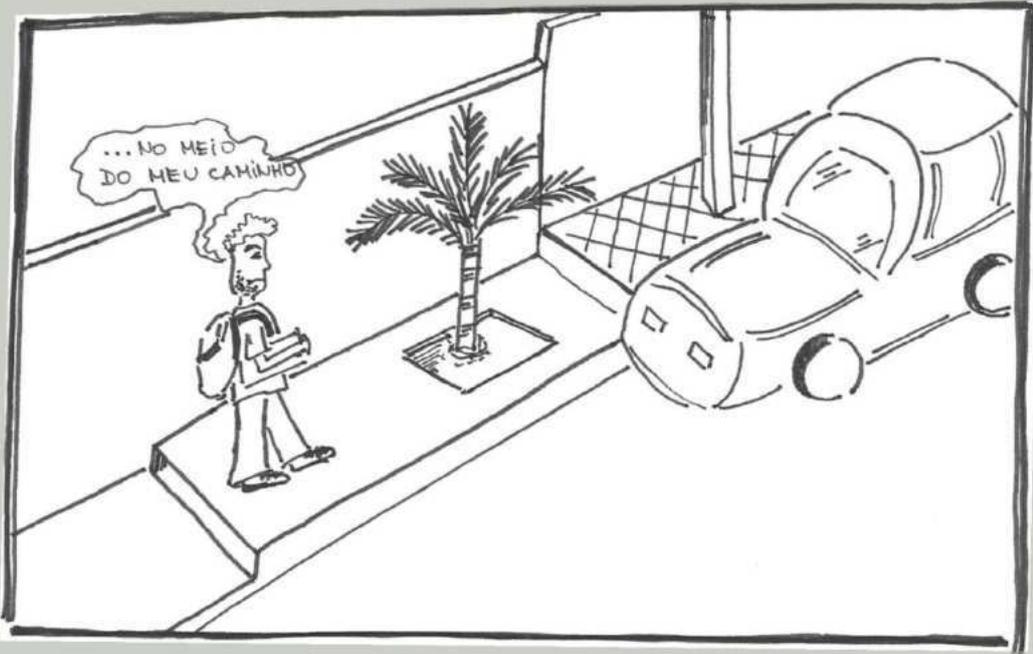
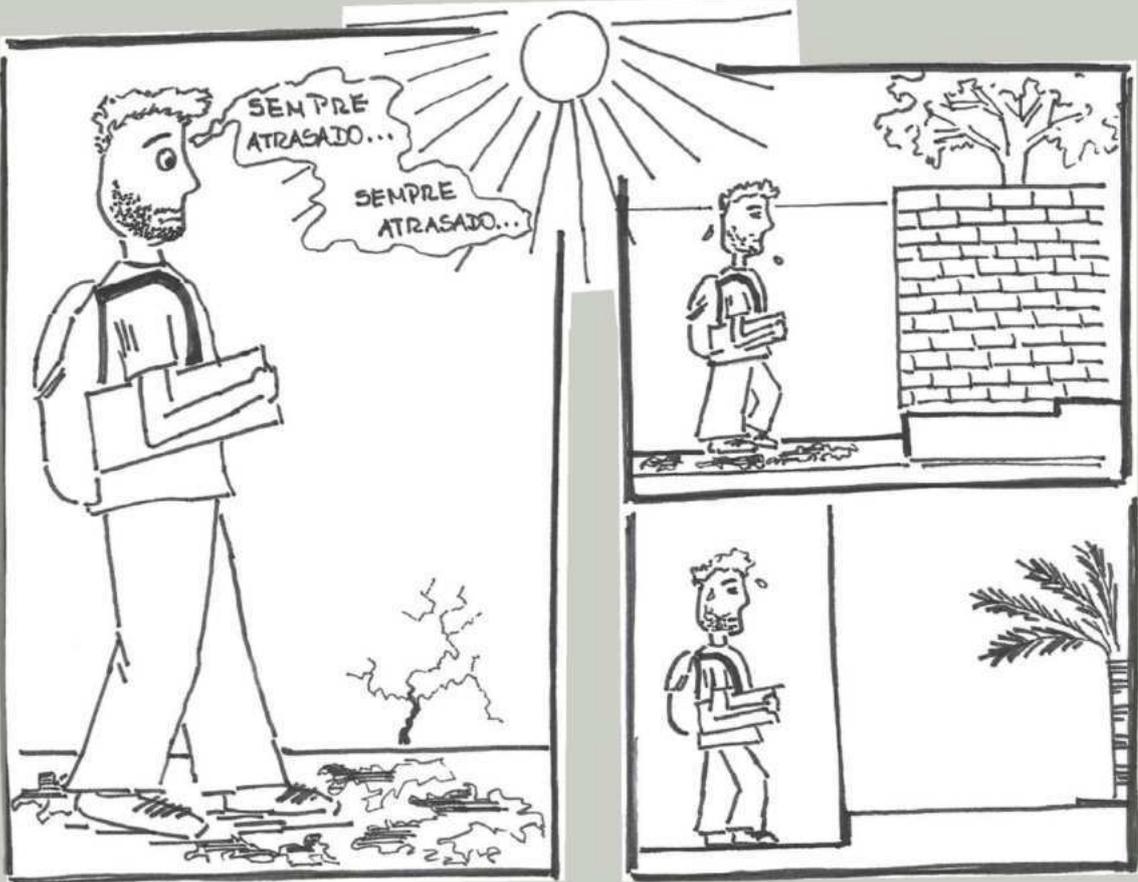
AMANHÃ TENHO  
COMPANHIA PRA  
ALMOÇAR...

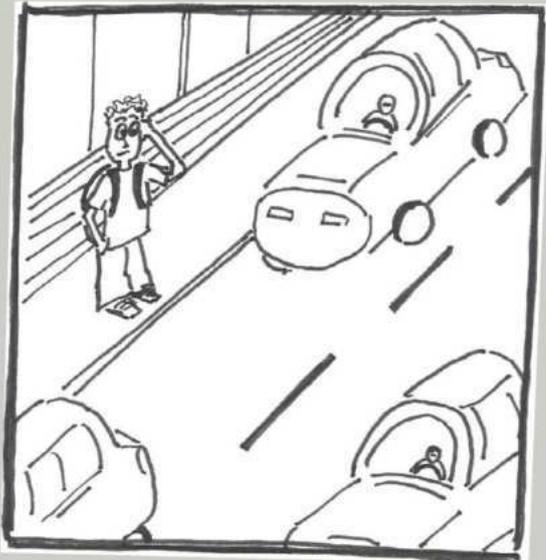
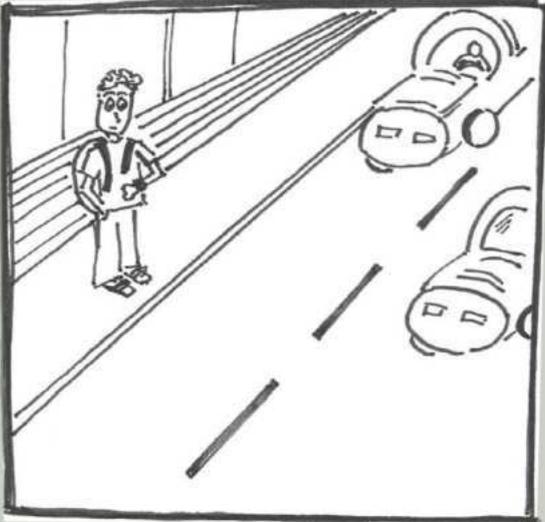
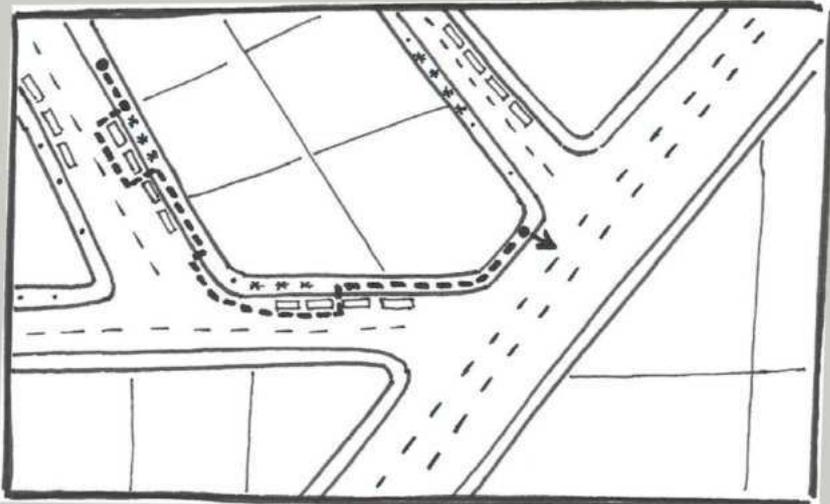
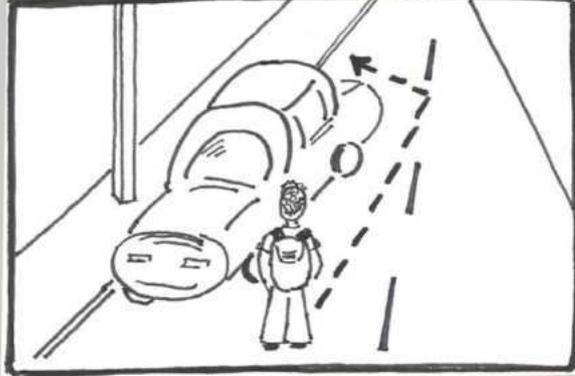
# TEMPO FURTADO

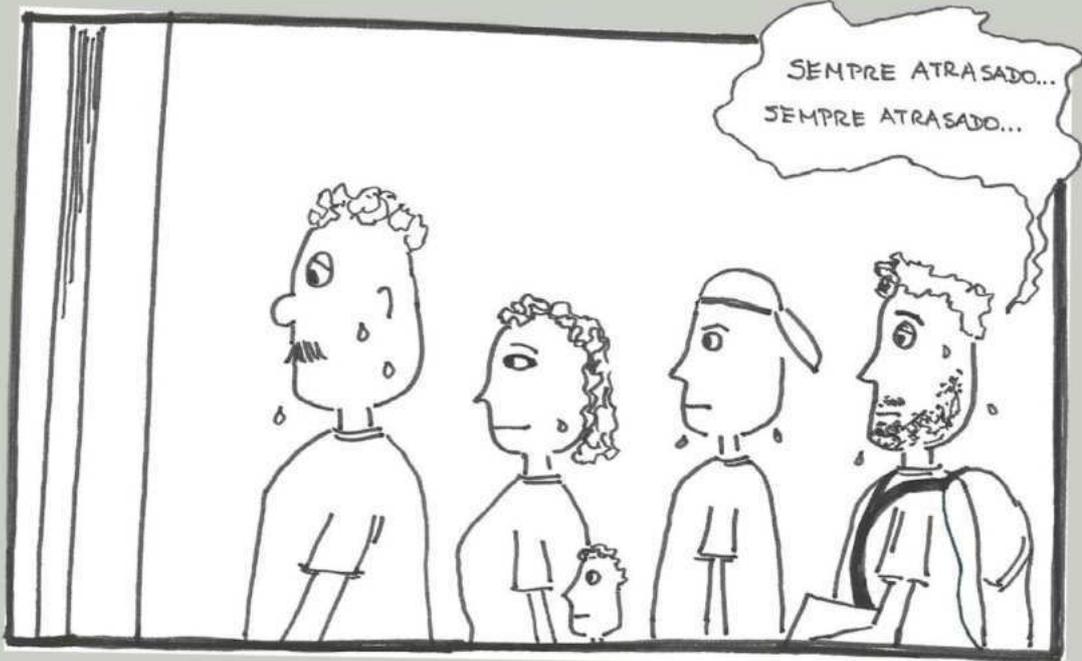
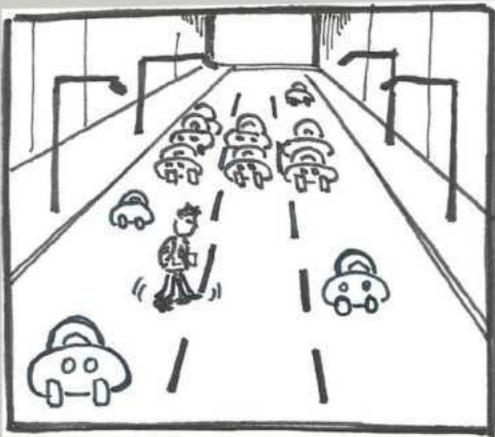




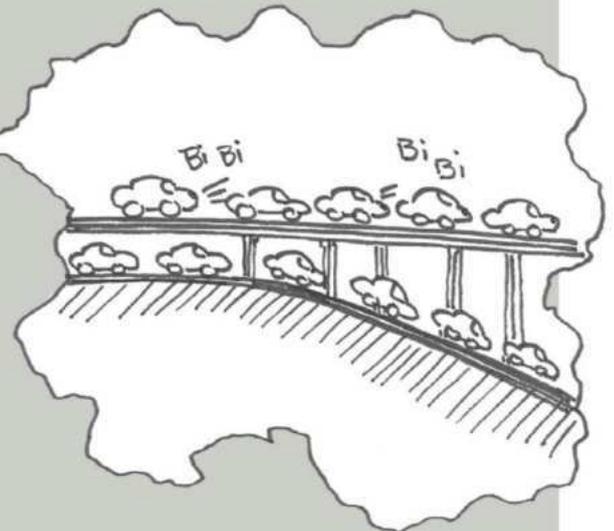
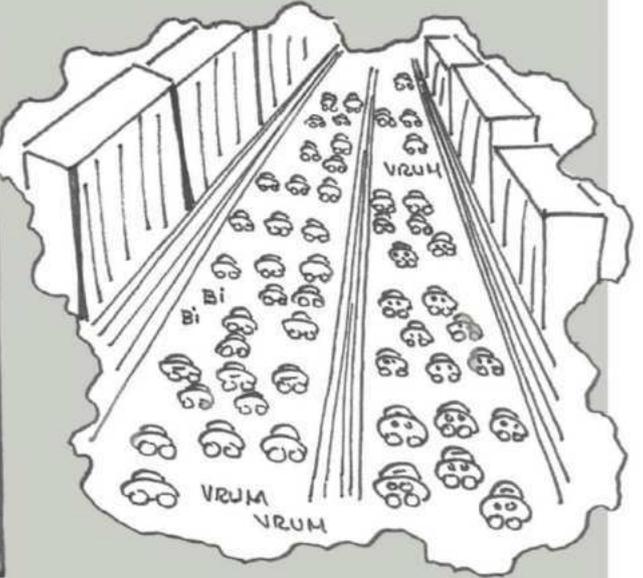
# MARATONA DA ROTINA

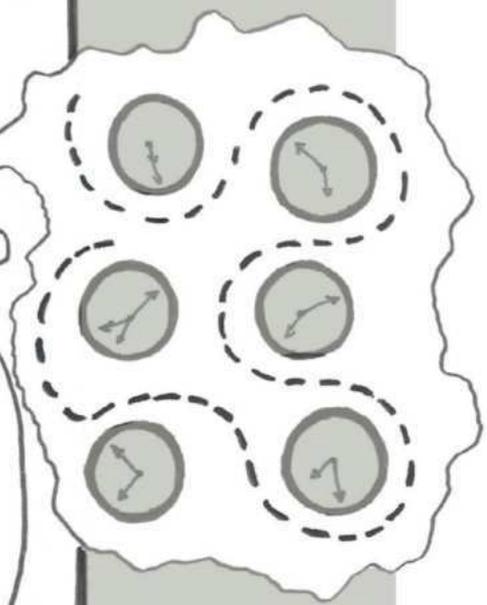
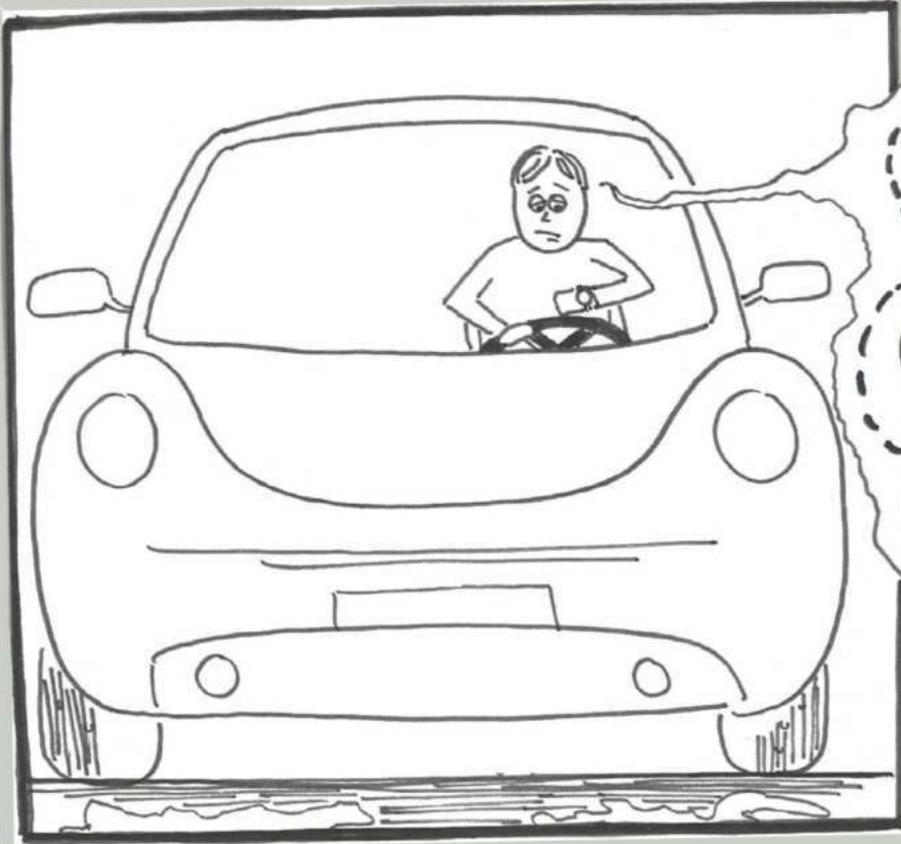
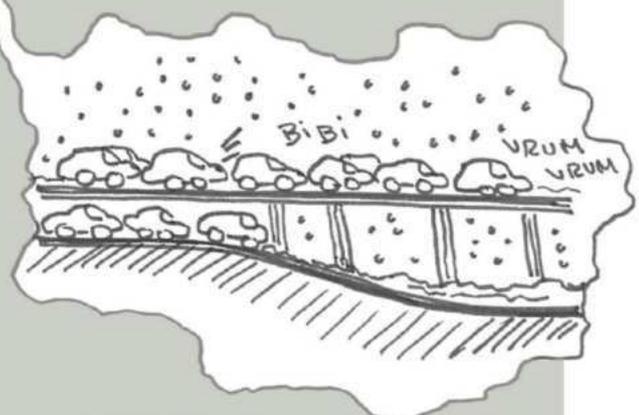
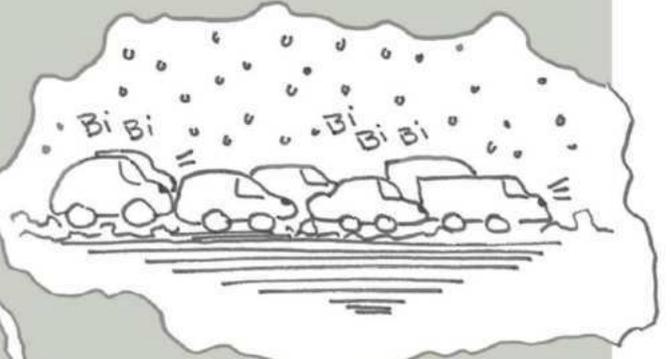






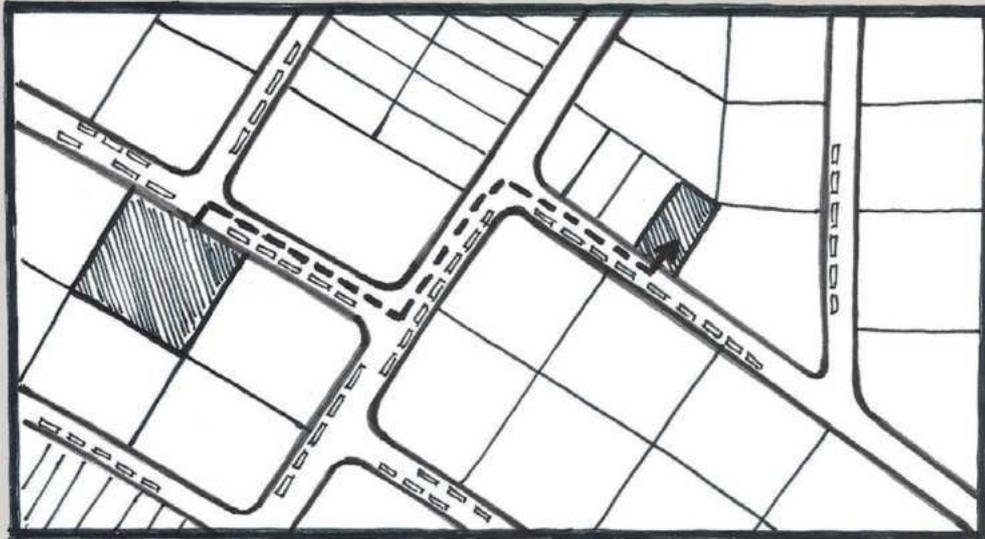
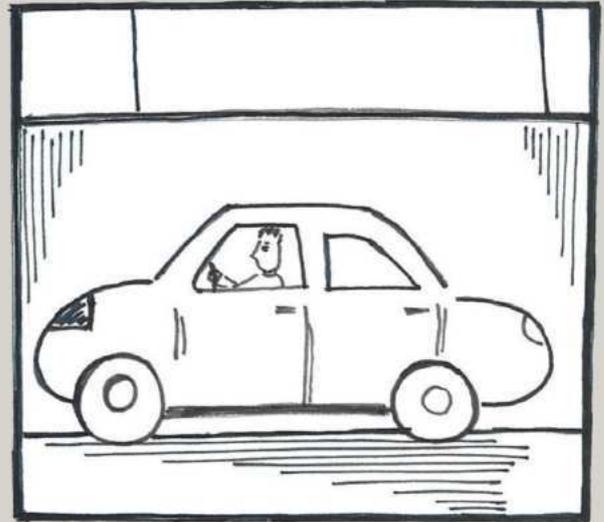
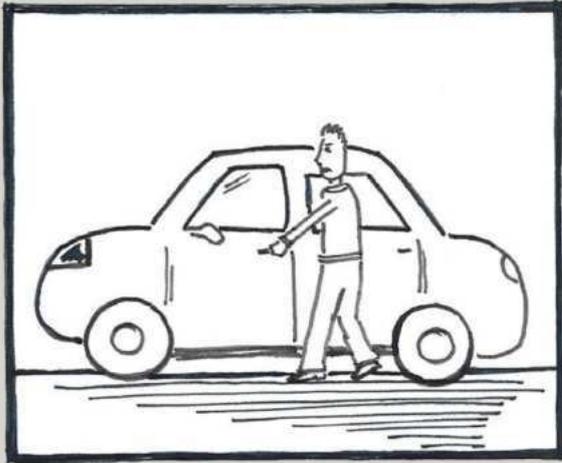
# ROTAS DE FUGA





# LOGO ALI

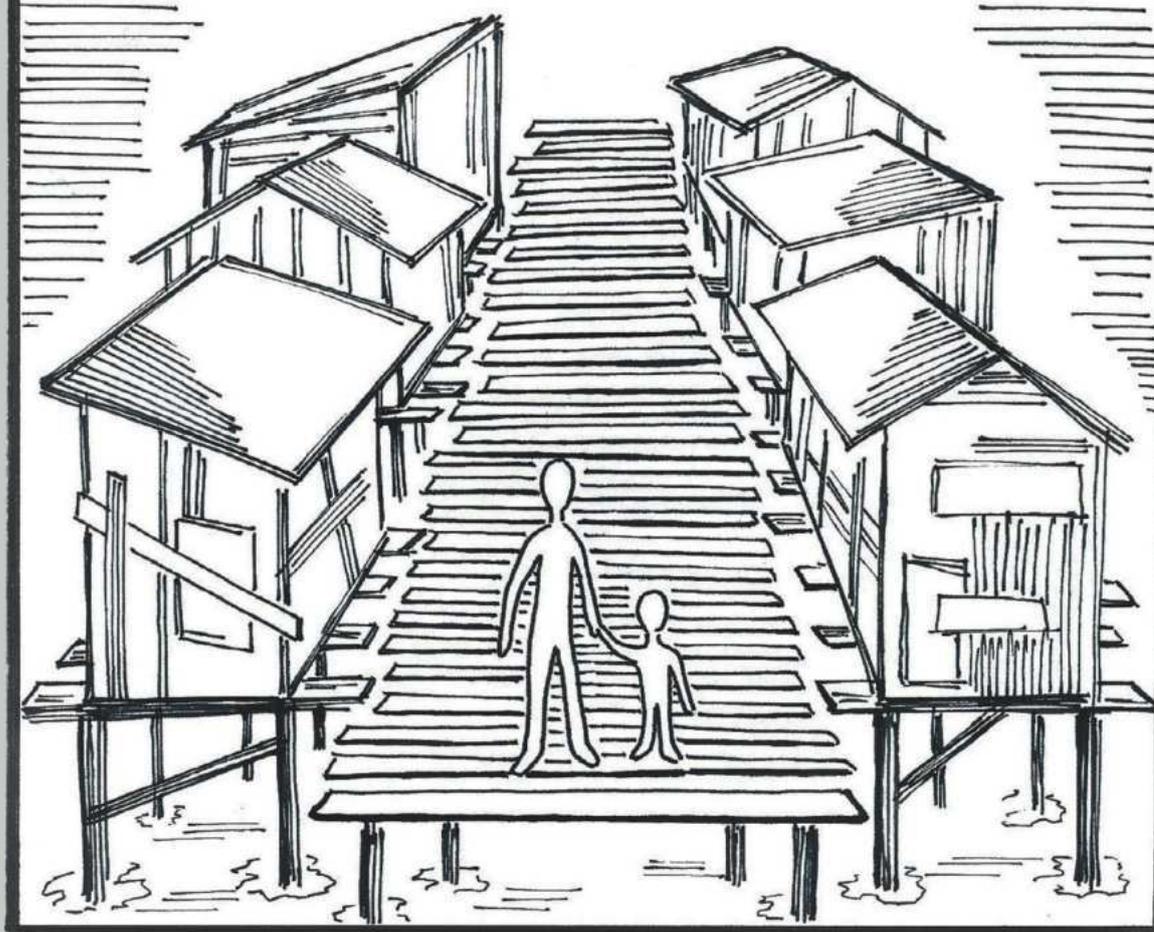




(...)



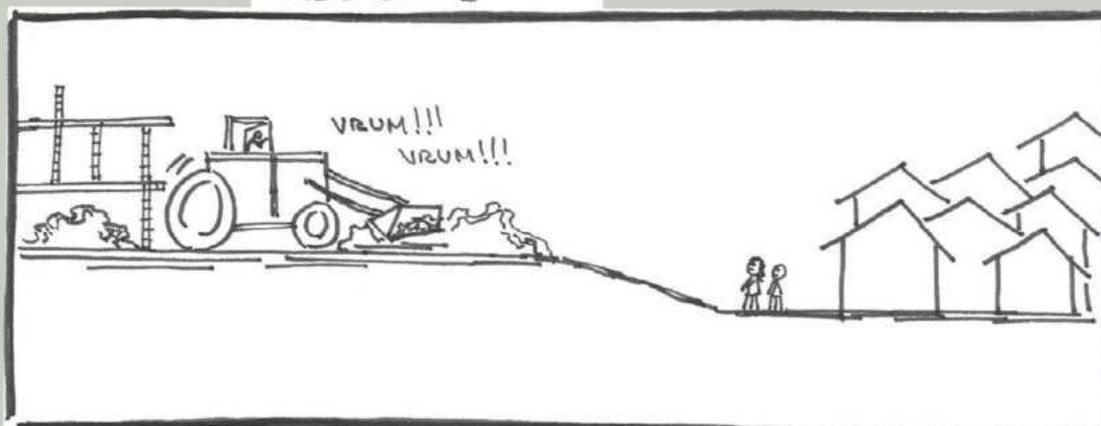
# PESSOAS INVISÍVEIS



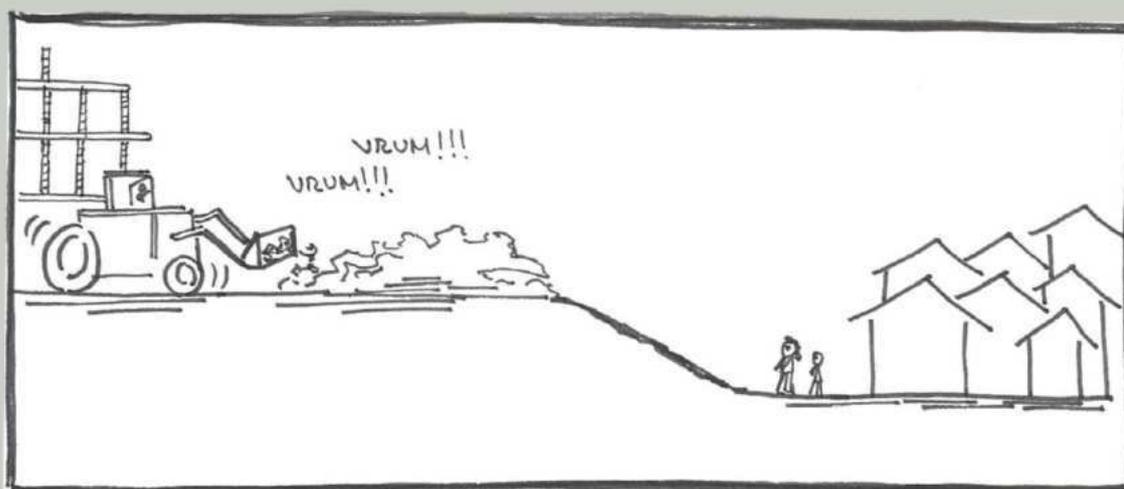
# PORTA DOS FUNDOS

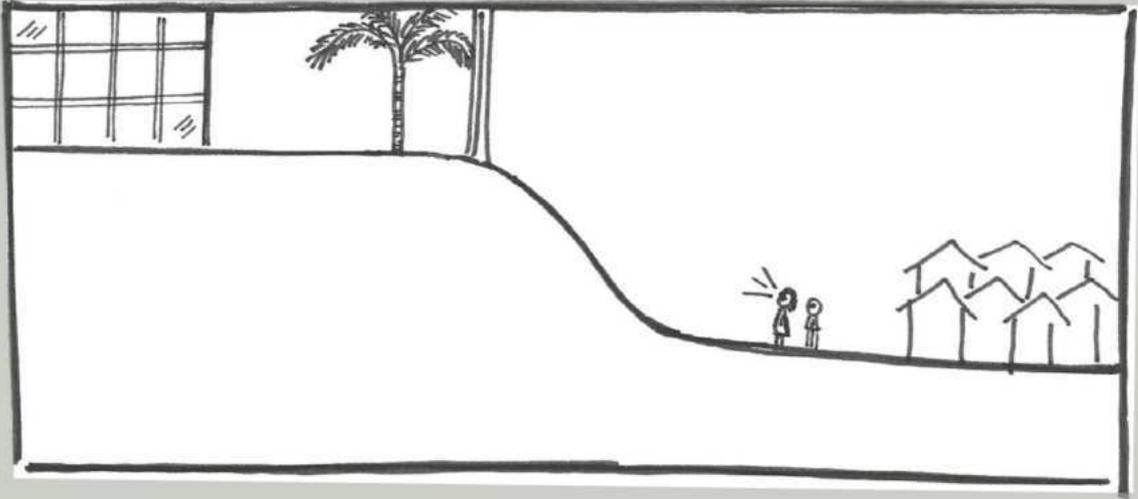


MESES DEPOIS ...



...



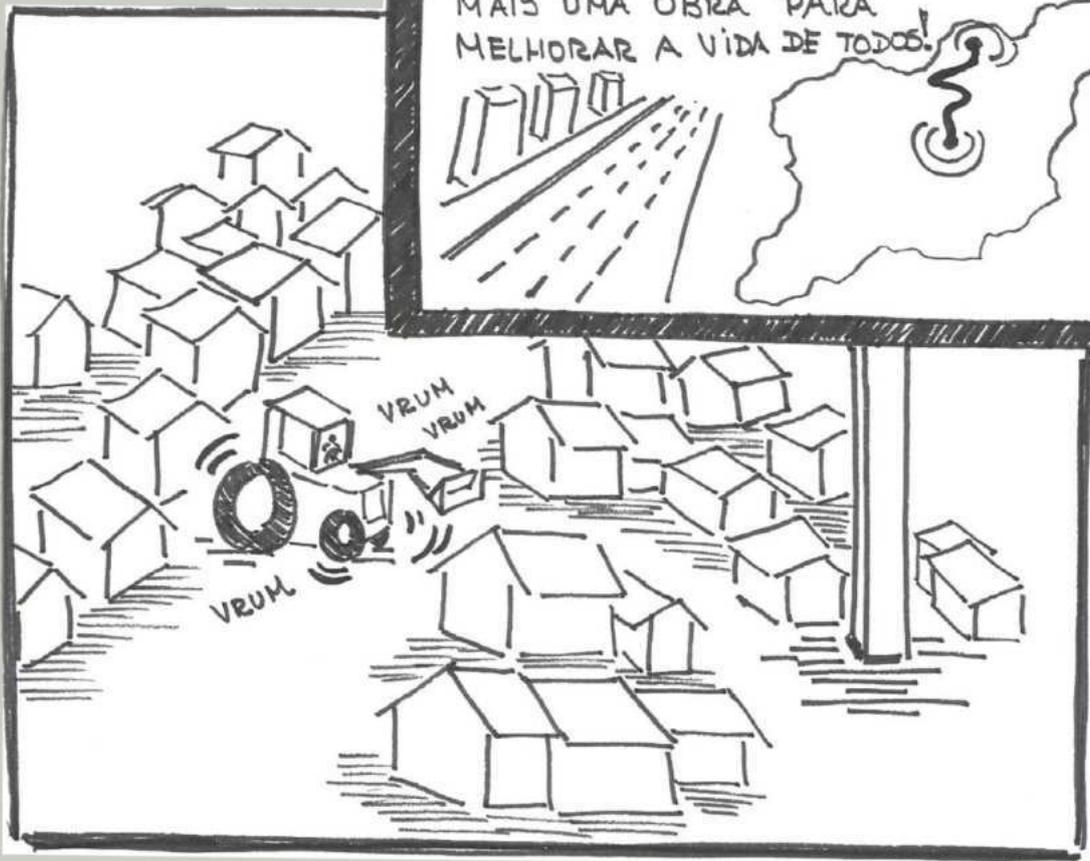
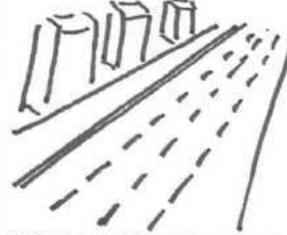


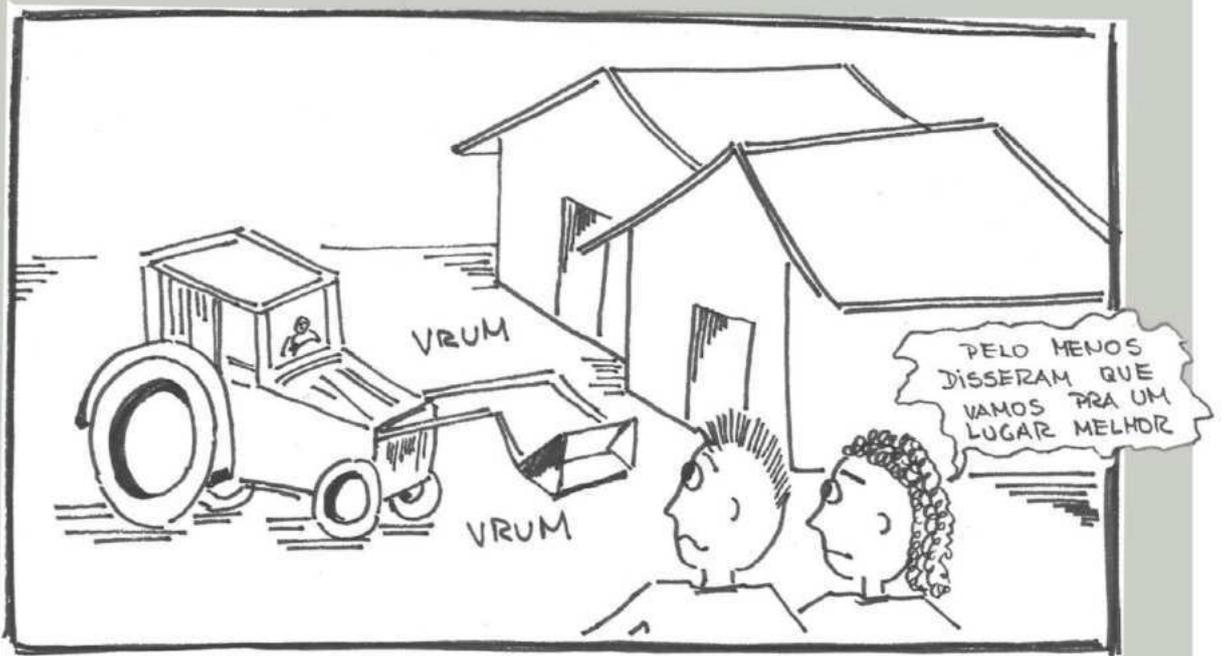
# PARA DEBAIXO DO TAPETE



## AVENIDA NORTE-SUL

MAIS UMA OBRA PARA MELHORAR A VIDA DE TODOS!

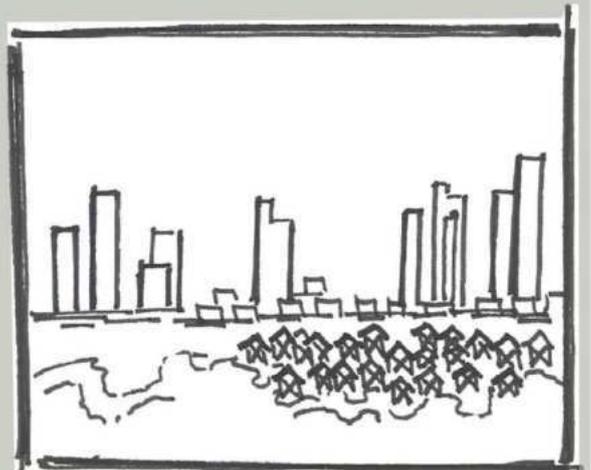
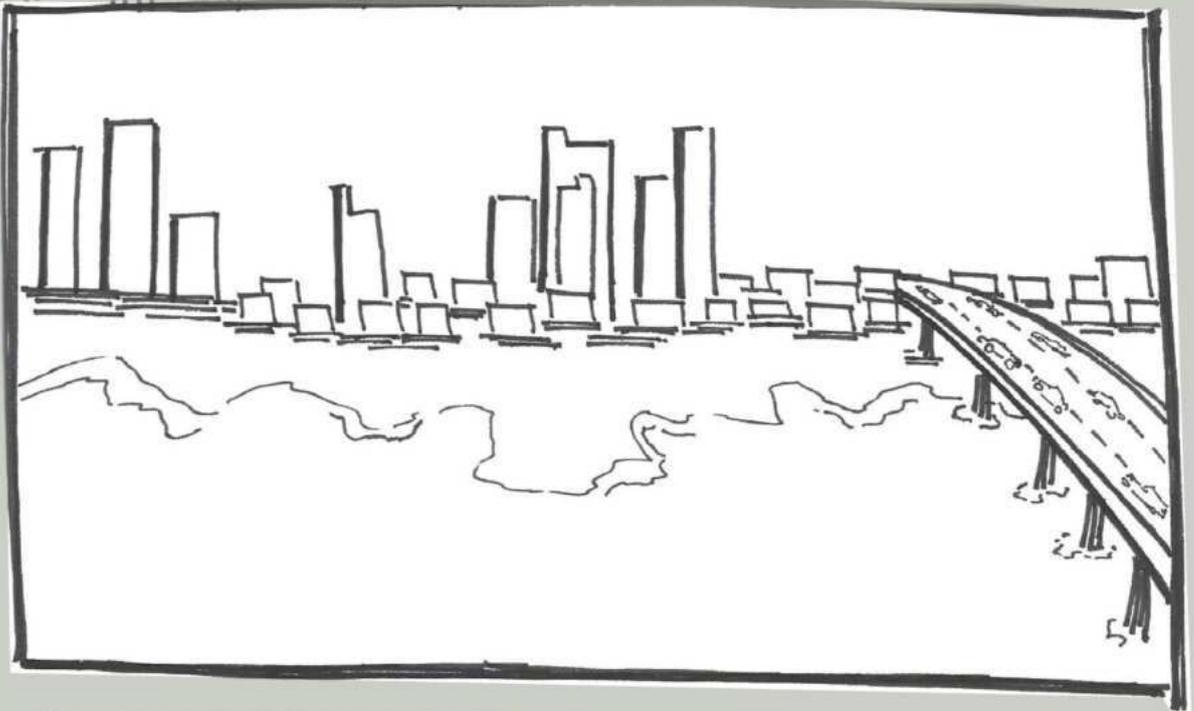


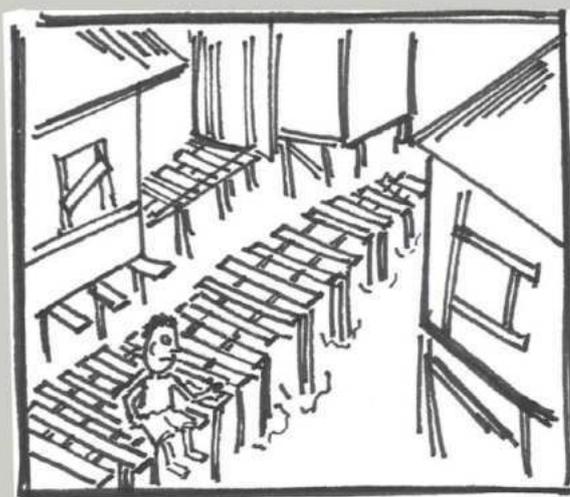
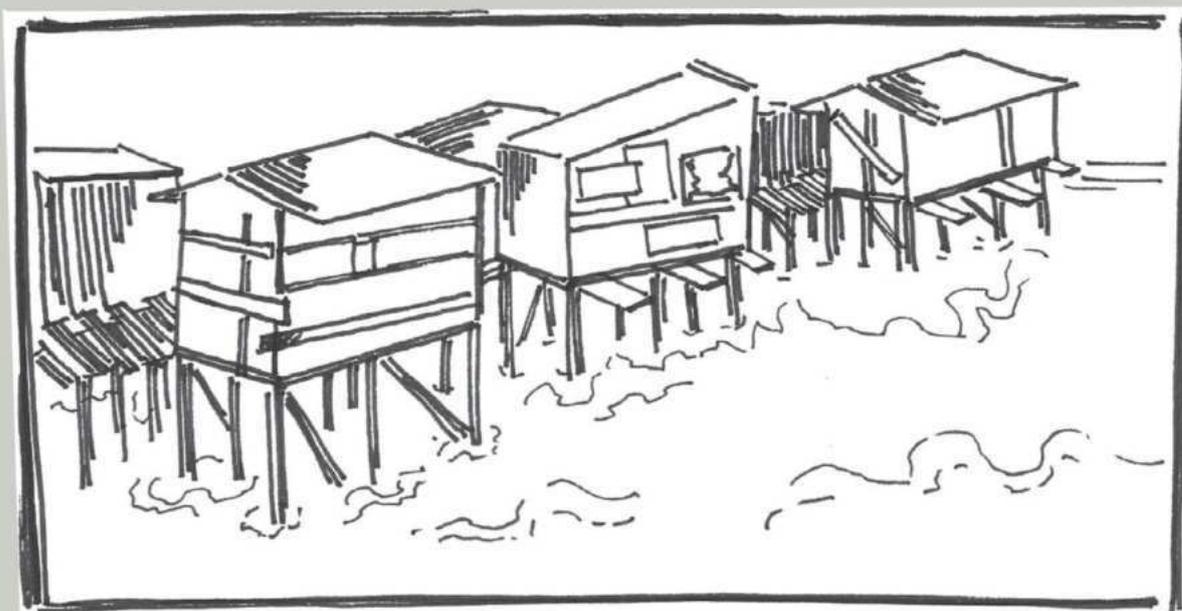


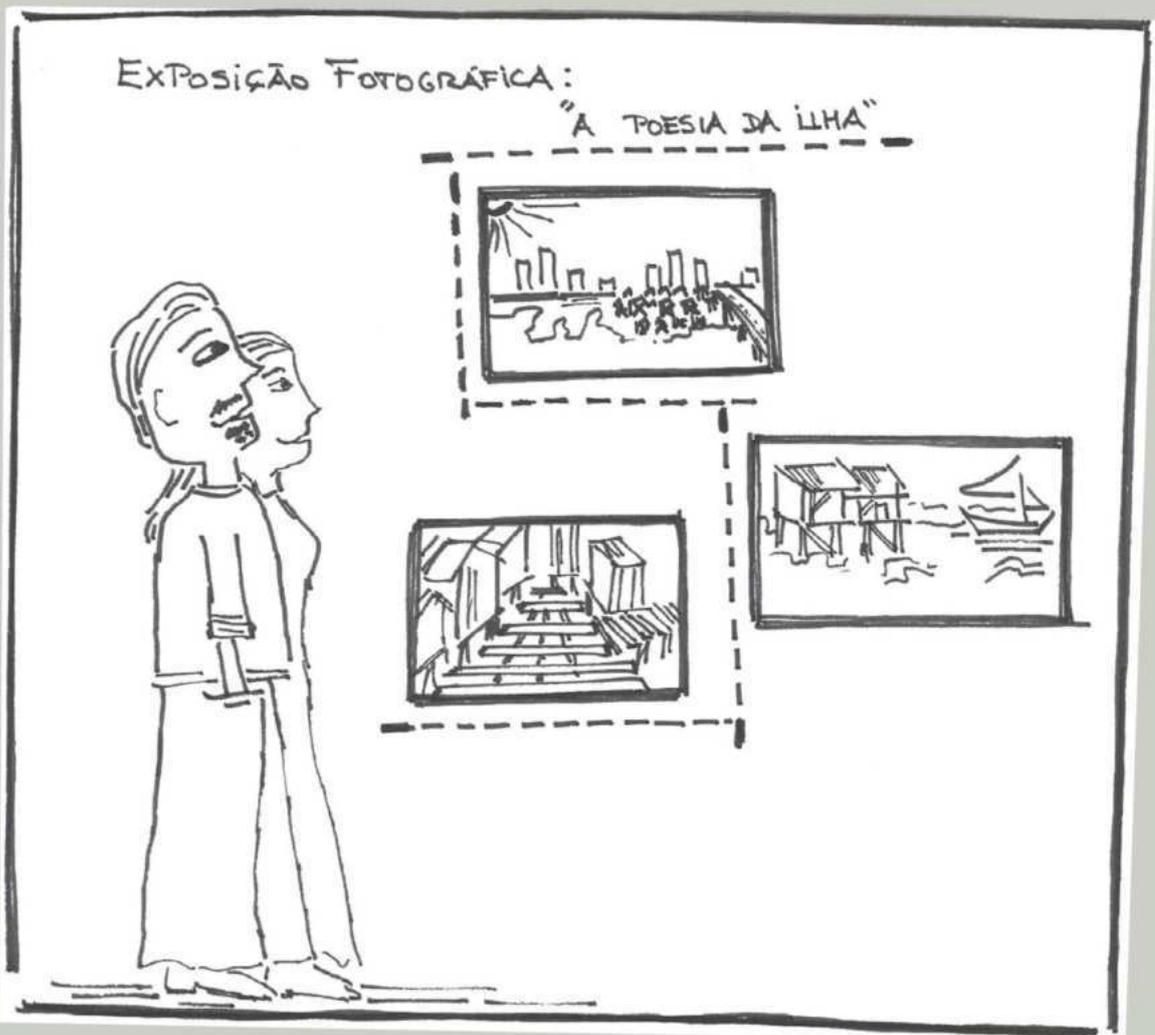
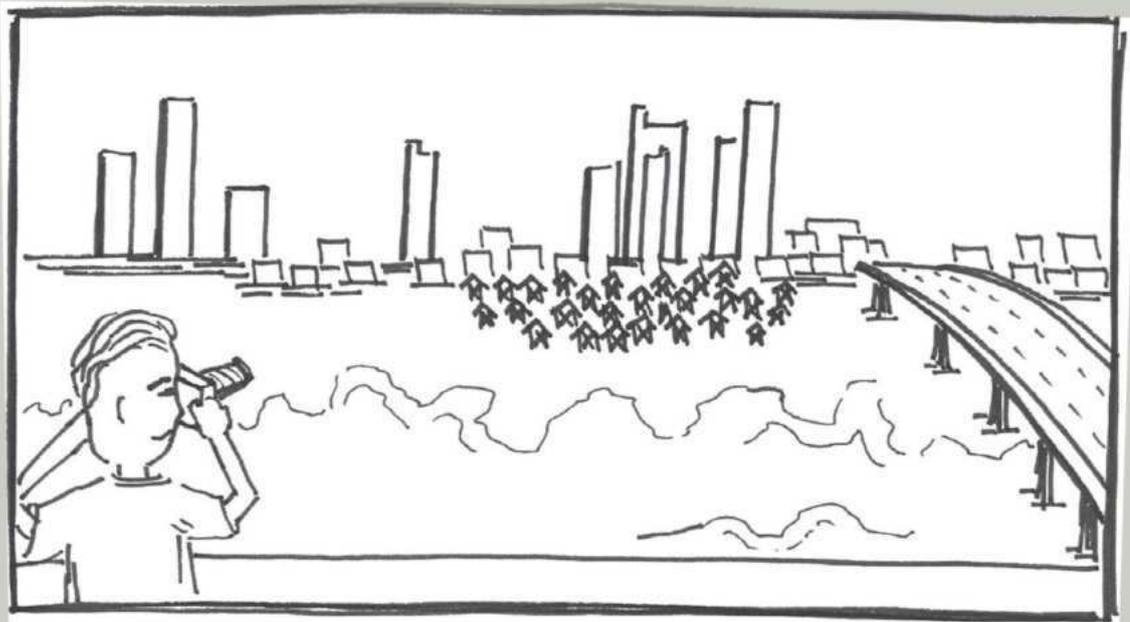
ENQUANTO ISSO NA NOVA VILA 101...



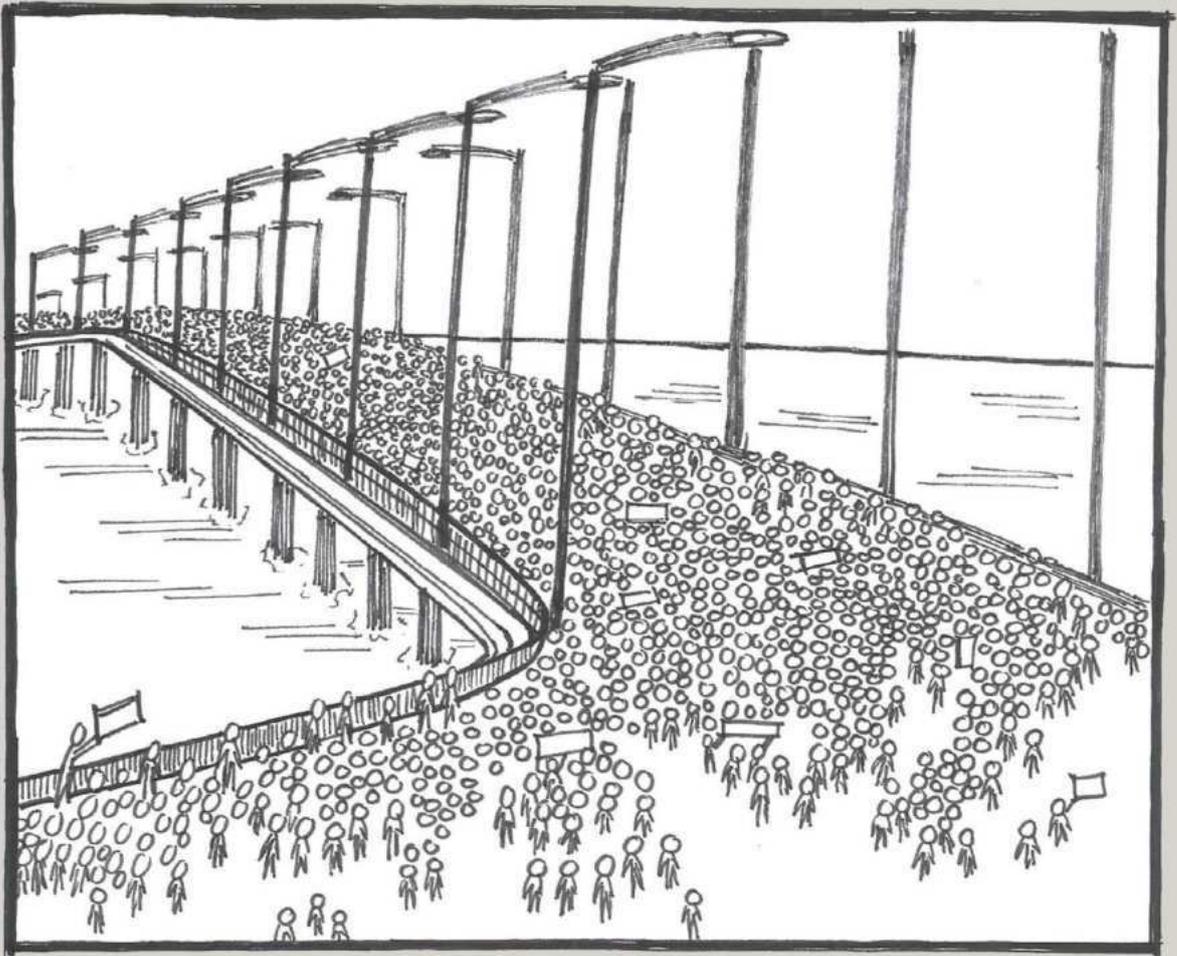
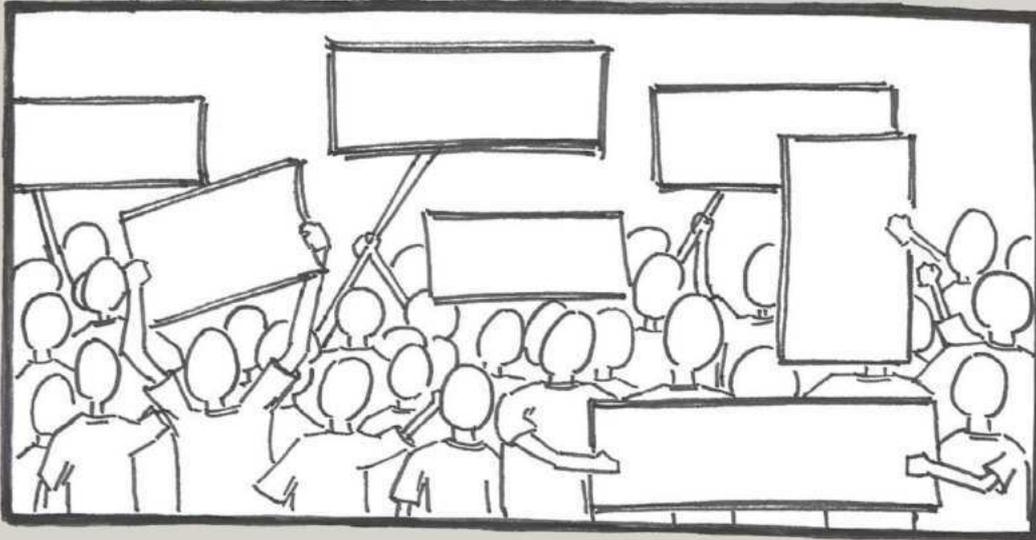
# FALSA POESIA

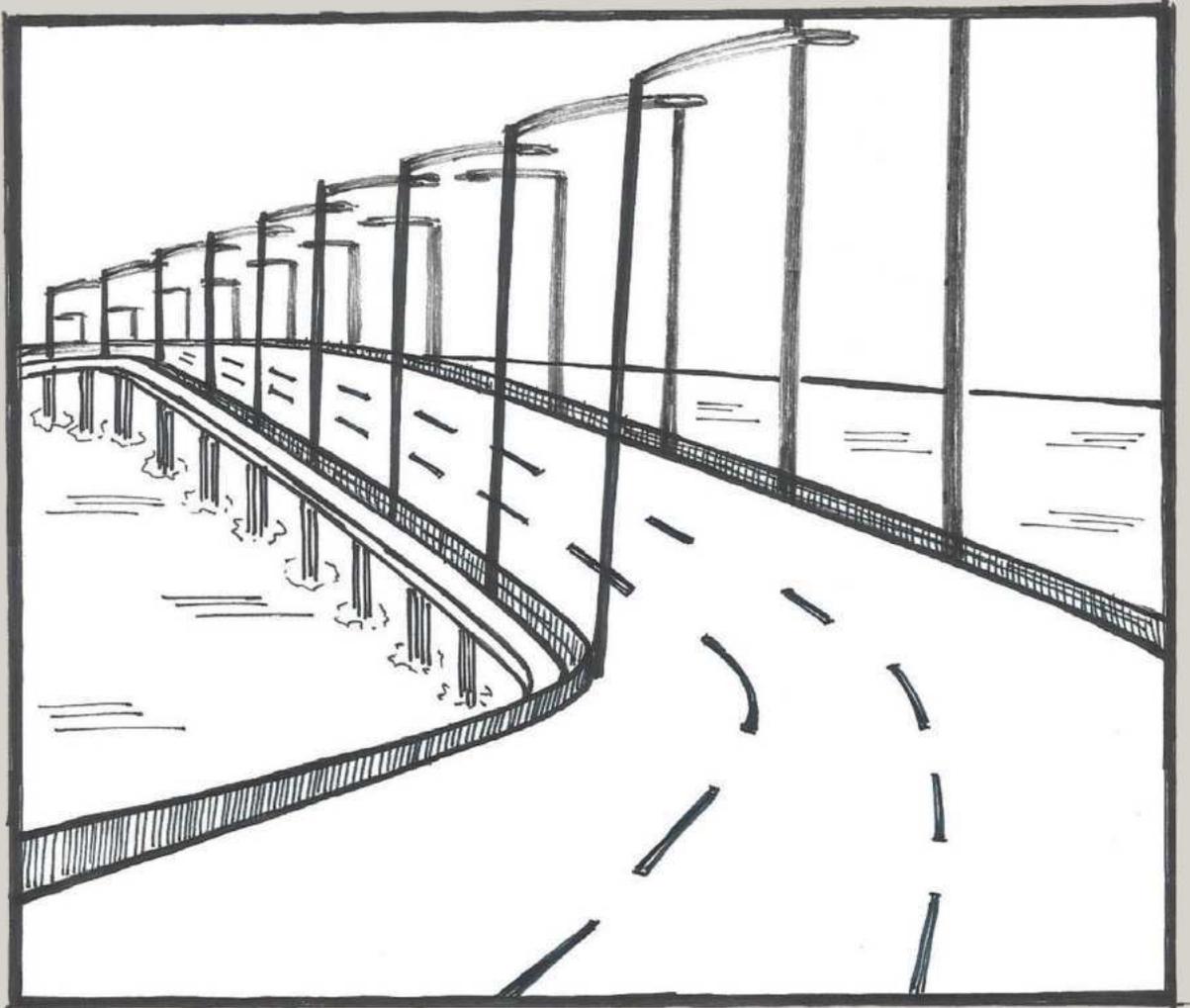
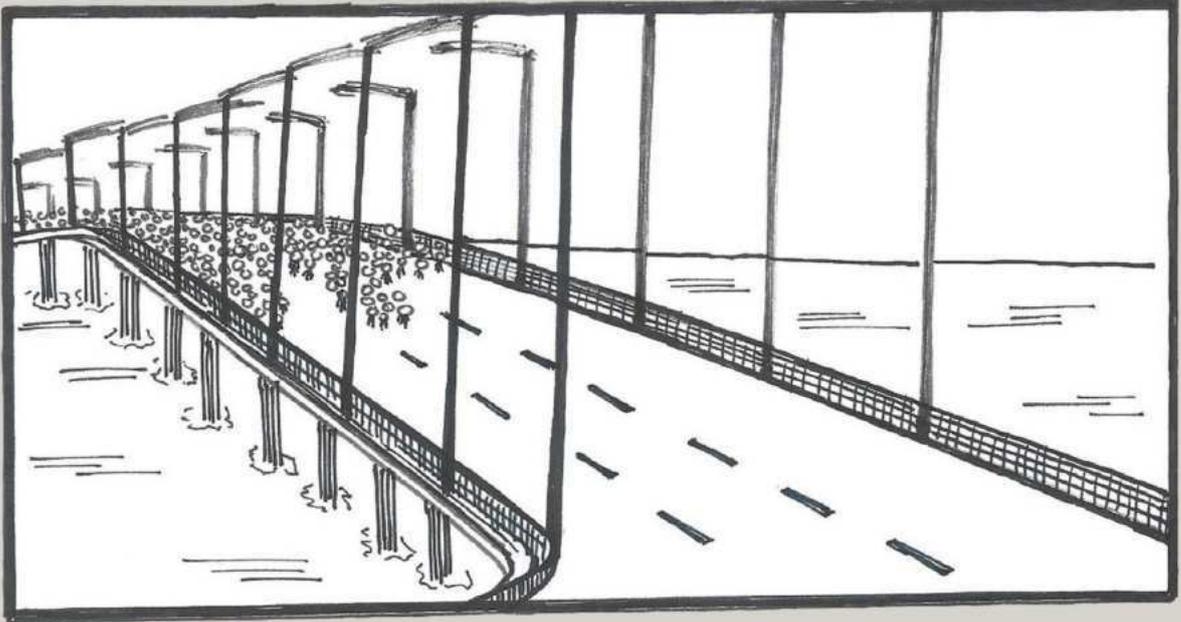






# GRITOS SURDOS





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as práticas espaciais cotidianas que envolvem os novos modos de morar, recrear-se e deslocar-se. Buscou também compreender o processo de urbanização que gerou a nova condição urbana de uma cidade marcada pela descontinuidade do seu espaço construído.

A partir dessa compreensão, observou-se que o processo de produção do espaço foi resultado de uma manipulação da ação humana, privilegiando os interesses econômicos dominantes. Notou-se também que um dos principais influenciadores dessa urbanização foi o próprio Plano Diretor de 1974 que com a proposta da ocupação de novas áreas, deu início ao espalhamento territorial. Assim, o Plano acabou favorecendo também a segregação espacial, como diz Wall (2011), pois ao exigir a homogeneização do espaço para facilitar a sua transformação em mercadoria, favoreceu particularmente os mercados fundiário e imobiliário e aprofundou as desigualdades socioespaciais.

O modo de urbanização dispersa permitiu que grandes áreas permanecessem sem utilização, esperando por tempos mais propícios à sua comercialização, como um processo de “amadurecimento” da valorização territorial. Com o Plano Diretor de 1992, o aumento de gabarito com a finalidade de proporcionar o “preenchimento” de vazios urbanos na cidade, camuflou também o uso desse espaço como resposta à crise do mercado imobiliário, o que fomentou o novo modo de morar verticalizado. Onde a legislação não permitiu a verticalização, o espaço deu lugar aos condomínios unifamiliares.

O morar em condomínios passa a ser vendido como a maneira ideal de se viver na cidade. O poder imobiliário apropria-se da cultura do medo e da violência e propaga a proteção no “intramuros” como a solução para a fuga dos males urbanos. Aliado a isto, vende-se a ideia de um local completo, com as mais diversas áreas de lazer que possam gerar a efetiva qualidade de vida almejada, o que demonstra o desprezo pelo uso dos espaços públicos coletivos.

Acontece, no entanto, que esse novo padrão habitacional se torna a mais exacerbada maneira da segregação socioespacial, onde se vê a nítida busca pelo isolamento de grupos restritos. A combinação condomínio fechado e shopping

center é, então, o resultado oferecido pelo poder imobiliário para usufruir de um ambiente que exclui o indesejável.

Os novos espaços que foram (e continuam) sendo construídos seguem o processo da privatização territorial, resultando em núcleos desconexos que geram a ruptura do tecido urbano. As ruas se transformam em locais de rápidas passagens, que expõem permanências. Por estarem quase sempre desertas, como explica Wall (2011), o uso do carro se tornou um alibi para a insegurança e se justifica agora até mesmo para cumprir pequenas distâncias.

Esta é a atual condição urbana de São Luís, sobre a qual as novas práticas espaciais cotidianas foram retratadas em pequenas narrativas em quadrinhos, de uma forma crítica e analítica. As histórias compõem, assim, um texto urbano, onde cada personagem traz consigo o espelho da vida na cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### AUTORES MARANHENSES

BURNETT, Carlos Frederico Lago. Da Cidade Unitária à Metrópole Fragmentada: Crítica à Constituição da São Luís Moderna; em JESUÍTA, Antônia; **Cidades Brasileiras: Atores, Processos e Gestão Pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.) **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

VENANCIO, Marluce Wall C. **Urbanização dispersa em São Luís: tensões entre expansão e centro**. 282f. II. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

### REFERÊNCIAS GERAIS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

EISNER, Will. **Nova York: A Vida na Grande Cidade**. São Paulo: Quadrinhos na Cia, 2009.

EISNER, Will. **Quadrinhos e Arte Sequencial**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do Espaço**. 4 ed. Paris: Anthropus, 2000.

MOGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano do Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

### PROJETOS

BRITO, Felipe. **Enclaves residenciais fechados: feudos contemporâneos? Guetos de ricos? Um estudo sobre os modos de morar em condomínios fechados em São Luís do Maranhão**. 2011, 36f. Relatório de Pesquisa. (Iniciação Científica, Bolsista UEMA). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2011.

BURNETT, Frederico Lago. **Uso do solo e ocupação territorial na Região Metropolitana da Grande São Luís: Dinâmica Econômica e Realidade Sócio-ambiental dos Municípios de São Luís e São José de Ribamar.** 2012, 84f. Relatório de Pesquisa. São Luís, 2012.

KIM, Bruno Jin Y. **Como vivemos? Projeto de tipologias de habitações típicas paulistanas contadas em quadrinhos.** Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TARGINO, Renata Soares. **Do Alto das torres ou atrás dos muros, novos modos de morar em São Luís do Maranhão.** 2008. Paginação irregular. Relatório de Pesquisa (Iniciação Científica, Bolsista Fapema). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

TARGINO, Renata Soares. **Do Alto das Torres, os Novos Modos de Morar em Condomínio.** 2009. 102 f. Trabalho Final de Graduação. (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

Sites visitados:

Carta Patrimonial de Atenas. Disponível em <<http://www.iphan.br>>